

A LEI DE TERRAS DE 1850 E O DIREITO DE PROPRIEDADE

Valcir Gassen

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COMO REQUISITO À OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO**

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer

FLORIANÓPOLIS

1994

**A VERNÔ E NAIR, MEUS PAIS,
VALMIR, VOLNEI E DEISI, MEUS IRMÃOS,
MARI, MINHA COMPANHEIRA,
E A FRANCISCO, MEU FILHO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A dissertação A LEI DE TERRAS DE 1850 E O DIREITO DE
PROPRIEDADE

elaborada por Valcir Gassen
e aprovada pela unanimidade dos membros da Banca Examinadora,
foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Direito.

Florianópolis, 26 de setembro de 1994

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer

Presidente


Prof. Dr. Edmundo Lima de Arruda Júnior

Membro


Profa. Dra. Bernardete Wrublevski Aued

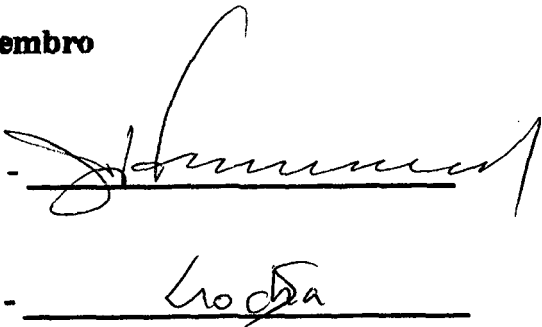
Membro

Prof. Orientador:

Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer -

Coordenador do Curso

Prof. Dr. Leonel Severo Rocha -



AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Antônio Carlos Wolkmer, pela inestimável orientação e compreensão.

À Professora Dra. Bernardete Wrublesvki Aued, minha co-orientadora, pelos questionamentos constantes e valiosas sugestões.

Ao Professor. Dr. Edmundo Lima de Arruda Júnior, companheiro nas horas mais difíceis, pelos ensinamentos ministrados e sugestões.

Aos colegas da pós-graduação, pelo companheirismo.

À Rose e Dilsa, bem como aos demais funcionários do CPGD, pela colaboração.

Aos Professores do CPGD, pelos ensinamentos e pela sugestiva visão interdisciplinar.

Ao Departamento de Estudos Jurídicos da UNIJUÍ, pelo apoio decisivo à minha formação, destaque especial aos professores Airton Sott, Darcísio Corrêa, Idemir Bagatini, Gilmar Antonio Bedin, José Leandro Benitez, José Pizetta, José Theodoro Corrêa, Néviton Guedes, Ronaldo Busnello e Sergio Pires.

Finalmente, ao CNPq, pelo auxílio financeiro.

"A aprovação do presente trabalho acadêmico não significará o endosso do Professor Orientador, da Banca Examinadora e do CPGD/UFSC à ideologia que o fundamenta ou que nele é exposta."

RESUMO

O objeto da presente dissertação de mestrado é a Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), estudada a partir de um viés crítico interdisciplinar. Trata-se, sobretudo, de resgatar os principais momentos históricos do direito agrário brasileiro para tornar possível uma melhor compreensão dos problemas colocados no presente.

Neste sentido o trabalho está dividido em três capítulos e ainda acrescido de algumas considerações finais que foram apuradas em vários momentos da pesquisa. O primeiro capítulo resgata sucintamente o conceito de propriedade em diversas épocas históricas. Confronta-se também os pressupostos utilizados pelos autores no trato da historicidade desta instituição, bem como, do contexto atual em torno da concentração da propriedade privada fundiária.

O segundo capítulo contempla a origem do direito agrário aplicado no Brasil Colônia, aspectos da Lei de Sesmarias no tempo de D. Fernando e peculiaridades do sistema sesmarial implementado por mais de três séculos. É a expansão do mundo europeu, tendo na frente os países da Península Ibérica, inaugurando e definindo um novo modo de produção. Assim, faz-se uma discussão dos modos de produção creditados à organização da sociedade brasileira, como por exemplo, o feudalismo colonial, capitalismo colonial ou capitalismo de caráter patrimonial.

Elencados os acontecimentos e posições teóricas fundamentais nestes capítulos, analisa-se, no terceiro capítulo, a influência das Revoluções Francesa e Inglesa na sociedade brasileira com a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil e a Independência deste, e, especialmente, o sistema da posse e a Lei de Terras em seus aspectos jurídicos.

O último ponto do terceiro capítulo aborda a Lei de Terras a partir do processo de consolidação do capitalismo, ligando-se assim, ao processo de colonização proposto por Wakelfield e ao fim do trabalho escravo no setor primário da economia.

Em síntese, a dissertação objetiva nas considerações finais, levantar criticamente estas questões históricas do direito agrário para um melhor entendimento da estrutura jurídica em torno da propriedade fundiária na atualidade brasileira.

RESUMEN

El objeto de la presente disertación de maestría es la Ley de Tierras de 1850 (Ley nº 601 de 18 de septiembre de 1850), estudiada por un corte interdisciplinar. Se trata, sobretodo, de rescatar los principales momentos históricos del derecho agrario brasileño para hacer posible una mejor comprensión de los problemas puestos en el presente.

En este sentido el trabajo está dividido en cuatro capítulos y además se agregan algunas consideraciones finales que fueron recogidas en varios momentos de la pesquisa. El primer capítulo rescata sucintamente el concepto de propiedad en diversas épocas históricas. Se confrontan también los presupuestos utilizados por los autores en el abordaje de la historicidad de esta institución, como también del cuadro de la concentración de la propiedad privada agraria.

El segundo capítulo examina el origen del derecho agrario aplicado en el Brasil Colonial, aspectos de la "Lei de Sesmarias" en el tiempo de D. Fernando y peculiaridades de ese sistema implantado por más de tres siglos. Es la expresión del mundo europeo, que tenía al frente los países de la Península Ibérica, inaugurando y definiendo un nuevo modo de producción. Así, se hace una discusión de los modos de producción creditados a la organización de la sociedad brasileña, como por ejemplo, el feudalismo colonial, capitalismo colonial o capitalismo de carácter patrimonial.

Mencionados los acontecimientos y posiciones teóricas fundamentales en estes capítulos, se analiza, en el tercer capítulo, la influencia de las Revoluciones Francesa e

Inglesa en la sociedad brasileña con la venida de la Corte Portuguesa al Brasil y la Independencia de este y, especialmente, el sistema de posesión y la Ley de Tierras en sus aspectos jurídicos.

El último punto del tercer capítulo trata de la Ley de Tierras desde el proceso de consolidación del capitalismo, ligándose al proceso de colonización propuesto por Wakelfield y al fin del trabajo esclavo en el sector primario de la economía.

En resumen, la disertación pretende, en las consideraciones finales, abordar críticamente estas cuestiones históricas del derecho agrario para una mejor comprensión de la estructura jurídica alrededor de la propiedad rural en la actualidad brasileña.

SUMÁRIO

Introdução	13
------------------	----

CAPÍTULO I

PROPRIEDADE: INSTITUIÇÃO HISTÓRICA	18
---	-----------

1. Problemática atual em torno da realidade fundiária brasileira	18
1.1. Contexto social	18
1.2. A propriedade nos seus aspectos legais	22
2. A propriedade privada da terra é uma instituição histórica	28
2.1. A propriedade primitiva e antiga - uma visão a partir das crenças dos homens	31
2.2. A propriedade antiga, medieval e moderna a partir do materialismo histórico	37
2.3. Os "pontos de vista" em torno da história da propriedade	51

~ CAPÍTULO II

PEQUENO RESGATE HISTÓRICO DO DIREITO AGRÁRIO NO BRASIL COLONIAL	60
--	-----------

1. O modo de produção: uma discussão necessária	60
1.1. Feudalismo colonial	63
1.2. Capitalismo colonial	69
1.3. Capitalismo dependente	73
1.4. Capitalismo patrimonialista	77
2. Origem do Direito Agrário aplicado no Brasil Colônia	88
2.1. Colonato adscritício e terras comunais: influências na Lei de Sesmarias	88

2.2. D. Fernando e a Lei de Sesmarias	95
2.3. Origem da palavra "sesmaria" e "sesmeiro", em Portugal e no Brasil ...	97
2.4. Aspectos da Lei de Sesmarias nos tempos de D. Fernando	100
3. O Direito Agrário no Brasil Colônia	103
3.1. O Brasil na rota do mercantilismo	104
3.2. A partilha do mundo: o Tratado de Tordesilhas	106
3.3. O Brasil colonial e a Lei de Sesmarias	108
3.4. Direitos políticos ou dominiais	115
4. Peculiaridades do Sistema Sesmarial	119
4.1. Aproveitamento e limitação da extensão das datas de sesmaria	119
4.2. A cobrança de dízimo e foro	124
4.3. Registro da carta de data e confirmação	127
4.4. Outras peculiaridades da Lei de Sesmarias no Brasil Colonial	129

CAPÍTULO III

A LEI DE TERRAS EM 1850	132
1. A Independência do Brasil enquanto processo ligado a Dupla Revolução	132
1.1. A Revolução Francesa, a Revolução Inglesa e a terra	132
1.2. A vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil	139
1.3. A Independência do Brasil.	148
2. A era do Liberalismo	154
2.1. Primeiro Reinado	154
2.1. Regência	164
2.2. Bases do Segundo Reinado	167
3. O Regime das Posses e a Lei de Terras em 1850.	169
3.1. O regime das posses	169
3.2. A Lei de Terras e seus aspectos jurídicos	176

4. A Lei de Terras em 1850 e o processo de consolidação do capitalismo	195
Considerações Finais	224
Bibliografia	233

INTRODUÇÃO

As exigências ético-políticas em nossa sociedade fazem com que a pesquisa na área de Direito Agrário seja de suma importância, visto que a questão agrária é um tema básico para analisar as complexas relações da sociedade brasileira. Os países que se caracterizam por estruturas sócio-econômicas do capitalismo, costumam na atualidade, criar legislações pertinentes à problemática agrária como resposta às pressões impingidas por parte dos grupos oprimidos e das classes espoliadas, mas sem, no entanto, vontade política para a sua efetiva aplicação. Este é o caso do Brasil que enfrenta problemas sociais graves, causados, entre outros fatores, pela alta concentração fundiária e conseqüente êxodo rural, provocando bolsões de miséria em torno dos grandes centros urbanos.

A possibilidade de se criar normas contemplando por exemplo a reforma agrária parece não ser a solução. Hoje o problema maior reside na disposição política da aplicabilidade ou não destas normas, o que leva a perceber que há, através da institucionalização legislativa das reivindicações populares, uma verdadeira manobra, realizada pela classe dominante, enquanto bloco hegemônico de poder, localizado no interior dos aparelhos do Estado, no sentido de inviabilizar política e juridicamente estas transformações necessárias na estrutura agrária do país.

Aproximadamente dois terços da população mundial estão vivendo em estado de miséria quase absoluta. A propriedade privada é um dos esteios nas relações de produção do modo de produção capitalista, perceptível no fato de ser o principal direito protegido pelo direito privado brasileiro, e sendo assim, é importante olharmos

a questão de uma perspectiva histórica, crítica e interdisciplinar, para que se possa ver melhor como se deu o processo de mudanças do conceito de propriedade.

Da divisão da nossa história jurídica agrária em quatro períodos: 1) das "sesmarias", 2) das "posses", 3) da "Lei de Terras", e 4) "republicano", ocupamo-nos, no presente trabalho, apenas dos três primeiros dando maior ênfase a Lei de Terras de 1850. Assim limitado o objeto central desta pesquisa, não descuramos de uma abordagem mais ampla, devido à necessidade que se impôs de compreendermos a Lei de Terras enquanto processo histórico.

A pesquisa assim colimada verificou que a propriedade privada da terra possui forte vinculação com outras formas de propriedade, bem como, as relações que mantém com a questão política, econômica e social brasileira no período compreendido entre o século XVI e o século XIX.

O objetivo do primeiro capítulo, dentro da perspectiva crítica da história de nossas instituições jurídicas, após uma rápida contextualização da realidade fundiária na atualidade, foi fazer um pequeno resgate temporal, no intuito de mostrar como a instituição da propriedade privada da terra se desenvolveu, e, principalmente, que ela é uma instituição histórica. A propriedade privada da terra é fruto das relações entre homens concretos situados historicamente.

No segundo capítulo fomos levados, em decorrência do trabalho, a afastar aquela idéia difundida de que a Lei de D. Fernando, a Lei de Sesmarias, foi responsável pela implementação de enormes propriedades privadas fundiárias, ou que, a origem destas repousa na divisão do Brasil em Capitâneas. A Lei de Sesmarias prescrevia, de forma clara, que as terras abandonadas deveriam ser distribuídas aos

interessados em cultivá-las, sendo que estas propriedades não poderiam ter um tamanho maior do que a capacidade produtiva do beneficiado. Quanto aos beneficiários de Capitâneas, eles receberam poderes dominiais sobre uma limitada área e sobre a área restante estavam incumbidos de distribuí-la em sesmarias, vedado ainda, que distribuissem aos seus parentes. Além da análise do sistema sesmarial, fez-se uma pequena, mas importante discussão das diversas leituras da realidade colonial brasileira e o modo de produção dominante creditado a este período.

O terceiro capítulo tratou das influências que as revoluções burguesas, ocorridas na Europa, provocaram no conceito jurídico da propriedade da terra no Brasil do século XIX. E finalmente, no terceiro e quarto ponto deste capítulo, abordamos a Lei de Terras de 1850, em razão de que ela é central na nossa história jurídica agrária pelo fato de definir o caráter capitalista da propriedade privada fundiária. Definição estabelecida na metade do século passado e que permanece ainda hoje na legislação agrária.

Cabe lembrar que a presente pesquisa tem por base bibliografia de cunho interdisciplinar para alcançar os objetivos propostos.

Sabendo das recomendações formais oferecidas pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, através da obra *Convergência*, bem como das firmadas pela ABNT, optou-se conscientemente pelo uso de citações inseridas nos próprios parágrafos do texto, além daquelas formalmente indicadas. A finalidade de tal postura visou não truncar demasiadamente o tema abordado.

A escolha do referencial teórico visou uma perspectiva do direito no intuito de desmistificar dogmas postos, sedimentados, no sentido de entender o Direito não como

é, mas como algo sendo, não como algo cristalizado, mas como um processo, conforme ensina Roberto Lyra Filho¹. Entendendo a verdade como provisória, em trânsito. Uma verdade que está em construção e não como um dado absoluto e inquestionável.

No estudo do direito precisamos levar em consideração a formação social, os atores, os sujeitos da história e seu perfil². Hoje o sujeito da história, para muitos autores³, já não é mais a burguesia nem o proletariado enquanto classe. Consideram, na questão do poder, os movimentos sociais como sujeitos coletivos estruturados no seio desta última classe. A força motriz dos movimentos sociais, enquanto sujeitos da história, reside no poder que possuem de uma maior ou menor articulação orgânica com outros setores da sociedade. O neoliberalismo têm conseguido neutralizar, em parte, a ação dos movimentos sociais através do seu isolamento. Isolando-os, corta a organicidade que poderiam vir a ter em relação a outros movimentos.

A historiografia jurídica tradicional segue uma linha evolutiva, acumulativa, linear. Através dessa visão de mundo burguesa, dominante na metodologia das ciências sociais, cria-se uma casta de juristas com uma cultura elitizada e elitizante na sua reprodução. Tem-se a imagem do jurista neutro, supra-classes, desvinculados dos interesses que norteiam a sociedade. Este tipo de cultura está em crise. Hoje há necessidade de uma historiografia do direito problematizadora, que trabalha com uma

¹Para este autor o Direito não se reduz às normas juridicamente positivadas pelo Estado. Inclusive questiona a legitimidade este monopólio legiferante. O Direito é todo um processo normativo que está sempre em mudanças, daí, sendo. É uma concepção dialética do Direito. LYRA FILHO, Roberto. *O Que é Direito*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense. 1991.

²Trabalho neste sentido é o de Michael E. Tigar e Madeleine R. Levy em *O Direito e a Ascensão do Capitalismo*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

³Autor preocupado com a questão dos novos sujeitos da história é: WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico: o espaço de práticas sociais participativas*. Florianópolis: UFSC/CPGD - Tese - 1992.

visão de mundo que liberta, com base em um diálogo interdisciplinar permanente entre o direito e outras áreas do conhecimento.

Na tentativa de realização, e respeito a estes pressupostos teóricos, as dificuldades foram imensas, principalmente no recorte e no domínio de assuntos tão variados, mas que estão entrelaçados em vários níveis, como por exemplo, na trama do que se refere ao direito. Saber o momento exato de dar um ponto final aos temas trazidos à baila como necessidade de contextualização, para enriquecer o objeto central, foi uma tarefa árdua, diante das dúvidas que afloraram progressivamente e proporcionalmente ao nível do aprofundamento.

Quanto mais se pesquisa, mais respostas podemos oferecer sobre um mesmo problema, ao mesmo tempo que novas dúvidas surgem. É este o desafio na construção de novas interpretações.

A existência de conflitos sociais estabelece a necessidade da normatização jurídica em torno destes. Assim, no sentido de verificar o papel que tem a lei na questão dos conflitos em torno da propriedade privada fundiária, foi necessário um recorte histórico relativamente longo para mostrar um certo movimento deste processo.

Enfim, como na historicidade das idéias e das instituições têm surgido novos parâmetros, buscou-se abordar a propriedade privada, privilegiando a propriedade privada da terra, a partir de situações exemplares, levando em consideração esta perspectiva histórica, crítica e interdisciplinar.

CAPÍTULO I

PROPRIEDADE: INSTITUIÇÃO HISTÓRICA

1. PROBLEMÁTICA ATUAL EM TORNO DA REALIDADE FUNDIÁRIA BRASILEIRA

1.1. Contexto social

"Em toda parte onde a propriedade for um direito individual, onde todas as coisas se medirem pelo dinheiro, não se poderá jamais organizar nem a justiça nem a prosperidade social, a menos que denomineis justa a sociedade em que o que há de melhor é a partilha dos piores, e que considereis perfeitamente feliz o Estado no qual a fortuna pública é a presa dum punhado de indivíduos insaciáveis de prazeres, enquanto a massa é devorada pela miséria."

"Eis o que invencivelmente me persuade que o único meio de distribuir os bens com igualdade e justiça, e de fazer a felicidade do gênero humano, é a abolição da propriedade. Enquanto o direito de propriedade for o fundamento do edifício social, a classe mais numerosa e mais estimável não terá por quinhão senão miséria, tormentos e desesperos."

As citações acima, convém observar, não foram extraídas de alguma cartilha do movimento dos sem-terra, ou de algum manifesto de partido político da atualidade, mas sim da obra *A Utopia*¹ de Thomas Morus, escrita no início do século XVI.

Morus é direto no diálogo protagonizado por "Rafael" em sua crítica da vida social-econômica inglesa. Para o autor o abuso da propriedade privada, ao nível

¹ MORUS, Thomas. *A Utopia*. Tradução de Luis de Andrade. Rio de Janeiro: Tecnoprint. p. 70-1.

econômico, é um dos fatores que contribui decisivamente para a miséria de grande parte da população.

No livro primeiro de *A Utopia* - "Da comunicação de Rafael Hitlodeu" - caracteriza-se este personagem como português, grande conhecedor dos clássicos gregos e latinos e que tinha como maior paixão o gosto por viagens pelo mundo. Aventureiro, ele acompanhou Américo Vespúcio em várias viagens, sendo que em uma delas, ficou nos confins de "Nova-Castela" e a partir daí visitou inúmeros lugares, sendo que mais tarde retornou à Europa.

Estes rápidos detalhes em torno da personagem criada por Morus levam a crer que *A Utopia* tem inspiração direta nas terras ultramarinas conquistadas e saqueadas pelas nações da península ibérica, mais especificamente, nas terras brasileiras.

Neste sentido Manoel Maurício de Albuquerque afirma: "em 1503, o consórcio Fernando de Noronha, Marchione e Morelli financiou a Segunda Expedição Exploradora, cujo comando é atribuído a Gonçalo Coelho. Datam daí notícias mais precisas sobre o Brasil, embora a rigor não possam ser creditadas apenas a esta viagem. Referem-se ao descobrimento da Ilha da Quaresma, hoje Fernando de Noronha, a fundação de duas benfeitorias, uma em Cabo Frio, a outra no Rio de Janeiro e a realização de uma Entrada nesta última localidade. Esta Expedição organizada por Vespúcio serviu de base documental à *Utopia*, ensaio crítico prospectivo e retrospectivo de Tomás More²."

²ALBURQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 166.

Não sei se foi por ironia, ou se foi por obra do acaso, a terra que inspirou Morus na sua cruzada contra a instituição da propriedade privada, responsável, no seu entender, pelas injustiças cometidas no sistema econômico inglês do século XVI, hoje, esta mesma terra, terra em transe, está muito mais para um filme de Glauber Rocha do que para uma sociedade utopicamente justa. É na realidade, ao contrário de *Utopia*, um retrato do que se pode cometer de injustiças³ no campo econômico-social.

A concentração da propriedade privada referida por Morus é algo que salta aos olhos em nosso país nos seus quase quinhentos anos de latifúndio, bem como da miséria advinda desta realidade.

Confirmando este ponto de vista observa Bernardete Wrublevski Aued: "contrariamente ao que muitas vezes já se escreveu, apesar da radical transformação da estrutura produtiva do Brasil, nestes últimos decênios, pouco ou quase nada mudou no que se refere à posse da terra: 5% dos mais ricos detêm 69,3% das terras, enquanto que 50% dos mais pobres detêm 2,4% das terras."⁴

Para se ter uma idéia da concentração da propriedade privada da terra no Brasil vejamos, conforme o índice de GINI⁵, como esta se dá comparativamente com outros países:

³Quanto ao conceito de justiça, parte-se aqui de uma abordagem dialética. Sendo que "o entender da justiça está indelevelmente implicado com as práticas sociais. Daí podermos afirmar que a justiça não é neutra, mas sim comprometida, não é mediana, mas de extremos. Não há justiça que paire acima dos conflitos, só há justiça comprometida com os conflitos, ou no sentido de manutenção ou no sentido de transformação." AGUIAR, Roberto A. R. *O Que é Justiça: Uma Abordagem Dialética*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1987. p. 15-6.

⁴AUED, Bernardete Wrublevski. *Questão Agrária: dilemas e paradoxos no acender das luzes do século XXI*. São Paulo: PUC - Tese/1990. p 136.

⁵"Indicador que mede a desigualdade da distribuição de qualquer coisa entre os elementos de um conjunto. Pode ser usado para indicar como está distribuída a terra, a riqueza ou a renda de um país entre seus habitantes. O índice de GINI varia, teoricamente, de zero até um. No caso da terra, por exemplo, ele seria igual a um, se a totalidade da terra pertencesse a um único proprietário; e seria igual a zero, se a terra fosse distribuída em partes

PAÍS	ÍNDICE	CONCENTRAÇÃO
Bélgica, Holanda e Noruega.	0,300 (no máximo)	Média
EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia	0,400 (no máximo)	Média
Argentina, Uruguai e Chile	0,550 (no máximo)	Forte
Índia e Paquistão	0,700 (no máximo)	Muito Forte
Brasil (incluído os sem-terra)	0,923	Absoluta

Assim sendo, é luta de séculos a busca de uma melhor divisão fundiária no Brasil. Terra para quem nela trabalha é o lema lançado nas reivindicações populares. É o grito levantado contra a "absoluta" concentração da propriedade da terra. Distribuir terras é distribuir o poder, tanto econômico quanto político. Assim, "o aspecto preeminente que a Propriedade privada assume no sistema social como economicamente determinante, (...) está na sua função de *estrutura de poder*, social e juridicamente reconhecida"⁶.

Eis aí o nó-górdio da questão: a classe dominante brasileira tem consciência disto, e mesmo correndo o risco de perder sua hegemonia de forma violenta, não

absolutamente idênticas entre todos os proprietários. A concentração é considerada *mala*, quando o índice de GINI está entre 0,000 e 0,100; *fraca*, quando está entre 0,101 e 0,250; *média*, entre 0,251 e 0,500; *forte*, entre 0,501 e 0,700; *muito forte*, entre 0,701 e 0,900; e *absoluta*, entre 0,901 e 1,000". PANINI, Carmela. *Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei: 500 anos de história inacabada*. São Paulo: Paulinas, 1990. p. 122 e 224.

⁶BOBBIO, Norberto, MATTEUCCL, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C Varriale ...[et al.]. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 1.025.

arreda o pé no sentido de encaminhar uma "distribuição democrática" do poder pela via distributivista da terra.

1.2. A propriedade nos seus aspectos legais

Diante deste quadro de "absoluta" concentração fundiária, o Código Civil pátrio, de 1916, não define juridicamente o que seja a propriedade, diferente assim de outros Códigos Civis como, v. g., o Código Civil Francês (art. 544) e o Português (art. 2.167).

Define a propriedade, em linhas gerais, no momento em que traça os poderes atribuídos ao proprietário. Prescreve o artigo 524 do Código Civil Brasileiro:

"A lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua."

Este é cópia fiel de um conceito histórico da propriedade, visto que repete na essência o artigo 544 do Código de Napoleão de 1804 como podemos ver:

"A propriedade é o direito de fazer e de dispor das coisas do modo mais absoluto, contanto que delas não se faça um uso proibido pelas leis ou pelos regulamentos."⁷

A exclusividade do sujeito de usar, gozar e dispor livremente de uma determinada coisa e de reivindicá-lo das mãos de quem o possua injustamente,

⁷LEGISLAÇÃO. *Código Napoleão ou Código Civil dos Franceses*. Tradução de Souza Diniz. Rio de Janeiro: Record, 1962. p. 115.

definindo com obliquidade o que se entende por propriedade, leva-nos à questão da distinção entre a propriedade privada e a propriedade pública.

Enquanto que na propriedade privada a inflexão direta do sujeito singular sobre determinada coisa exclui as demais pessoas de uma sociedade, na propriedade pública, onde o sujeito é todo o sistema social em seu conjunto, é excluído o sujeito singular desta relação.

O sujeito de direito da propriedade privada, aqui convém a observação, não fica adstrito ao indivíduo singular como foi acima exemplificado. A propriedade privada se refere cada vez menos ao indivíduo. Na atualidade são os grupos econômicos organizados que detêm a propriedade privada, sem com isso descaracterizá-la como privada. Temos neste sentido, a título de exemplo, os proprietários dos latifúndios brasileiros que muitas vezes são grandes corporações econômicas.

O sujeito jurídico, como princípio da subjetividade jurídica, onde todos são sujeitos de direito, livres e iguais, com capacidade de autodeterminação e, com isso, com igual liberdade de contratar, é constituído para que se torne possível a troca mercantil e, portanto, torná-lo proprietário de mercadorias. É através da construção de um sujeito jurídico, como referente da ideologia burguesa, que se torna possível também neutralizar a luta dos explorados.

O direito de propriedade se apresenta como sendo acessível a todos. Formalmente o sagrado direito de propriedade privada é direito igualitário, e se manifesta em nossos códigos jurídicos como sendo passível de aquisição através da compra e venda, da doação, da herança, etc.

Evidentemente que existem limitações para se obter o direito de propriedade privada, e, sem considerar as formais e as de cunho econômico, a mais importante, temos ainda os limites dos recursos gerais disponíveis.

No nível econômico podemos observar que "à igualdade teórica se opõe uma discriminação ou diferenciação prática, quantitativamente avaliável mediante a unidade de medida socialmente aceita, o dinheiro⁸."

A propriedade privada é estrutura central em nossa sociedade. Aqui cabe notar a importância que tem a propriedade privada quando esta se refere aos meios de produção, incidindo assim diretamente sobre a vida econômica. A propriedade dos meios de produção de forma privada representa poder privativo, exclusivo dos proprietários.

A direito de propriedade é a espinha dorsal do direito privado e sendo assim é importante verificarmos sucintamente as características jurídicas principais da propriedade: a) ela possui o caráter de direito absoluto, visto ser este oponível *erga omnes*, por ser o direito real mais completo e principalmente pelo fato de seu titular poder desfrutar da coisa como lhe aprouver; b) a propriedade é perpétua, pois o domínio sobre determinada coisa sobrevive independentemente do exercício fático em razão deste direito; e c) a propriedade possui um caráter exclusivo, isto é, no sentido

⁸BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Op. cit., p. 1022.

de que não se admite que mais de uma pessoa possa exercer o mesmo direito sobre determinada coisa.⁹

A propriedade é assim, juridicamente, direito absoluto, exclusivo e permanente que se tem sobre uma coisa. Enfim, estas são as principais características do direito de propriedade, e que todavia são passíveis de crítica por várias correntes doutrinárias, que levantam, entre outras características da propriedade, principalmente quanto à propriedade fundiária, a sua função social.

A função social como característica obrigatória da propriedade da terra, levantada já por muitos autores, contrasta com o êxodo rural ocorrido no Brasil nas últimas décadas. Em 1940 tínhamos no Brasil uma população rural de 28,4 milhões e urbana de 12,8 milhões. Assim 69% do total da população viviam no campo e 31% nas cidades. Cinco décadas depois, em 1990, a população rural é de 35 milhões, enquanto a urbana cresceu para 105 milhões. No total, 25% agora residem no meio rural e 75% no urbano.

A miséria, assim, anda solta em torno das grandes cidades brasileiras, bem como nas pequenas cidades e no meio rural. A existência de Planos Nacionais de Reforma Agrária para afrontar esta questão, pouco, ou melhor, nada conseguiu mudar devido ao fato que estes planos ficaram restritos a discursos jurídicos-políticos com o intuito claro de desmobilizar os movimentos reivindicatórios. É aquela velha tática das forças políticas conservadoras de mostrar via discurso "simpatia", no caso, pela reforma agrária, negando-a na prática.

⁹Sendo a propriedade o principal direito real são importantes obras nesta área: GATTI, Edmundo. *Teoria General de Los Derechos Reales*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot. ALLENDE, Guillermo L. *Panorama de Derechos Reales*. Buenos Aires: La Ley, 1967.

Hoje o Estado brasileiro tem dotado a sociedade de leis, muitas leis, sem no entanto se preocupar com a sua implementação, demonstrando assim, que a avalanche de normas criadas serve como resposta retórica aos conflitos da sociedade.

Mesmo diante destes "discursos" feitos pela classe dominante, é possível observar que o instituto da propriedade está se transformando. Em contraposição àquele feito no século passado, que caracteriza a propriedade privada como um privilégio exclusivo de um sujeito singular de direito, temos hoje o avanço de que só é legítima a propriedade se atender a uma função social.

Para fundar tal idéia, consta na nossa Carta Magna de 1988 um capítulo específico que trata da reforma agrária, da política agrícola e fundiária. Nesta, o artigo 184 reza:

"Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei."

Na mesma Constituição, quando dos princípios gerais da atividade econômica, temos com o artigo 170:

"A ordem econômica, (...) tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; ...".

No artigo 5º - dos direitos e deveres individuais e coletivos -:

"Todos são iguais perante a lei, (...) garantindo-se (...) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

(...) XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social; ...".

E os latifúndios, com tamanho comparável com alguns países da Europa, continuam aqui a existir, situação estúpida se levarmos em conta que dois terços da população estão excluídos e privados de gozar das condições materiais básicas para atender a sua sobrevivência.

Assim, este rápido quadro da realidade fundiária brasileira e os aspectos jurídicos gerais em torno da propriedade faz com que as palavras de Morus afirmadas há tantos anos em relação a sociedade inglesa possam ser discurso presente para a sociedade brasileira.

Morus, como advogado e crítico social brilhante, representa o contexto da época, ou seja, a destruição da visão medieval pela emergente burguesia, num período decisivo da história jurídica burguesa, no qual as contradições da ordem feudal afloraram.

Nesta direção é bom lembrar ainda, a partir de uma jurisprudência da insurreição para um melhor entendimento do quanto a luta social reflete nas normas jurídicas, que "a mudança jurídica constitui produto do conflito entre classes sociais

que procuram adequar as instituições de controle social aos seus fins e impor e manter um sistema específico de relações sociais.¹⁰

2. A PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA É UMA INSTITUIÇÃO HISTÓRICA

A questão proposta de que a propriedade privada da terra é uma instituição histórica é demasiadamente ampla, visto que poderíamos abordá-la sob os mais diversos aspectos, como v. g., quanto a legitimidade desta apropriação; quanto aos aspectos jurídicos de uma evolução do conceito de propriedade; ao nível político e econômico de que a terra é o mais importante "meio de produção"; etc.

Como a propriedade privada da terra, enquanto instituição histórica, não é o objeto central deste trabalho, mas sim acessório, ou dito de outra forma, é pressuposto para discutirmos a Lei de Terras de 1850, faremos uma rápida abordagem deste tema, de forma ampla e partindo de situações exemplares, para firmar de vez que a propriedade nasce das relações concretas entre os homens e estes estão, objetivamente, situados historicamente.

Assim sendo, para que possamos fazer um pequeno resgate histórico do direito de propriedade, é necessário entender como alguns autores entendem a "história", ou seja, a partir de que premissas passam a "narrar" a história.

¹⁰TIGAR, Michael E. e LEVY, Madeleine R. *O Direito e a Ascensão do Capitalismo*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 13.

No caso de Fustel de Coulanges, com a obra *A Cidade Antiga - Estudos Sobre o Culto, o Direito, as Instituições da Grécia e de Roma* -, escrita no século passado, "a história não estuda apenas os fatos materiais e as instituições: seu verdadeiro objeto de estudo é a alma humana: a história deve propor-se a conhecer o que essa alma acreditou, pensou e sentiu nas diferentes idades da vida do gênero humano."¹¹

Assim, "nunca devemos perder de vista que, nos tempos antigos, era o culto que constituía o vínculo unificador de toda e qualquer sociedade."¹²

Reitera ainda que "a natureza física exerce, sem dúvida, alguma influência sobre a história dos povos, mas as crenças do homem, essas influíram muito mais."¹³

Este papel de relevância atribuído às crenças dos homens, ao ponto de sobrepujá-las às condições materiais de existência, já despertou grandes discussões e mal-entendidos.

Max Weber "endireitado", ou seja lido e apropriado por forças teóricas e políticas conservadoras e aceite por setores de esquerda no espectro político, creditaria à Reforma, proposta pelo protestantismo, enquanto religião disciplinadora, a responsabilidade por construir e firmar o modo de produção capitalista.

Neste aspecto é bom lembrar o que diz o próprio Weber: "por outro lado, está fora de questão sustentar uma tese tão insensata e doutrinária, que pretenderia que 'o

¹¹COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga - Estudos Sobre o Culto, o Direito, as Instituições da Grécia e de Roma*. Tradução de Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: Hemus, 1975. p. 75.

¹²COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 116.

¹³COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 163.

Espírito do capitalismo'... só seria o resultado de algumas influências da Reforma, até afirmar mesmo que o capitalismo como sistema econômico é uma criação dela."¹⁴

Friedrich Engels nega que as representações religiosas tenham forjado as instituições. São as condições de vida real, as mudanças ocorridas na produção, pelo alargamento das fontes de subsistência que transformaram as instituições e ainda as moldam atualmente.

Já quanto aos gregos, como parte do objeto de estudo de Coulanges, Engels e tantos outros autores, tinham uma forma própria de entender a história. Não entendiam-a como linear e progressiva. O ciclo, onde reaparecem sempre as mesmas situações, é a representação mais forte do tempo.

Para finalizar seguimos a observação feita por Hespanha que "direito e política, antes de serem duas entidades autônomas, são produtos distintos de processos produtivos distintos, embora inter-relacionados. É a partir deste enfoque (...) que se deve colher a especificidade do direito como modalidade de realização do político. O direito constitui, na verdade, uma modalidade específica da realização da função política."¹⁵

Este pequeno parêntese acima, sobre como abordar a história e a importância creditada às crenças, ao culto, à religião, serve de alerta na leitura que se faz de diversas obras que tratam a história das instituições.

¹⁴In: LOWY, Michael. *Método Dialético e Teoria Política*. Tradução de Reginaldo Di Piero. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 36.

¹⁵HESPANHA, Antonio M. *A História do Direito na História Social*. Lisboa: Livros Horizontes. p. 33

2.1. A propriedade primitiva e antiga - uma visão a partir das crenças dos homens¹⁶

A propriedade coletiva das comunidades gentílicas foi a forma de propriedade que predominou nas antigas civilizações. No Egito, Síria e Mesopotâmia as comunidades gentílicas estavam organizadas basicamente em grupos familiares, clãs e tribos, onde a propriedade coletiva tinha em sua base o entendimento de que a comunidade predominava sobre o indivíduo. O que conta é a comunidade, e sendo assim, a terra pertence ao grupo todo, tanto aos vivos quanto aos mortos, visto que a crença, nestes tempos, sustentava que os mortos permaneciam de certa forma ligados às condições terrenas.

Sendo a propriedade da terra coletiva, pertencendo ao grupo social em sua totalidade, os objetos que o homem fabrica para seu uso pessoal começa a receber uma conotação de propriedade individual, privada. A relação que se estabelece entre o proprietário e estes utensílios particulares, bem como entre o grupo e a terra, é recheada por um vínculo místico muito forte, conferindo à propriedade a característica de ser algo sagrado.

Esta forma de propriedade coletiva da terra e a forma da propriedade privada móvel vai com o tempo transformar-se, principalmente quando da organização da

¹⁶Preferiu-se uma divisão centrada mais nos pressupostos da abordagem da história da propriedade do que da forma clássica da divisão da mesma em "idades", como por exemplo, a divisão histórica da propriedade como: a) a propriedade primitiva e antiga; b) a propriedade medieval; e c) a propriedade moderna. Assim o faz com competência LÉVY, Jean-Philippe. *História da Propriedade*. Tradução de Fernando Guerreiro. Lisboa: Estampa, 1973

comunidade política territorial em contrapartida à comunidade política de tipo gentílico que até então prevalecia.

Nasce o Estado que inverte, ao privilegiar juridicamente o indivíduo, as relações existentes, ou seja, já não mais conta a coletividade em relação ao indivíduo, mas o inverso, o indivíduo singular agora é o centro referencial. Estabelece-se também a divisão entre a propriedade privada e a propriedade pública.

Fustel de Coulanges afirma que as crenças tiveram papel fundamental na determinação das leis, das instituições, ou ainda, que a nossa inteligência modifica-se século após século, sendo que "esta está sempre evoluindo, quase sempre em progresso e, por este motivo, nossas instituições e nossas leis estão sujeitas a flutuações da inteligência humana."¹⁷

É lugar central na obra deste autor as crenças que os homens nutrem em determinado momento histórico. Na *Cidade Antiga*, quando os homens viviam em tribos familiares, o culto aos antepassados mortos criava uma religião essencialmente doméstica, a qual era hereditária. A crença de plantão sustentava que com a morte as pessoas passavam a ter uma segunda existência, mas ela se dava aqui junto e ao lado dos vivos, daí toda a ritualização como as oferendas, o fogo sagrado, etc. Os corpos e a alma continuavam unidos após a morte. Em resumo: a crença primitiva é uma religião doméstica que cultua permanentemente os mortos familiares.

É interessante como Coulanges amarra a questão da religião doméstica e a propriedade privada da terra: "de todas essas crenças, de todos esses costumes, de

¹⁷COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 8.

todas essas leis, resulta claramente que foi a religião doméstica que ensinou o homem a apropriar-se da terra e a assegurar-lhe seu direito sobre a mesma."¹⁸

Sustenta o autor em referência que ao tratar-se das antigas populações da Itália e da Grécia, sempre houve a propriedade privada da terra em contraste com as populações que teriam tido a terra em comum como os germanos, onde cada membro da tribo ganhava um lote numa partilha anual dos campos para cultivo, sendo assim proprietários apenas da colheita e não da terra; ou entre os tártaros, que admitiam o direito de propriedade apenas no tocante ao rebanho.

Apesar das diferenças, existia a idéia da propriedade privada, e para o autor decorre basicamente da organização estrutural da religião doméstica, no sentido de que "há três coisas que, desde as mais remotas eras, se encontram fundadas e estabelecidas solidamente pelas sociedades grega e italiana: a religião doméstica, a família e o direito de propriedade; três coisas que apresentaram entre si manifesta relação e que parece terem mesmo sido inseparáveis."¹⁹

Cada família, nesta época remota, tinha os seus próprios deuses, adorados apenas por ela, visto que os deuses eram os antepassados que só a ela protegiam. Daí ser de propriedade exclusiva o culto e conjuntamente a terra que compõe a área de cultivo.²⁰

¹⁸COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 55.

¹⁹COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 50.

²⁰ "A família está vinculada ao altar e este, por sua vez, encontra-se fortemente ligado ao solo; estreita relação se estabeleceu, portanto, entre o solo e a família. Aí deve ser sua residência permanente, que jamais abandonará, a não ser quando alguma força superior a isso a constranja. Como o lar, a família ocupará sempre esse lugar. O lugar pertence-lhe: é sua propriedade, propriedade não de um único homem, mas de uma família, cujos diferentes membros devem vir, um após outro, nascer e morrer ali." COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 50.

É importante notar que esta propriedade privada da terra é propriedade da família, de um culto, de uma religião. Família esta composta por duas ou três mil pessoas, isto é, diferente da família moderna que reflete o resultado histórico de um processo de redução.

Como a religião doméstica estava ligada também a um espaço territorial, não se comunicando com outra religião, de uma outra família, a propriedade é *inalienável*. Entende Coulanges que "não foram as leis, porém a religião, que a princípio garantiu o direito de propriedade. Cada domínio estava sob a proteção das divindades domésticas que velavam por ele."²¹

Como a família não pode renunciar aos seus deuses, neste culto aos antepassados, não pode renunciar à propriedade da terra em que os vivos e os mortos de uma mesma família habitam.²²

Outro vínculo entre a religião dos antigos e a propriedade da terra se dá com o estabelecimento dos cemitérios familiares: "a família apropriou-se da terra, sepultando nela os seus mortos, fixando-se lá para sempre. A sepultura estabelecia o vínculo indissolúvel da família com a terra; isto é, a propriedade."²³

²¹COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 54.

²²De tão forte a estreita ligação entre a religião doméstica e a propriedade privada da terra, o autor a ilustra com os objetos que serviam para delimitar a propriedade denominados de "termos": "Colocado o termo na terra, estava pois, por assim dizer, a religião doméstica implantada no solo, indicando que este solo permanecia, para todo o sempre, propriedade da família. Mais tarde, com a ajuda da poesia, considerou-se o termo como deus distinto e pessoal." COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 54.

²³COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 54.

Nestes séculos, bem anteriores ao advento do cristianismo, a propriedade particular é de uma grande família, tanto que ainda na Lei das Doze Tábuas, quanto à expropriação por dívidas, não é permitido que a propriedade seja confiscada em proveito do credor: "O corpo do homem responde pela dívida, mas não a terra, porque esta é inseparável da família. Será bem mais fácil escravizar o homem do que tirar-lhe um direito de propriedade, que pertence mais à família do que a ele próprio; o devedor está nas mãos do seu credor: a sua terra, de algum modo(sic), acompanha-o na escravidão."²⁴

Na mesma linha evolutiva de um progresso intelectual da humanidade, no entender de Coulanges, se dá a evolução no campo da crença. Primeiramente existiu uma religião doméstica do culto aos mortos (imutável na sua prática, sendo que, com o tempo, seus dogmas extinguiram-se), e a religião da natureza, que de acordo com o seu desenvolvimento, a sociedade evoluiu. O passo seguinte foi a criação de um culto da cidade que encaminhou a humanidade ao supra-sumo da crença: o Cristianismo²⁵.

Neste quadro temos uma estreita relação entre a instituição do direito de propriedade e a religião que "chegou de uma única vez, em virtude de suas crenças , à concepção do direito de propriedade, desse direito que é a origem de toda a

²⁴Em artigo da Lei das Doze Tábuas, que trata do devedor insolvente, lemos *Si volet suo vivo*: pois o devedor, quase escravizado, conserva ainda algo de seu; a sua propriedade, se a tem não lhe é confiscada. Os contratos conhecidos em direito romano com os nomes de *manipação com fideiucia* e *de pignus erant*, antes da ação serviana, meios indiretos de assegurar ao credor o pagamento da dívida; e provam indiretamente não existir a expropriação por dívidas. Mais tarde, ao suprimir-se a servidão corporal, foi necessário encontrar um meio de apressar os bens do devedor. Isso não era fácil; mas a distinção que se fazia entre a propriedade e a posse forneceu então um recurso. O credor obteve do pretor o direito de vender, não a propriedade, *dominium*, mas os bens do devedor, *bona*. Só então, mercê de expropriação disfarçada, o devedor veio a perder o gozo da sua propriedade." COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 57.

²⁵Assim, "a vitória do cristianismo assinala o fim da sociedade antiga. A nova religião termina a transformação social que vimos iniciar-se seis ou sete séculos antes do seu advento. COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 304

civilização, pois por sua causa o homem cultivava a terra e ele próprio se torna melhor."²⁶

Na composição destas famílias primitivas o culto e a propriedade familiar estão interligadas necessariamente à figura do poder paterno. Ao pai de família cabia ser chefe religioso, senhor da propriedade e juiz. O pai que tem a propriedade como direito não a tem como individual, mas sim como direito familiar. Os bens pertenciam, nestas sociedades primitivas, aos antepassados mortos e seus descendentes ainda vivos.

Não havia um só ato da vida pública onde não se fizesse intervir os deuses. Como tinha-se a concepção de que os deuses tanto eram excelentes protetores, como inimigos cruéis, o homem não ousava proceder sem estar seguro de que eles lhe eram favoráveis²⁷.

No mesmo sentido, de que a propriedade foi moldada pelas crenças dos homens, a lei, para Coulanges, "brotou como consequência direta e necessária da crença; era a própria religião, aplicada às relações dos homens entre si. (...) O

²⁶COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 54

²⁷ "(...) a assembléia iniciava-se sempre com um ato religioso. (...) o orador(...) começasse o seu discurso com uma invocação dirigida aos deuses. (...) os juizes reuniam-se em recinto sagrado. (...) Na guerra a religião mostrou-se, pelo menos, mais poderosa do que na paz." COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 130-1.

A crença, assim, está presente desde a busca por símbolos na França depois da primeira guerra mundial, onde até o queijo camembert ganha destaque (No período de 5 anos, entre 1920 e 1925, foram erigidos na França mais de 30 mil monumentos funerários, isto apenas é uma amostra do vigor de iniciativas em busca de símbolos nacionais), até o sagrado direito de propriedade confirmado pela nossa Constituição de 1988. Trata-se, como na Cidade Antiga, ou nas emergentes nações do século XVIII, de criar um alicerce ideológico com o auxílio de instrumentos que servem de referente, como os hinos nacionais, bandeiras, etc, para fazer crer.

autêntico legislador, entre os antigos, nunca foi o homem, mas a crença religiosa de que o homem era portador."²⁸

2.2. A propriedade antiga, medieval e moderna a partir do materialismo histórico

Friedrich Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, expõe os estudos que Lewis H. Morgan fez junto aos índios norte-americanos. Engels vê a importância deste trabalho para uma compreensão maior da pré-história, da história da primitiva família, da inversão do direito materno ao direito paterno, da propriedade privada, dos costumes, da produção, etc.

Engels credits ser um bom trabalho o de Morgan, visto que ele parte, na divisão das épocas, da produção material dos meios de vida dos homens, e adianta que outros estudiosos, como por exemplo Bachofen, se viram ofuscados, em seus estudos, pela idéia de que foram as representações religiosas as responsáveis pelas revoluções ocorridas e não as condições de vida real. No trabalho de Morgan se tem uma nova base para o estudo da história primitiva, o que permite uma abordagem através da concepção materialista da história.

Morgan divide a história humana em três épocas principais: 1) selvageria; 2) barbárie, e, 3) civilização, e cada uma delas com três estágios: inferior, médio e

²⁸"Entre os antigos, a lei foi sempre santa; nos tempos da realeza, era a rainha dos reis, nos tempos da república foi a rainha dos povos. Desobedecer-lhe seria cometer sacrilégio." COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 152.

Muitos séculos se passaram e a Constituição Federal de 1988 ainda proclama: "Nós representantes do povo (...) de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, (...) promulgamos, sob a proteção de Deus a seguinte Constituição". BRASIL, *Constituição da República Federativa do*. São Paulo: Atlas, 1989. p. 9 - Preâmbulo.

superior. Nesta organização, o desenvolvimento ocorre pelas mudanças ocorridas na produção, pelo "alargamento das fontes de subsistência."²⁹

Não podemos estudar a família e suas complexas relações dividindo-a simplesmente aos estágios propostos acima. Ela teve um desenvolvimento paralelo, mas que não se adapta inteiramente dentro de cada período. Outra advertência de Engels é a de que não podemos abordar o estudo das famílias primitivas de uma "óptica de Bordel".

A família consanguínea, a família punaluana, a família acasalada e a monogâmica são as expressões de vários momentos históricos. Neste quadro a dominância do poder matriarcal fica restrita às famílias consanguínea e punaluana, onde a regra dos casamentos em grupo fazia com que só se soubesse quem é a mãe³⁰.

De forma esquemática temos: 1) na selvageria o casamento de grupo, 2) na barbárie a família acasalada, e, 3) na civilização a monogamia. Acontece uma redução progressiva da família, chegando à última unidade binária - homem e mulher -, num estreitamento cada vez maior, chegando à monogamia.

Neste reducionismo surge a família onde domina o poder patriarcal sobrepujando o direito materno até então vigente. É uma das características marcantes

²⁹ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução de João Pedro Gomes. In: *Obras Escolhidas - Em três Tomos*. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985. p. 228.

³⁰Neste sentido Engels exemplifica: "assim, Agassiz (*A Journey in Brazil, Boston and New York*, 1868, p. 266) conta de uma família rica de origem índia que quando conheceu a filha lhe perguntou pelo pai, na convicção de que seria o marido da mãe, que estava, como oficial, na guerra contra o Paraguai; mas a mãe respondeu sorrindo: 'não tem pai, é filha da fortuna'. (...) é a maneira como as mulheres índias ou mestiças aqui sempre falam dos seus filhos ilegítimos, inconscientes de qualquer mal ou vergonha. (...) Aquilo que aqui parece estranho ao civilizado é, segundo o direito materno e no casamento de grupo, simplesmente a regra." ENGELS, Friedrich. *Op. cit.*, p. 255-6.

do patriarcado não é a poligamia, mas sim a organização pelo homem da família com os filhos, servos, "e o objetivo de toda a organização é a guarda de rebanhos e manadas numa área limitada (...). O essencial é a incorporação de pessoas não livres e o poder paterno."³¹

Engels, em tom irônico, explica que a palavra latina "família" não significa o composto de sentimentalidade e brigas domésticas de hoje, mas que na antiga família romana a palavra se refere aos escravos da mesma. "Famulus quer dizer escravo doméstico e família é a totalidade dos escravos pertencentes a um mesmo homem. No tempo de Gaio ainda a família, *id est patrimonium* (isto é, a parte de herança) era legada por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social cujo chefe [Haupt] tinha sob si mulher e filhos e um certo número de escravos, sob poder paterno romano, com o direito de vida ou de morte sobre todos."³²

Neste sentido acrescenta Marx que "a família moderna contém em germe não só a escravatura (*servitus*), mas também a servidão, pois tem desde o início relação com os serviços para a agricultura. Ela contém em si, em *miniatura*, todas as oposições que mais tarde se desenvolverão amplamente na sociedade e no seu Estado."³³

Estas rápidas ponderações acima se fazem necessárias para abordar a questão do surgimento da propriedade privada. No entender de Engels a família monogâmica traz em seu seio já não condições naturais em sua formação, mas sim condições

³¹ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 261.

³²ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 261.

³³ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 262.

econômicas, exemplificado "nomeadamente na vitória da propriedade privada sobre a originária propriedade comum natural. Dominação do homem na família e procriação de filhos que só pudessem ser seus e que estavam destinados a tornar-se herdeiros da sua riqueza eram os únicos objetivos do casamento singular, conforme os gregos exprimiam sem rodeios. De resto, o casamento singular era para eles um fardo, uma obrigação para com os deuses, o Estado e os seus antepassados."³⁴

A história para Marx e Engels não se prende à simples análise das idéias, das atitudes e mudanças que ocorrem com determinados governos, regimes políticos e Estados. Ela é um processo complexo da luta de classes, do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das forças políticas da dominação. O lugar onde se "desenrola" a história não está restrito ao ambiente das elites, do governo ou do Estado, mas alcança a sociedade civil, aqui entendida num sentido amplo de relações sociais onde ocorre o processo de reprodução das condições materiais de existência.

Para Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, as formas de propriedade estão em relação direta com as diferentes fases da divisão do trabalho, "ou seja, cada uma das fases da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si no que respeita ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho."³⁵

A divisão do trabalho se manifesta de diversas formas, ocorre entre o homem e a mulher, com o trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, cidade x campo,

³⁴ENGELS, Friedrich. Op. cit., P. 269.

³⁵MARX, Carl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Moraes. p. 17.

entre trabalho intelectual e material, mais tarde entre trabalho industrial e trabalho comercial, e concomitantemente, ocorrem outras tantas formas de propriedade.

Com a divisão social do trabalho temos a propriedade privada, o Estado, a alienação da atividade social. Marx e Engels creditam à divisão do trabalho o surgimento das contradições. As contradições já estão presentes na divisão natural do trabalho nas primitivas famílias, quando estas estão separadas e a família é em essência o poder do homem sobre a mulher, os filhos, os escravos. A propriedade tem aí sua origem, ou seja a escravatura no seio da família é a expressão dela.

Para os autores, tanto a divisão do trabalho como a propriedade privada são expressões idênticas. A divisão do trabalho enuncia-se em relação à atividade, enquanto a propriedade privada refere-se ao produto da atividade.

Resumidamente as formas de propriedade para Marx e Engels são: 1) propriedade tribal, 2) propriedade comunal e estatal antiga, 3) propriedade feudal, ou de estados, ou de ordens sociais e, 4) propriedade moderna burguesa.

À primeira forma da propriedade corresponde uma fase não desenvolvida da produção, onde a divisão do trabalho pouco está desenvolvida, limitada à divisão natural do trabalho existente na família. Pressupõe uma grande área de terra ainda não cultivada e o sistema de escravidão.

Na segunda forma de propriedade, o ponto de partida para sua caracterização é a cidade (união de várias tribos que a compõem), na qual continua a escravatura e germina a propriedade privada móvel e mais tarde a imóvel, como forma anormal e subordinada à propriedade comunal. Aqui já temos uma divisão do trabalho num nível

mais avançado, com o antagonismo cidade-campo instaurado, bem como das classes senhores-escravos.

Como na segunda forma de propriedade, na terceira temos também uma associação da classe dominante face à classe produtora dominada, com diferenças apenas no tocante as condições de produção, e o ponto de partida para sua caracterização é o campo. A forma de propriedade feudal, que tem no campo sua origem, arrasta para a cidade a sua estrutura. Enquanto que no campo a propriedade por excelência é a fundiária e o trabalho do servo preso a ela, na cidade, a propriedade que se manifesta é a propriedade do próprio trabalho com um pequeno capital - corporações - a dominar o trabalho dos oficiais. Por fim, temos a propriedade burguesa moderna, reflexo de uma grande divisão do trabalho.

Para Marx e Engels há uma relação entre os instrumento de produção e as formas de propriedade. Os instrumentos de produção podem ser divididos em: 1) instrumentos de produção naturais; e 2) instrumentos de produção criados pela civilização, aqui fazendo parte tanto as máquinas como o próprio homem, pois ele se encontra como criador dos instrumentos de produção e também como sendo um deles.

No caso dos instrumentos de produção naturais, onde os indivíduos estão subordinados à natureza, a propriedade da terra se manifesta como domínio natural direto. Neste caso, em que a divisão entre o trabalho material e intelectual ainda não ocorreu, o domínio do proprietário sobre os não proprietários tem como base relações pessoais num contexto comunitário. Já com os instrumentos de produção criados pela civilização, os indivíduos estão subordinados a um produto do trabalho, onde a propriedade da terra surge como domínio do trabalho, do trabalho acumulado, do

capital; e o domínio que o proprietário exerce adquire uma forma concreta - o dinheiro.

Partem, Marx e Engels, dos instrumentos de produção para mostrar a necessidade da propriedade privada para certas etapas industriais, ou seja, que no caso dos instrumentos de produção criados pela civilização a indústria existe apenas na e pela divisão do trabalho. Uma avançada divisão do trabalho e a forma moderna de propriedade privada viabilizam a grande indústria, que é a expressão de todo este processo.

Nas etapas industriais a propriedade se manifesta de diferentes formas. Na indústria extrativa a propriedade privada ainda está ligada apenas ao trabalho desenvolvido. Na pequena indústria e na agricultura "a propriedade é consequência necessária dos instrumentos de produção existentes."³⁶

Uma das discussões que surgem é saber se a propriedade privada da terra do pequeno agricultor é, ou não, semelhante à grande propriedade da terra ou ao capital industrial, visto que na agricultura, em todos os tempos, para Marx e Engels, a propriedade é consequência necessária dos instrumentos de produção de uma determinada época.

O pequeno proprietário fundiário, por mais que seja proprietário, nada possui se não tiver capital suficiente para desenvolver sua atividade. Sem capital para o cultivo, a propriedade privada da terra - do pequeno produtor -, não configura nada diferente do simples proprietário urbano, detentor apenas da sua força de trabalho -

³⁶MARX, Carl e ENGELS, Friedrich. Op. Cit. p. 62.

proletariado. O pequeno proprietário também, produzindo ou não, está inserido no complexo processo de produção do modo de produção capitalista. O isolamento destes, como fator limitador de sujeitos da história, não é muito maior que o do proletariado urbano.³⁷

Marx e Engels afirmam que a divisão social do trabalho é uma das principais forças da História, e que mostra várias fases no decorrer desta. Na transição da barbárie para a civilização, da tribo para o Estado, ocorre a maior divisão do trabalho material e intelectual que se manifesta pela separação da cidade e do campo. Com a cidade cria-se toda uma estrutura urbana em oposição ao campo que vive em condições de um maior isolamento, sendo que "o antagonismo entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada. (...) O trabalho é aqui, de novo, o principal poder sobre os indivíduos, e enquanto este existir tem de existir também a propriedade privada."³⁸

Neste sentido "a separação cidade e campo pode ser também tomada como a divisão de capital e propriedade fundiária, como o começo de uma existência e desenvolvimento do capital independente da propriedade fundiária, do capital, ou seja, uma propriedade que tem a sua base meramente no trabalho e na troca."³⁹

³⁷ Abramovay afirma que a empresa familiar, como unidade produtiva, tem papel importante na economia das nações modernas e que as plantations são inviáveis economicamente, daí o setor rural no capitalismo estar sempre atrás do urbano. A velocidade de reprodução do capital é maior na indústria do que na agricultura e disso decorre a importância de novas tecnologias na agricultura, contempladas por políticas agrícolas, para afrontar, ou melhor, diminuir as limitações impostas pela própria natureza, ou seja, plantas de ciclo mais curto, maior produtividade, resistentes aos ventos, resistentes a pragas, uso de secantes para uma rápida colheita e desocupação do solo para a instalação de uma nova cultura, irrigação, transplante de embriões, uso da plasticultura para proteção e diminuição do ciclo das culturas, etc. ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo/ Rio de Janeiro/ Campinas: Hucitec/ Anpocs/ Unicamp, 1992.

³⁸ MARX, Carl e ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 64.

³⁹ MARX, Carl e ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 65.

A fuga de muitos servos para a cidade na Idade Média, marca o fortalecimento desta com a criação das corporações de ofícios, espelhado no fato de que "estas cidades eram verdadeiras associações, criadas pela necessidade imediata, pelo cuidado com a proteção da propriedade, e para multiplicar os meios de produção e os meios de defesa de cada um dos membros."⁴⁰

A propriedade fundiária na Idade Média passa por profundas transformações a partir das invasões bárbaras com o declínio do Império Romano do Ocidente. Podemos observar que

"entre os germanos, no tempo das invasões, ela apresenta ainda características arcaicas. Estes povos estão fortemente propensos ao nomadismo, passam de um território a outro, que exploram coletivamente, enquanto ele se mantém fértil, depois emigram. As tribos é que são titulares desta Propriedade coletiva (Marka, Allmende, Volkland). As terras confiscadas aos proprietários romanos ou provinciais tornam-se, por conseguinte, Propriedade coletiva dos grupos gentílicos (sippen, fare) ou por vezes, de comunidades de soldados (arimannie). Mais tarde, em contato com o direito romano e por necessidade de salvaguardar o caráter intensivo das culturas, começa a desenvolver-se entre os germanos a Propriedade privada das terras."⁴¹

Esta forma de propriedade privada das terras existente na Idade Média sofre algumas limitações. Não se trata da mesma forma como hoje a temos. Nesta época a propriedade privada da terra não é plena e absoluta como foi no direito romano anterior, e sim temos a propriedade de uma mesma coisa dividida em vários domínios, isto é, um direito de propriedade que não exclui os outros da relação com a mesma

⁴⁰MARX, Carl e ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 66

⁴¹BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Op. cit., p. 1032.

amplitude e que permite a existência de possuidores de títulos diversos sobre uma mesma coisa.

Como na Idade Média "não existindo uma autoridade central dotada de um poder efetivo, reina em todos os níveis aquela 'confusão da soberania e da Propriedade' que é típica do Feudalismo: o proprietário de terras assume poderes políticos sobre os camponeses que trabalham nas suas terras, impondo uma série de limitações às suas liberdades pessoais. Assim, o modo de produção escravista é substituído pelo feudal: ao escravo sucede o servo, que goza de uma liberdade pessoal parcial, da Propriedade parcial dos meios de produção (instrumentos de trabalho, animais) e de uma certa autonomia na gestão da sua pequena empresa agrícola."⁴²

Na formação da propriedade privada moderna é interessante notar que nas primeiras cidades da Idade Média a divisão do trabalho é pouco desenvolvida, tanto entre as corporações, como no seio delas, e um passo decisivo no desenvolvimento da divisão do trabalho foi a separação entre a produção e o intercâmbio. Com o intercâmbio acontece uma ligação entre uma cidade e outra, e aí a classe dos comerciantes desempenhou importante papel até chegarmos a ter um intercâmbio mundial, já com base na grande indústria.

Neste processo, Marx e Engels, dão destaque especial à tecelagem como produto da divisão do trabalho entre as cidades, sendo que "com a manufatura liberta das corporações mudaram também, imediatamente, as relações de propriedade. O primeiro progresso sobre o capital natural de ordem ou estado verificou-se com o ascenso dos comerciantes, cujo capital era, desde o princípio, móvel, capital no

⁴²BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Op. cit., p. 1033.

sentido moderno, tanto quanto as condições de então no-lo permitem afirmar. O segundo progresso veio com a manufatura, a qual de novo mobilizou uma massa do capital natural e, no geral, aumentou a massa do capital móvel face ao natural."⁴³

Com a manufatura estabelece-se uma concorrência entre as nações, bem como o comércio ganha agora importância política, sendo que ela também é responsável pelas mudanças no relacionamento entre o empregador e o operário, que com o dinheiro, como vínculo entre eles, sobrepõe o vínculo patriarcal que se estabelecia nas corporações.

A Idade Moderna começa a esboçar-se com a expansão comercial, pelo início da grande produção manufatureira, pela formação de impérios financeiros, pelas sociedades por ações, e no século XVI com a descoberta do Novo Mundo a propriedade privada mobiliária torna-se mundial. As custas das novas colônias temos o período denominado de fase da acumulação primitiva do capital, o que possibilita o advento do modo de produção capitalista.

A nova forma de propriedade que ganha destaque nesta fase, principalmente com a revolução Industrial, responsável pelo câmbio do período manufatureiro ao período do maquinismo, é a propriedade industrial que vem a se juntar à propriedade imobiliária. Representa também o fim da supremacia da propriedade fundiária, visto que esta forma de propriedade assentada em economias de base predominantemente

⁴³ Ainda quanto a manufatura, ela "tornou-se, ao mesmo tempo, um refúgio dos camponeses contra as corporações que os excluíam ou lhes pagavam mal, do mesmo modo que anteriormente as cidades das corporações tinham servido aos camponeses de refúgio contra os grandes proprietários rurais." MARX, Carl e ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 70-1.

agrícola reinava quase que exclusiva em relação às outras formas de propriedade até então.

De importância indiscutível, no campo jurídico e político, tivemos a Revolução Francesa de 1789, que pôs "termo à concepção medieval, dentro da qual o domínio se encontrava repartido entre várias pessoas, sob o nome de domínio iminente do Estado, domínio direto do senhor e domínio útil do vassalo; e havia substituído pelo conceito unitário de propriedade, peculiar ao Direito Romano, e onde o proprietário é considerado senhor único e exclusivo de sua terra."⁴⁴

Nos séculos XVII e XVIII, conforme Marx e Engels, se estabelece um novo período da propriedade privada onde manufatura perde espaço para o comércio e a navegação, tanto que considera o século XVIII como o século do comércio. Esta transformação é marcada pelas Leis da navegação promulgadas por Cromwell em 1651, e pelos monopólios coloniais.

A grande procura por produtos manufaturados, em que esta procura foi superior às forças produtivas então existentes, deu origem à criação da grande indústria, que inaugura mais um período, o terceiro desde a Idade Média, da propriedade privada.

O surgimento da grande indústria, para os autores mencionados acima,

"universalizou a concorrência, estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial moderno, submeteu a si o comércio, transformou todo o capital em capital industrial e criou assim rápida circulação (o desenvolvimento da finança) e concentração dos capitais. (...) completou a vitória da cidade

⁴⁴RODRIGUES, Sílvio. *Direito Civil - Direito das Coisas*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 1993. p. 78-9.

comercial sobre o campo. A sua primeira premissa é o sistema automático. O seu desenvolvimento criou uma massa de forças produtivas para as quais a propriedade privada se tornou um grilhão, do mesmo modo que a corporação para a manufatura e a pequena oficina rural para o artesanato em desenvolvimento. Sob a propriedade privada, estas forças produtivas recebem um desenvolvimento apenas unilaterial, tornam-se forças destrutivas para a maioria, e uma grande quantidade destas forças não podem sequer ser aplicadas na propriedade privada."⁴⁵

A grande indústria não se manifesta da mesma forma em todas as regiões de um país, e nem tampouco em todos os países e "estas diferentes formas são outras tantas formas da organização do trabalho e, assim, da propriedade."⁴⁶

Acrescentado ainda que "na grande indústria, pela primeira vez, é produto desta a contradição entre o instrumento de produção e a propriedade privada, e para produzir tal contradição tem de estar já muito desenvolvida. Por isso, só com a grande indústria é também possível a abolição da propriedade privada."⁴⁷

É necessário ficar evidente que:

"a propriedade privada, na medida em que no seio do trabalho se contrapõe ao trabalho, desenvolve-se a partir da necessidade da acumulação, e a princípio ainda tem sempre a forma da comunidade, mas no seu desenvolvimento posterior aproxima-se cada vez mais da forma moderna da propriedade privada. Pela divisão do trabalho está dada, logo de início, a divisão também das condições de trabalho, das ferramentas e dos materiais, e com ela a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários, e com ela a fragmentação entre o capital e o trabalho, e as diferentes formas da própria propriedade. Quanto

⁴⁵MARX, Carl e ENGELS, Friedrich. *Op. cit.*, p. 77-8.

⁴⁶MARX, Carl e ENGELS, Friedrich. *Op. cit.*, p. 79.

⁴⁷MARX, Carl e ENGELS, Friedrich. *Op. cit.*, p. 62

mais se desenvolve a divisão do trabalho, e quanto mais cresce a acumulação, tanto mais agudamente se desenvolve também esta fragmentação. O próprio trabalho só pode existir sob a premissa desta fragmentação."⁴⁸

As forças produtivas, que anteriormente estiveram ligadas por um vínculo direto com os indivíduos, com o advento da grande indústria acaba-se o processo de divórcio entre eles. As forças produtivas que antes eram próprias dos indivíduos, agora são da propriedade privada, isto é, as forças produtivas só são dos indivíduos enquanto estes são proprietários privados. Diante deste quadro a necessidade que os indivíduos tem de assegurar a sua própria existência e também de uma auto-ocupação, nos dizeres de Marx e Engels, leva à necessidade de uma apropriação de todas as forças produtivas⁴⁹.

Enfim, para Marx e Engels, a propriedade entre os povos antigos era por excelência a fundiária, isto tanto na propriedade tribal quanto na propriedade estatal posterior. Na propriedade estatal, quando da formação das cidades nas quais viviam juntas várias tribos, o direito do indivíduo era apenas o de posse da terra, a propriedade era basicamente estatal. Já a propriedade tribal na Idade Média se desenvolve em várias fases (propriedade fundiária feudal, propriedade móvel corporativa, capital manufatureiro) até o capital moderno (condicionado pela concorrência em nível mundial e pela grande indústria) em que a propriedade privada

⁴⁸MARX, Carl e ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 95.

⁴⁹"A apropriação destas forças nada mais é, ela mesma, do que o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos da produção material. A apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção é desde logo, por isso, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos. (...) Em todas as apropriações até hoje realizadas, uma massa de indivíduos continuou subordinada a um único instrumento de produção; no caso da apropriação dos proletários, uma massa de instrumentos de produção tem de ser subordinada a cada indivíduo e a propriedade tem de ser subordinada a todos. O intercâmbio universal moderno só pode ser subordinado aos indivíduos de uma maneira: sendo subordinado a todos os indivíduos." MARX, Carl e ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 97-8.

moderna corresponde ao Estado moderno. Este Estado moderno foi, no entender destes, adquirido gradualmente pelos proprietários privados.

2.3. Os "pontos de vista" em torno da história da propriedade

A abordagem da história da propriedade pelos autores trabalhados, a título de situações exemplares, leva-nos a fazer algumas ponderações necessárias em torno de tão controvertido tema.

A Cidade Antiga de Fustel de Coulanges é, sem dúvida, uma grande obra e que contribui para um melhor entendimento do conceito histórico da propriedade privada, apesar de ser a religião, ou melhor, as crenças que os homens nutrem, o eixo central de seu trabalho. A "evolução" da religião está ligada diretamente, como determinante, ao nascimento e desenvolvimento das instituições, como por exemplo, a propriedade privada da terra.

Este autor, mesmo creditando um lugar de destaque às crenças, como motor da história, faz, na parte que trata do período das revoluções na Grécia e em Roma, uma detalhada narrativa que permite fazer uma leitura, de uma perspectiva mais abrangente, da luta de classes ocorridas então.

Estas revoluções situadas a partir do século VII a. C., tiveram como causa, para Coulanges, primeiro, as mudanças ocorridas no campo das idéias e das crenças, e segundo, a questão de existir uma divisão da sociedade em classes. Aqui caberia uma inversão de perspectiva. Séculos de lutas entre os eupátridas e tetas no caso dos

gregos, e com os romanos entre os patrícios e os plebeus. É interessante que o próprio autor coloca que as lutas ocorriam, não somente como causa das diferentes crenças, mas principalmente em torno da propriedade dos meios de produção; os interesses ligavam-se as condições materiais de existência.

Não nego o papel importante que a religião, os deuses, as crenças, como frutos da imaginação de homens situados historicamente, teve em todos os tempos como uma força capaz de influenciar num determinado modo de produção. Longe está, porém, de situa-la como um referente central na busca de uma força motriz da humanidade.

Assim, este trabalho de Coulanges, bem como hoje o movimento dos sem-terra dispostos por todo o Brasil, se vêem ofuscados pela forte presença das crenças religiosas. A fé, como bem apontou Nietzsche, não move montanhas, antes levanta-as em lugares que não existiam.

A propriedade, originariamente, está para Coulanges ligada a questão do culto doméstico de veneração aos antepassados mortos. A religião doméstica ensinou o homem a apropriar-se da terra e assegurar-lhe o direito sobre ela. Esta propriedade tipicamente familiar é regulada essencialmente pelo culto, entendido como conjunto de crenças mantido por uma determinada família e com a evolução da religião a propriedade, como instituição, também muda. Do discurso sustentado pelo autor, aí reside o problema maior, ou seja, a instituição da propriedade não decorre das relações materiais dos homens que buscam antes de mais nada assegurar a sobrevivência.

As leis agrárias comuns nos tempos das revoluções, que trata Coulanges, espelham, antes de um conjunto de crenças de cunho religioso, a luta de classe que se estabelece em torno da propriedade fundiária. Aqui, nestes séculos que antecedem a

era cristã, já temos uma farta documentação escrita que comprova a existência de inúmeros conflitos em torno desta forma de propriedade.

A perspectiva das classes dirigentes oligárquicas em relação a propriedade, ao casamento, a família e outras instituições são sem dúvida "perspetivas de classe". Coulanges, quando em seu livro aborda as revoluções, a partir do século VII a. C., que ocorreram com os gregos e romanos, trabalha as lutas entre a classe dos "inferiores" e a dos proprietários, sendo que "essa aristocracia permaneceu, durante muitas gerações, senhora absoluta do governo, conservando o título de proprietários, o que parece indicar não terem as classes inferiores o direito de propriedade sobre o solo."⁵⁰

Os conflitos em torno da propriedade da terra na antiga civilização grega e romana são inúmeros, assim "as tradições e os testemunhos da antigüidade colocam sob o reinado de Sêrvio os primeiros progressos dos plebeus. O ódio que os patrícios conservavam por esse rei mostra-nos suficientemente qual era a sua política. Sua primeira reforma foi dar terras à plebe"⁵¹.

As leis agrárias sempre assustaram os latifundiários. Em Roma a concentração da propriedade privada começou cedo e com isso temos inúmeros casos de luta entre

⁵⁰COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 207. Notar que apesar do autor creditar um forte peso à questão da crença na constituição das instituições, ele mostra que nas revoluções ocorridas nas sociedades antigas já estavam formadas as classes antagônicas dispostas conforme a riqueza e em luta (vide p. 231).

Não foram poucas as vezes que a classe dirigente em manobras de uma ampliação de sua base legitimadora estendeu o direito de propriedade a todos, tanto que "antes de Sólon, a maior parte dos habitantes da Ática achava-se ainda reduzida à posse precária do solo, e podia mesmo recair na servidão pessoal. Depois de Sólon, não voltamos mais a encontrar essa numerosa classe de homens; não vemos nem os rendeiros sujeitos ao tributo, nem a terra escrava, e o direito de propriedade torna-se acessível a todos. Grande transformação, cujo autor só pode ter sido Sólon." p. 216.

⁵¹COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 231.

os patrícios e os plebeus pobres que reclamavam para si uma parte maior da distribuição das terras conquistadas dos inimigos, isto é, as **terras públicas**⁵².

O uso de técnicas para fazer crer e o manejo das crenças conforme os interesses econômicos em jogo, fazem parte do contexto da cidade antiga. O patrício, como homem nobre, rico e poderoso, era também, "alternadamente guerreiro, magistrado, cônsul, agricultor ou comerciante; mas por toda a parte, e sempre, é sacerdote e tem o seu pensamento fixo nos deuses. (...) Engana-se muito, quanto à natureza humana, quem supuser que uma religião possa estabelecer-se por convenção e manter-se pela impostura. Conte-se, em Tito Lívio, as vezes que essa religião incomodou os próprios patrícios, e em quantas outras ocasiões embaraçou o senado e entrou sua ação, e diga-se depois se a religião foi inventada para comodidade dos políticos. Foi nos tempos de Cícero que se começou a julgar a religião como útil ao governo, mas a religião já se sumira dos corações dos homens."⁵³

Como acima está bem caracterizado, Coulanges não admite que existiu o uso político da religião na cidade antiga. É interessante observar o que ele afirma, em outro momentos de sua obra, quando das revoluções em Atenas, que "debalde os eupátridas lançaram mãos de todos os recursos da religião. Em vão afirmaram que os deuses estavam irritados e apareceram fantasmas. Sem resultado purificaram a cidade de todos os crimes do povo e erigiram dois altares, um à Violência e outro à Insolência, para apaziguar essas duas divindades cuja influência maligna havia

⁵² A concentração das terras nas mãos dos patrícios foi violenta (como é hoje no Brasil - sem a denominação de patrícios), o que ocasionou, como exemplo, no século II a. C. a tentativa de Tibério Semprônio Graco e Caio Semprônio Graco, irmãos e tribunos, de refrear a ganância da aristocracia oligárquica romana através de leis agrárias. O primeiro foi morto, o segundo suicidou-se. Vide os números das mortes de trabalhadores que lutam pela Reforma agrária no Brasil nestas últimas décadas.

⁵³ COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 176-7.

perturbado os espíritos. Tudo isto de nada serviu. Os sentimentos de ódio não se abrandaram."⁵⁴

Aristóteles nos mostra em *A política*, não deixando de observar que outros autores da época poderiam vir à baila, v.g. Platão, como as discussões já estavam adiantadas em relação a concentração privada das terras. O autor, no estudo que faz, da organização política, econômica e social em muitos Estados existentes na época, levanta questões em torno da terra no tocante a pertencerem ou não à coletividade ou aos indivíduos isoladamente. Demonstrando preocupação com a subsistência dos despossuídos, fato notável em vista a dominância das oligarquias neste período⁵⁵.

De uma perspectiva diferente, comprometida com a classe economicamente espoliada, Engels trabalha a história primitiva, com isso a família, a propriedade e o Estado, com base no materialismo histórico. Faz a ligação do desenvolvimento das condições materiais com as mudanças na estrutura das famílias, bem como das mudanças do conceito de propriedade, ou seja, a propriedade privada ganha, como instituição, uma definição a partir de todo um processo sócio-econômico-cultural.

⁵⁴COULANGES, Fustel de. Op. cit., p. 227.

⁵⁵Aristóteles no livro segundo, quando do exame da *República* de Platão, refuta o sistema da comunidade de bens, sendo que "a ordem natural das idéias traz a questão da propriedade. Qual será a lei sobre as propriedades no projeto da melhor Constituição? Serão elas comuns ou individuais? Esta questão é independente da legislação sobre as mulheres e os filhos. Aqui só considero os bens de raiz. Dividindo-se as terras em propriedades particulares, como hoje o são trata-se de saber se será melhor que a comunidade participe das terras ou somente da colheita. Por exemplo, se será melhor que as terras sejam possuídas por particulares, mas que se tirem e se consumam os frutos em comum, como fazem algumas nações; ou, ao contrário, que a terra e a cultura sejam comuns, mas que os frutos sejam repartidos segundo as necessidades particulares, como muitos povos bárbaros têm fama de fazer; ou, finalmente, que as terras e os frutos sejam repartidos." ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução de Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Tecnoprint. p. 31. Diz ainda Aristóteles em relação a propriedade privada: "O mais doce dos prazeres é auxiliar os amigos, os hóspedes, os companheiros, e ele não pode ser obtido a não ser por meio da posse individual. (...) não se poderá formar um Estado sem dividir e separar as propriedades, delas aplicando uma parte nas refeições públicas e outra na manutenção das fratrias e das tribos". p. 86-7.

Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, o autor parte, para estudar estas questões, da produção material dos meios de vida. Acusação comum ao autor é de que ele dá crédito único ao econômico, de que sua teoria parte sempre de uma base econômica. Sem dúvida que ele, bem como Marx, partem das condições materiais de existência em seus trabalhos, mas nesta obra um dos aspectos marcantes é como Engels transita com desenvoltura em aspectos culturais de determinados povos, isto é, demonstra que o nível econômico é fundamental, mas também, que há outros níveis de discussão.

O conceito jurídico de propriedade muda no decorrer da história. Na Idade Média, com as invasões bárbaras e o declínio do Império Romano do Ocidente, ocorreram mudanças profundas no direito de propriedade vigente, isto é, a propriedade das terras volta a ser coletiva, quase que semelhantes as de tipo gentílico, pertencentes a totalidade de um determinado grupo.

Neste contexto, com o advento da modernidade, é retomado o direito romano que tratava da propriedade. A incorporação do direito romano pela burguesia emergente não se deu somente pelo fato de que este direito tinha uma "logicidade interna", ou que era o direito mais bem elaborado que se tinha conhecimento, mas principalmente porque as formulações teóricas que ele continha atendiam às necessidades de legitimação da acumulação denotadas no modo de produção capitalista que aí surgia⁵⁶.

⁵⁶"houve a unificação do sistema legal, com o ressurgimento do Direito Romano, para regular as transações comerciais que se avolumavam." ANTUNES, Paulo Bessa. *A Propriedade Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: OAB/RJ. p. 35.

"A influência crescente do direito romano se fazia sentir, aqui notadamente do Código de Justiniano, liv. XI, cujo título 'de omni agro deserto' encontrava, ao tempo correspondências não pequenas na situação geral dos domínios

Neste sentido, a instituição da propriedade privada, tratada em suas diversas formas, ganha destaque em Marx como parte de um processo histórico. Da propriedade tribal, passando pela propriedade comunal e estatal antiga e também pela propriedade feudal, chega-se, pela divisão da produção cada vez maior, à propriedade privada burguesa.

Marx, discutindo a questão da propriedade privada da terra no século passado, leva em consideração os estudos em torno da questão agrária levantados por David Ricardo. No século XIX o setor primário da economia, com seus problemas econômicos e sociais, ganha destaque numa elaboração teórica mais acurada nas ciências sociais. Daí os estudos que tinham por objeto os camponeses da França, da Alemanha e da Inglaterra, pela importância que eles tinham em relação ao modo de produção capitalista em vias de afirmação.

Na Idade Moderna veio se juntar à propriedade privada da terra a propriedade industrial - capital em seu sentido moderno. Neste sentido Marx vê que as possibilidades da abolição da propriedade privada se encontra no desenvolvimento da grande indústria, pois aí afloram as contradições do modo de produção capitalista.

Uma observação a ser feita é que o mesmo Estado, como Engels bem aponta⁵⁷, que protege e dá sustentação a propriedade privada, cria mecanismos para sua

portuguêses." LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1954. p. 19.

⁵⁷"Só uma coisa faltava ainda: uma instituição que não só protegesse as riquezas recém-adquiridas por cada indivíduo contra as tradições comunistas da ordem gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão menosprezada, e declarasse essa consagração como o fim supremo de toda a comunidade humana, mas que também apusesse a marca do reconhecimento social geral às novas formas da aquisição de propriedade que se iam desenvolvendo umas a seguir às outras, (...) E essa instituição veio. Foi inventado o Estado." ENGELS, Friedrich. Op. cit., p.309.

concentração através, por exemplo, de políticas agrícolas, e também quando se vê pressionado pelos despossuídos é capaz de positivizar juridicamente as reivindicações em torno de uma reforma agrária. Esta tem ocupado quase todo o espaço nos debates em torno da questão agrária.

Muitas questões surgem no decorrer do resgate do conceito de propriedade enquanto instituição histórica. Uma delas é a questão do sujeito da história no sentido de como ficam os camponeses e os sem-terra diante do proletariado urbano supostamente mais dinâmico. Outra, se é possível alcançar uma organicidade dos movimentos dos sem-terra e sindicatos de pequenos proprietários, com outros movimentos sociais, visto que até o projeto da reforma agrária, tão discutido, não se efetiva, em parte, por falta de um compromisso dos trabalhadores urbanos. Isto demonstra, em certo sentido o que Marx disse a respeito da divisão do trabalho entre cidade e campo, a concorrência e o conseqüente isolamento da classe trabalhadora.

No modo de produção capitalista a propriedade privada da terra é uma das formas que assume o sagrado direito de propriedade, tudo está a mercê de apropriação como coisa privada.

Conforme ensina Aued: "a forma pouco significa, fundamental é ser objeto de apropriação privada, do que resulta poder real. Deste alerta ocorre-nos depreender que são complexas as tentativas de coletivizar um 'bem' que é socialmente privado. Isto quer dizer que redistribuir ou não 'terras' tem injunções que ultrapassam os limites do mundo agrário."⁵⁸

⁵⁸ AUED, Bernardete wrublevski. Op. cit., p. 136

Mesmo as formas de propriedade privada, como por exemplo a dos pequenos agricultores, que não são centrais em relação ao modo de produção, desempenham uma papel cultural importante no sentido de que afirmam e legitimam o "valor" que se atribui à propriedade privada. Os proprietários marginais saem em defesa do sagrado direito sem perceberem que certas formas de propriedade, estando dispersas por toda a sociedade, num processo complexo de legitimação, impedem que se ataque frontalmente outras formas de propriedade que são fundamentais no processo de dominação do homem pelo homem.

Atualmente nota-se uma mudança no conceito jurídico de propriedade. Só é legítima aquela propriedade, aqui propriedade privada da terra, que atende a sua função social. Contudo é de observar-se que de modo algum esta mudança atinge as formas fundamentais de propriedade privada no modo de produção capitalista.

Enfim, este breve resgate histórico faz com que possamos refletir melhor a respeito das várias formas que a propriedade assume e também das condições atuais no que concerne a "absoluta" concentração fundiária em nosso país. Ficando assim, que o conceito de propriedade é determinado por homens concretos situados historicamente, tanto que, "desde o advento da civilização, o crescimento da propriedade tem sido tão imenso, as suas formas tão diversificadas, os seus usos tão expandidos e a sua administração tão inteligente no interesse dos seus proprietários que se tornou, em relação ao povo, um poder inadministrável. O espírito humano fica desconcertado na presença de sua própria criação."⁵⁹

⁵⁹ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 373-4. Trata-se aqui de uma citação por Engels de Morgan In: Morgan, *Ancient Society*, p. 552.

CAPÍTULO II

PEQUENO RESGATE HISTÓRICO DO DIREITO AGRÁRIO NO BRASIL COLONIAL

1. O MODO DE PRODUÇÃO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Este século é marcado por uma discussão que envolve eminentes pensadores em torno de qual modo de produção se desenvolveu no Brasil em seu período colonial, onde cada autor agarra-se fervorosamente em suas teses. Este calor do debate se deve a estar em jogo nestas teses uma concepção de mundo, e mais, um projeto político determinado. Ter claro estas teses, é pressuposto básico para aqueles que buscam interpretar a sociedade a partir do rico prisma da realidade agrária brasileira e suas instituições jurídicas.

A categoria "modo de produção", da teoria marxista, é um dos enfoques pelo qual se pode discutir acerca da realidade de determinada sociedade, no nosso caso, da realidade jurídica da propriedade fundiária brasileira. Assim, entendemos que o modo de produção, dominante em determinado lugar, é a expressão das formas produtivas que se estruturam em determinado momento histórico. A produção, para atender às necessidades básicas dos homens, se organiza num específico modo de produção.

Pode parecer a primeira vista, num plano superficial, que esta discussão é um caminho do nada para lugar nenhum, restrita ao mundo acadêmico, mas "deter-se nessa controvérsia em busca de um ponto de vista firmado sobre a classificação do regime econômico colonial pode parecer, aos menos avisados, uma inútil perda de tempo e um esforço desnecessário. Entretanto, não se trata de um debate meramente

acadêmico e desligado de qualquer sentido prático. Nêle estão envolvidas questões de enorme significação para o desenvolvimento econômico e social de nosso país, bem como interesses políticos da máxima relevância, como iremos ver."¹

Há autores que defendem que o modo de produção no Brasil colonial foi predominantemente o feudal, como o caso do marxista Alberto Passos Guimarães, ou como sugere o quadro do pintor Benedito Calisto - *Afonso de Souza a Caminho de Piratininga* - que registra o desembarque das três ordens feudais no Brasil: a nobreza armada e togada, o clero e o povo, este último representado pelos soldados, colonos e degradados.

Outros defendem que o sistema capitalista "reinou" na colônia desde seu descobrimento por Portugal, como podemos ver na *História Econômica do Brasil: 1500-1820*, de Roberto C. Simonsen.

Jacques Lambert em *Os Dois Brasis* defende a tese dualista de que no Brasil convivem o feudalismo e o capitalismo simultaneamente. Temos um Brasil moderno, dinâmico, capitalista, e também, um Brasil arcaico, atrasado, feudal. Diz mais: "a diversidade do Brasil não se reduz unicamente a esse contraste entre país desenvolvido e país subdesenvolvido: as subculturas brasileiras são muito numerosas e o seu inventário apenas começou. Criadores das planícies irrigadas do sul, criadores das caatingas ressecadas do Nordeste... Muitos outros ainda, pescadores, lenhadores,

¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. cit., p. 33.

mineradores de ouro ou seringueiros, operários das cidades, contribuem para a diversidade, todos pertencem a um ou outro Brasil, o Brasil arcaico e o Brasil novo."²

Além das teses acima, há variantes importantes, como a de Caio Prado Júnior que vê no caso brasileiro uma ligação direta com a Europa, isto é, um capitalismo dependente. A colônia servindo, quase que unicamente, como meio a um fim determinado - a acumulação de capital no continente europeu nas mãos de sua burguesia.

Há também teses que sustentam o singular, o híbrido, quanto ao modo de produção vigente no período colonial. Jacob Gorender e Maria Yedda Linhares, sustentam a tese do Escravismo Colonial, enquanto modo de produção singular que se desenvolveu no continente americano. Singular como o modo de produção asiático existente no Oriente. Estes autores partem, basicamente, do fato da escravidão ser um dos pilares da economia colonial: "a formação do Capitalismo, inclusive no campo do Brasil, a partir do modo de produção escravista-colonial, finalmente, uma nova e recente concepção. Aqui temos uma origem completamente diferente da européia, contudo passível de explicação com o rigor da metodologia do materialismo histórico. (...) Mas, a fim de desenvolver esta última concepção, faz-se preciso afastar uma formulação muito difundida, a de que bastou a Abolição da Escravatura para surgir um capitalismo no campo, uma vez que os escravos foram substituídos por trabalhadores livres."³

²ANTUNES, Paulo Bessa. *A Propriedade Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: OAB/RJ. p. 21.

³ANTUNES, Paulo Bessa. Op. cit., p. 24. Pedro de Alcântara Figueira e Claudinei M. M. Mendes, no ponto: "Estudo preliminar: o escravismo colonial", sobre a obra de BENCI, Jorge S. I. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977, fazem considerações bem fundamentadas, tomando por base a relação senhores e escravos, da obra de Benci, para atribuir ao escravismo colonial caráter capitalista.

Não pretendemos aqui esgotar o assunto em torno de qual o modo de produção dominante no período colonial, apenas trazer a discussão, alguns autores que representam as principais correntes. Temos consciência de que muitos outros pensadores deveriam ser lembrados, mas como não se trata do objeto central deste estudo, visamos somente preparar um caminho, traçar alguns pressupostos para trabalharmos a Lei de Terras de 1850 com maior riqueza na abordagem.

1.1. Feudalismo colonial

Alberto Passos Guimarães reconhece que o feudalismo de Portugal no século XVI já não é mais o mesmo, não carrega as características principais do feudalismo clássico, notadamente, a economia natural, fechada, dos feudos. Cede diante da economia mercantil que se alastra, impulsionada pelas conquistas lusitanas: "Portugal, à época do descobrimento, como de resto todo o continente europeu, achava-se em pleno florescimento do mercantilismo. O regime feudal desagregava-se, o poder absoluto da aristocracia agrária entrava em decomposição e os senhores de terras que escapavam à ruína buscavam, nas atividades urbanas, novos caminhos para a conservação de seus privilégios. A aristocracia rural trocava os poderes da nobreza pelos do dinheiro."⁴ Mas estas mudanças não são suficientes para classificar o regime econômico vivido pelo país lusitano como capitalista, e muito menos, estender tal conceituação à colônia.

⁴GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. cit., p. 21.

Para sustentar a tese do feudalismo, como modo de produção predominante no período colonial da sociedade brasileira, o autor de *Quatro Séculos de Latifúndio* parte de alguns pressupostos históricos importantes. Primeiro: as metrópoles são motivadas economicamente em relação às colônias, o que faz com que transporte até elas processos avançados de produção, ou ainda, o setor mais dinâmico da economia é aquele que se lança além fronteiras na busca de maiores lucros, suplantando-se neste processo, a economia vigente na colônia, no caso natural. Subordinando sua economia aos interesses da metrópole, faz-se necessário, além do sistema de coação intrínseco da exploração econômica, sistemas de coação extra-econômicos, como as instituições políticas e jurídicas.

O poder extra-econômico, para Guimarães, é uma característica e uma sobrevivência do feudalismo. Neste caso o que melhor responde a esses interesses de dominação e subordinação econômica são os sistemas de coação extra econômicos conservadores, retrógrados. Aquilo que já foi testado e aprovado enquanto elemento coercitivo na metrópole. Assim se deu no caso do Brasil colônia. Exportou-se para as terras ultramarinas instituições políticas e jurídicas conservadoras no intuito de manter sob controle da metrópole a nova situação imposta a ferro e fogo à terra do pau-brasil.

Com isso, apesar da influência e a importância do capital comercial no processo de colonização, "êle não pôde desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de

submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América Portuguesa."⁵

Um segundo aspecto que este autor relaciona com o modo de produção feudal implementado na colônia brasileira, diz respeito às classes que se aquinhoaram dos frutos da conquista. É sabido que a nobreza feudal vinha sofrendo, nos séculos anteriores ao descobrimento, sucessivos golpes que a enfraquecera, e por outro lado, emerge uma burguesia comercial decorrente do processo de expansão do mercantilismo. Os "homens de calidades" estavam arruinados e "a grande aventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassallos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo o que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio."⁶

Mas aos "homens de calidades" não bastavam as "calidades" é preciso, além da terra, capital-dinheiro para implementar uma produção economicamente orientada: "como proprietário fundiário nada possui se, por outro lado, não possuir capital suficiente para cultivar o seu solo."⁷ Desta forma, a união com a plebe rica, com os "homens de posse" é inevitável para tocar a empresa colonial.

Embora este pacto feito entre a classe representante do feudalismo clássico e a classe burguesa emergente, Guimarães sustenta que: "desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que

⁵GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. cit., P. 22.

⁶GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. cit., p.23

⁷MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes, s/d. p. 103.

surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar, no Nôvo Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal. E não poderia deixar de assim ter procedido, porque o modelo original, de onde necessariamente teria de partir - a ordem de produção peninsular no século da Descoberta - continuava a ser, por suas características essenciais, a ordem de produção feudal."⁸

Para Guimarães, como marxista, o ponto básico num regime econômico é como os homens obtêm o seu sustento, como eles atendem às suas condições básicas de existência, isto é, o sistema de produção é o cerne da questão para determinar um modo de produção. Assim, o terceiro pressuposto histórico para sustentar a tese deste autor, é no sentido de que a base do sistema de produção na metrópole, bem como na colônia, é a agricultura, e esta residia no monopólio da terra. E como a terra é o principal meio de produção na época e se encontrava monopolizada nas mãos do senhorio feudal, estes impregnam à terra a ordem do feudalismo, mesmo decadente.

O monopólio das terras, pela nobreza, enquanto principal meio de produção, contribui decisivamente para caracterizar o regime econômico no Brasil colônia como feudal, assim, "quando a Metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial, não lhe restava outra alternativa política senão a de transplantar para a América Portuguesa o modo de produção dominante no além-mar. E o fez cônica de que a garantia do estabelecimento da ordem feudal deveria repousar no monopólio dos meios de produção fundamentais, isto é, no monopólio da terra. Uma vez assegurado o domínio

⁸GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. cit., p. 24.

absoluto de imensos latifúndios nas mãos dos 'homens de calidades' da confiança de el-rei , todos os demais elementos da produção seriam a êle subordinados."⁹

A troca do servo pelo escravo, como necessidade da empresa colonial - latifúndio colonial - numa regressão ao escravismo e o caráter comercial exportador da produção brasileira para atender ao mercado mundial, são aspectos que não comprometem o caráter feudal da economia colonial, visto que "na situação objetiva de nossa agricultura, dominar a terra, açambarcá-la, monopolizá-la significa ter, praticamente, o domínio absoluto da totalidade dos meios de produção agrícolas. Acresce que o monopólio da terra, nas condições pré-capitalistas de nossa agricultura, assegura à classe latifundiária uma força maior do que o poderio econômico, uma outra espécie de poder que freqüentemente supera e sobrevive àquele - o poder extra-econômico. O poder extra-econômico é uma característica e uma sobrevivência do feudalismo."¹⁰

O mercantilismo, no entender de Guimarães, que impregna e impulsiona a economia portuguesa quinhentista não é suficiente para caracterizar o modo de produção capitalista, visto que a economia mercantil existiu desde os primórdios da civilização em maior ou menor grau, e "se tomássemos como ponto referência, para definir e classificar os regimes econômicos, os fenômenos inerentes à circulação, acabariamos por aceitar a absurda igualdade entre todos os sistemas sociais por que passou a Humanidade, a contar do momento em que abandonou a vida primitiva. Não teríamos, pois, como estabelecer distinção entre os períodos correspondentes à

⁹GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. cit., p. 28.

¹⁰GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. cit., p. 35.

escravidão, ao feudalismo e ao capitalismo, de vez que, em todos êsses regimes, com maior ou menor grau, o sistema mercantil está presente."¹¹

Assim, a classe dos "homens de posses", por maior poderio econômico que detivesse na época das descobertas, ainda não detinha o poder político. Por mais que a burguesia e a realeza repartissem, de certa forma, o poder do Estado português, não tinham forças suficientes para destruir a ordem feudal ainda vigente em Portugal.

Guimarães desenvolve a tese feudal como o modo de produção dominante no Brasil colônia a partir de um ponto de vista teórico e político que tem implicações de ordem prática material. Ele é explícito: "a simples eliminação em nossa História da essência feudal do sistema latifundiário brasileiro e a conseqüente suposição de que iniciamos nossa vida econômica sob o signo da formação social capitalista significa, nada mais nada menos, considerar uma excrescência, tachar de supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária. Supondo-se inicialmente capitalista o regime econômico implantado no Brasil-Colônia, estaria implícita uma solução inteiramente diversa daquela preconizada pelos partidários da reforma agrária. Se a estrutura agrária brasileira sempre teve uma 'configuração capitalista', por que revolucioná-la? Por que reformá-la?"¹²

Guimarães avança a discussão, após ter caracterizado os traços feudais presentes em nossa colonização, até mostrar como estas características aqui ganham nova interpretação prática, viram traços coloniais diante da realidade. No sistema

¹¹GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. Cit. p. 26 e 27.

¹²GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. cit., p. 33.

feudal clássico o monopólio da terra existe em função de um mercado interno, produção agrícola para atender às necessidades próprias de cada feudo.

Já na colônia a produção é realizada em vistas ao mercado externo. O latifúndio produz para exportação e para tanto incorpora técnicas avançadas do tipo capitalista. Estes traços coloniais não negam os traços feudais, que são dominantes para este autor: "em suma, a condição colonial do monopólio feudal da terra acentua, fortemente, os fatores regressivos, os elementos de atraso inerentes àquele. Com isso queremos dizer que no latifundismo brasileiro são mais fortes ainda os vínculos do tipo feudal, tais como as relações de domínio sobre as coisas e sobre as pessoas, as interligações com as formas primitivas do capital comercial, aos quais se acrescentam as particularidades da dependência aos trustes internacionais compradores da produção latifundiária."¹³

Alertando Guimarães que o regime feudal vigente em Portugal à época dos descobrimentos e no período colonial brasileiro perdeu em muito suas características, ganhando outras aqui no Brasil - traços coloniais - que em vez de enfraquecer tal regime, o fortifica, tanto que ele conclui enfim, por um regime de certa forma híbrido - o feudalismo colonial.

1.2. Capitalismo colonial

Roberto Simonsen afirma que é capitalista o regime econômico implantado no Brasil colônia, visto que Portugal à época já tinha vencido politicamente a nobreza feudal e posto por terra o antigo sistema econômico: "na verdade, Portugal, em 1500,

¹³GUIMARÃES, Alberto Passos. Op.cit., p 37.

já não vivia sob o regime feudal. D. Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de desbancamento do comércio de especiarias de Veneza, é um autêntico capitalista. Os seus 'vassalos' não ficam atrás. Não fazem a conquista como os cavaleiros da Idade Média."¹⁴

O lucro para Simonsen é característica do modo de produção capitalista e não do feudal, visto que "na economia feudal, não há o fito de lucro porque sendo demarcadas as classes sociais, a remuneração se torna função da condição social de cada classe. Os artesãos viviam de maneira certa e o que eles recebiam era para o sustento dêsse padrão de vida. Cada classe tem o seu padrão de vida e o número de pessoas de cada classe é mais ou menos limitado. Quem é servo ou filho de servo não aspira ao artesanato. E o artesão ou o filho de artesão não pensa em ser fidalgo. É isso que caracteriza a economia feudal. As trocas se realizam através de uma divisão de profissões estabelecidas."¹⁵

Para este autor, a população que se deslocou para a colônia brasileira vinha com objetivos claros, em busca de fortunas, de riquezas, de lucros. Isto em si, rompe com as premissas da estrutura econômica do feudalismo.

Já quanto à questão da terra, Simonsen afirma que as concessões em seus aspectos jurídicos se assemelham às instituições feudais, bem como, os poderes outorgados aos donatários, mas isso, por si só, não significa feudalismo.

¹⁴SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 82.

¹⁵SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 81.

Para Guimarães, não passa de equívoco as posições defendidas por Simonsen. O incremento da economia mercantil não é base suficiente para se afirmar a existência de um novo modo de produção, no caso, o capitalismo. Para Guimarães é central o monopólio da terra nas mãos da nobreza feudal enquanto principal meio de produção para determinar a existência do regime feudal na colônia brasileira, pois enquanto que o meio de produção principal é a terra no sistema feudal, as máquinas, o capital, é o principal meio de produção no capitalismo: "a ordem feudal vigente na sociedade portuguesa de 1500 tinha sua base interna no monopólio territorial. E como a terra era, então, indiscutivelmente, o principal e mais importante dos meios de produção, a classe que possuía sobre ela o domínio absoluto estava habilitada a sobrepor às demais classes o seu poderio, por todos os meios de coação econômica, e, notadamente, de coação extra-econômica."¹⁶

Já Simonsen afirma que "não nos parece razoável que a quase totalidade dos historiadores pátrios acentuem, em demasia, o aspecto feudal do sistema das donatarias, chegando alguns a classificá-lo como um retrocesso em relação às conquistas políticas da época. Portugal, desejando ocupar e colonizar a nova terra e não tendo recursos para fazê-lo, à custa do erário real, outorgou para isso grandes concessões a nobres e fidalgos, alguns deles ricos proprietários, e outros já experimentados nas expedições às Índias. Concedeu-lhes outrossim, o Rei, vários de seus direitos políticos, indispensáveis ao fortalecimento da autoridade de quem ia correr tão graves riscos. Mas, para estimular a colonização, conservando, para si, o dízimo das colheitas e do pescado, o monopólio do comércio de pau-brasil, as especiarias e das drogas e o quinto das pedras e dos metais preciosos, o Soberano

¹⁶GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. cit., p. 28.

regulou nos forais, os direitos políticos e a percepção de rendas dos donatários e definiu-lhes também as responsabilidades perante a Coroa."¹⁷

Guimarães defendendo a tese feudal, aponta que o que poderia parecer capitalista na verdade é característica do mercantilismo, no caso, o sistema de produção dos engenhos, enquanto uma unidade produtiva com vistas à exportação, tinha um caráter comercial o que caracteriza o mercantilismo, isto é, o autor dá relevo à circulação desta produção e não à produção em si.

Como vimos, a posição diante de uma ou outra tese tem implicações políticas. Para Guimarães : "a teoria do capitalismo colonial não é, assim, um achado histórico tão inocente quanto parece. É uma teoria conservadora, reacionária que, bem arrumada, se encaixa perfeitamente nos esquemas políticos mais retrógrados."¹⁸

Reitera Guimarães: "partindo desse ponto de vista, evidentemente falso, concebe-se uma estratégia política não-reformista, ou não-revolucionária, uma estratégia evolucionista: o desenvolvimento gradual, sem reformas. De acordo com ele, acrescentando-se à atual estrutura agrária alguns ingredientes - mais adubação, mais mecanização, numa palavra: mais capital - alcançaríamos a fórmula milagrosa para acelerar o progresso agrícola em geral, sem precisarmos apelar para qualquer reforma de base."¹⁹

¹⁷SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 81.

¹⁸GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. cit., p. 34.

¹⁹GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. cit., p. 33.

1.3. Capitalismo dependente

Para Caio Prado Júnior, em Portugal, à época do descobrimento da colônia brasileira, já não mais predominava o feudalismo. Portugal vive intensamente a fase mercantil e tudo gira em torno dela, tanto que o Brasil ficou esquecido nas três primeiras décadas de seu descobrimento por não possuir comércio organizado como havia nas Índias, daí a prioridade voltada àquelas colônias.

O comércio, enquanto circulação de mercadorias, gera um grande aumento no capital comercial que caracteriza a fase do mercantilismo. Fase esta, responsável pelo sepultamento do modo de produção feudal e afirmação do regime capitalista, onde a indústria, enquanto produção de mercadorias, gera o capital industrial, característica fundamental deste modo de produção.

No Brasil descoberto "uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou a pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária. Assim o povo de comerciantes, que fazia um século se afastara do cultivo do solo para se dedicar de preferência à especulação mercantil, era novamente arrastado para o amanhã da terra."²⁰

Como aos olhos de Portugal, o que brilhava era o comércio, e não havendo na colônia brasileira, só restou-lhe a agricultura como saída. Após o curto período extrativista do pau de tinta, a agricultura aqui se instalou, como setor econômico dominante, e também como forma de ocupação visando à defesa frente a ameaça de outras potências européias.

²⁰PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil*. Op. cit., p. 14

Para Caio Prado Júnior esta empreitada da metrópole trouxe consigo alguns elementos feudais. Tanto que "o regime das capitanias foi em princípio caracteristicamente feudal. Não gozavam os donatários de nenhum direito sobre a terra, vedando-lhes mesmo expressamente os forais a posse de mais de dez léguas (alguns dezesseis) de terra. E mesmo estas dez léguas deviam ser separadas em várias porções. Cabia-lhes contudo um direito eminente, quase soberano, sobre todo o território da capitania, e que se expressava por vários tributos: a redízima dos frutos; a dízima do quinto, pago à Coroa, do ouro e das pedras preciosas; passagem dos rios etc.; o monopólio das marinhas, moendas de águas e quaisquer outros engenhos; finalmente o provimento dos ofícios e cargos públicos da capitania."²¹

Esta forma feudal de ocupação do solo não obteve sucesso: "este ensaio de feudalismo não vingou. Decaiu com o sistema de colonização que o engendrara, e com ele desapareceu sem deixar traço algum de relevo na formação histórica do Brasil."²²

E mais, Caio Prado Júnior implode a tese dualista conservadora de Lambert, e com isso, a idéia de que a solução é injetar investimentos no setor atrasado de nossa agricultura para se ter a solução dos problemas - tornar capitalista o setor feudal e estará resolvido o problema agrário brasileiro -, pois a questão é muito mais complicada - há uma divisão internacional do trabalho por trás de tudo isto.

O argumento que Caio Prado Júnior usa, para mostrar que na nossa colonização os elementos feudais não "vingaram", diz respeito à forma de ocupação de nosso solo e o mais importante, neste aspecto, é quanto à distribuição das terras em

²¹PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil*. Op. cit., p. 13 e 14.

²²PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil*. Op. cit., p. 14.

sesmarias. Observamos que as terras dadas em sesmarias eram de dois tipos: aquelas que tinham algum senhorio anterior e aquelas consideradas livres, isentas de pagamento de tributo ao senhor feudal, pela inexistência deste. As terras no Brasil não possuíam senhorio anterior (aos índios não pertence o domínio destas terras que por milhares de anos vinham habitando soberanamente) e, portanto, tratando-se de terras alodiais, a propriedade do sesmeiro (beneficiário) é plena. Cabe ao Beneficiário apenas o pagamento do dízimo - imposto enquanto cristão. Assim a propriedade dos sesmeiros "não comporta, todavia, nenhuma relação de caráter feudal, vassalagem ou outra. As terras eram alienáveis por livre disposição dos proprietários e não criavam laço algum de dependência pessoal."²³

Quanto à forma que foram distribuídas as terras brasileiras, em imensos latifúndios, não resta dúvida, para Caio Prado Júnior, de que não há traços feudais importantes que possam caracterizar o regime aqui implantado como feudal, e sim pelo contrário, a propriedade é plena, nada tendo a ver com a propriedade que tem sobre si vários domínios simultâneos, característica do sistema fundiário feudal.

Já quanto aos beneficiários das doações das terras brasileiras, suas origens sócio-econômicas são, sem dúvida, a dos mais abastados. Contempla-se os que tinham recursos próprios para efetivar a colonização. Para o autor em questão, tanto os homens de posses quanto os homens de qualidades, foram os preferidos da coroa, mas, "todavia este critério de ordem pessoal da metrópole e dos donatários na concessão de sesmarias teve sua influência reduzida a um mínimo, foi praticamente anulado pelas condições gerais, especialmente físicas, da colônia. A imensidade do território deserto era mais forte que todas as preferências da Coroa ou dos donatários. Assim a seleção

²³PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil*. Op. cit., p. 15.

dos proprietários da colônia subordinou-se afinal, unicamente, às possibilidades materiais e à habilidade própria com que cada um contava para aproveitar e valorizar as terras que recebia ou que simplesmente ocupava sem título legal algum."²⁴

O principal meio de produção no Brasil colonial é o capital. Entende Caio Prado Júnior que a terra não tinha valor algum sem o capital que a fecunda e que "nisto se distingue a nossa formação da Europa medieval saída da invasão dos bárbaros. Lá encontraram os conquistadores descidos do Norte uma população relativamente densa e estável que já se dedicava à agricultura como único meio de subsistência. O predomínio econômico e político dos senhores feudais resultou assim direta e unicamente da apropriação do solo, o que automaticamente gerava em relação a eles os laços de dependência dos primitivos ocupantes. Aqui não. A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu."²⁵

Caio Prado Júnior atribui uma relação estreita e direta de dependência econômica da colônia brasileira em relação a Portugal. Para ele o Brasil viveu desde seus primórdios um modo de produção capitalista eminentemente dependente.²⁶

²⁴PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil*. Op. cit., p. 16.

²⁵PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil*. Op. cit., p. 17.

²⁶Neste sentido, descartando qualquer tese que não seja a do modo de produção capitalista dependente do capitalismo internacional, e filiando-se a posição de Caio Prado Júnior, temos, com profundidade, a discussão na obra de MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

Neste sentido este pensador afirma: "no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais do que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras."²⁷

1.4. Capitalismo patrimonialista

Raymundo Faoro ataca frontalmente as teses feudais, aponta para o capitalismo como modo de produção dominante no período colonial brasileiro, mas a partir de uma perspectiva weberiana, isto é, um capitalismo regido por uma estrutura patrimonialista.

Com base em Max Weber, há três tipos de dominação: a carismática, a racional, e a dominação tradicional, que estaria, esta última, dividida em três subtipos:

²⁷ PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil* 40. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. P. 22 e 23.

gerontocracia, patriarcalismo, e o patrimonialismo. Faoro afirma que a dominação tradicional, com o subtipo patrimonialista, não se encontra na realidade brasileira de forma pura, *não há tipos ideais* puros, mas é o que mais se aproxima da nossa problemática.

Por regime patrimonial, entende Faoro, é aquele em que prevalece a "sobrepropriedade" incidindo sobre uma mesma coisa, isto é, temos além da propriedade do rei e dos particulares, uma sobrepropriedade que se identifica com o território em que comando e domínio, sobre as coisas e pessoas, não guardam diferenças, não estão separados. Assim, "no Estado Patrimonial havia, latente, o poder de comando, direção e apropriação sobre pessoas e bens, sem que os súditos pudessem alegar, no caso de inversão da propriedade ou exigência de serviços, indenizações ou compensações. No fundo - nas formas puras do patrimonialismo, formas realmente construídas - o domínio seria uma concessão do príncipe, como concessão era toda a atividade econômica."²⁸

Para Faoro, Portugal na época dos descobrimentos, e mesmo a partir de sua independência, não pode ser classificado entre os países em que predominou o modo de produção feudal. Portugal não conheceu o feudalismo, visto que, a realidade no pequeno reino ibérico nega o conteúdo do sistema feudal, como por exemplo, a questão de que não havia entre o rei e o vassalo, a classe dos senhores que possuíam autonomia política, e além disso, a economia portuguesa estava centrada no comércio, sendo que o crescimento do comércio, contrário a ordem feudal, contribui para o aparecimento do sistema patrimonial.

²⁸FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 28. vol I.

Assim, no contexto de uma monarquia patrimonial, no caso Portugal, "o rei se eleva sobre todos os súditos, senhor da riqueza territorial, dono do comércio - o reino tem um *dominus*, um titular da riqueza eminente e perpétua, capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse empresa sua. O sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano."²⁹

Por mais que a colonização do Brasil tivesse como questão central a distribuição de terras, visto que a terra é fundamental quando se fala em agricultura, Faoro entende que "a largueza no distribuir provinha, também, do pouco valor das terras; terra e cultivo não eram termos correlatos; para o cultivo eram necessários escravos, caros e difíceis depois que se desfez a ilusão do préstimo do indígena. (...) a terra só valeria com grossos investimentos, sobretudo com a compra do escravo africano. Num quadro válido para o açúcar e o café, no curso de trezentos anos, a terra representaria o valor de um décimo do valor da escravaria."³⁰

Faoro, bem como Caio Prado Júnior, credita ao curto período do sistema das capitanias hereditárias uma tentativa feudalizante das terras brasileiras, mas que

²⁹FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 20. Afirma ainda este autor que os auxiliares do rei sedimentarão uma nobreza própria que se fará mais forte que a própria nobreza territorial. Neste sentido, para enriquecer a discussão, temos também a obra de SCHWARTZ, Stuart B., *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609 - 1751*. Tradução de Maria Helena Pires Martins. São Paulo: Perspectiva, 1979. Análise do judiciário colonial brasileiro, a partir de uma visão weberiana, que está inserido no "império burocrático português". A classe burocrática, resultado das lutas entre a Coroa portuguesa e a aristocracia, e "apesar de certos vestígios 'patrimoniais' do governo - cargos concedidos por causa do *status* que lhes era imputado e a venda de outros ou a sua doação como recompensa -, o processo de burocratização, baseado na existência da elite burocrática profissional, tinha um papel cada vez mais importante na administração governamental." p. 223.

³⁰FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 125. vol I.

fracassou como projeto de colonização. Para o autor weberiano, fora o episódio das capitâneas hereditárias, a colonização obedeceu à dinâmica patrimonial.

Assim, incisivamente, este autor quebra com um dos principais suportes das teses feudalistas creditadas ao Brasil colonial, de que o capital, e não a terra, é o principal meio de produção e que o capitalismo aqui implementado, como "capitalismo burocrático", "capitalismo politicamente orientado", ou ainda, "capitalismo político", é uma modalidade do patrimonialismo.

Raimundo Faoro, no sentido de negar a tese feudal, busca elementos históricos importantes de serem frisados. Afirma que a partir da Revolução de Avis a propriedade da terra já não carrega os vestígios do feudalismo clássico e a própria Lei de Sesmarias, de 1375, é a expressão do predomínio da coisa pública sobre a ordem particular do senhorio feudal. É o Estado absolutista intervindo no sentido de viabilizar a produção para a demanda interna e repovoar o pequeno país lusitano, quebrando, sendo necessário, com as convicções de que a propriedade é um prolongamento da pessoa, da família, ou da estirpe.

Já na transposição desta lei para o Brasil, onde cabia ao beneficiário de sesmarias apenas o pagamento do dízimo à Ordem de Cristo, pois eram livres de tributos ao senhorio, demonstra-se claramente que os vínculos feudais não mais existiam no tocante à terra. Assim, "excluído ficava, desde logo, entre o proprietário e a autoridade qualquer liame senão o de subordinação política, limpo de vestígios feudais."³¹

³¹ FAORO, Raimundo. Op. cit., p. 124. vol I.

Faoro repele a teoria feudal mostrando que a propriedade da terra não se assemelha ao tipo de propriedade existente no feudalismo clássico, e que não há mais os vestígios das relações feudais entre senhor e vassallos³², e mais, que a terra não é o principal meio de produção e sim o capital, capital este que deve ser buscado pelos senhores do engenho, do café, junto aos banqueiros europeus e a burguesia mercantil.

Este contexto "refletiu sobre o sentido da propriedade territorial, que se afasta da concessão administrativa para ganhar conteúdo dominial. O pretendente à sesmaria deveria provar ser homem de posses, capaz de ajustar o destino da terra aos produtos exportáveis. O solo, ao contrário dos propósitos inscritos nas cartas de doação e nos forais dos donatários, passou a ser suscetível de foros."³³

A mudança no sentido da propriedade territorial do sesmeiro beneficiário, que para Faoro, deixa de ser concessão administrativa e ganha um conteúdo dominial, espelha-se na realidade americana que torce o conteúdo da lei, "transformando a terra, de instrumento régio de colonização e povoamento, em garantia permanente do investimento agrícola. De outro lado, dentro da mesma corrente, a sesmaria, meio jurídico para apegar a terra à capacidade de cultivo, serviu para consagrar as extensões latifundiárias. Tudo por obra do açúcar e da expansão do gado, afirmando a tendência, no plano político, da autonomia do potentado rural. Potentado rural envolvido e, em muitos momentos, paralisado pelos poderes econômicos que manipularam a venda do escravo e o mercado comprador europeu. A administração colonial, com sede em Lisboa, desconfiada e arguta, não assistiria impassível ao seu aniquilamento: à

³²"A propriedade rural brasileira tomou fôlego e se expandiu para a exploração de artigos exportáveis, ligados ao mercado mundial, pela via de Lisboa. Não encontrou ela, ao se constituir, uma camada social a que pudesse superpor, formando a estratificação de dois graus, entre senhores e vassallos. FAORO, Raymundo. Op. cit., p.131. Vol. I.

³³FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 126 Vol I.

pressão centrífuga revidaria com medidas centralizados, no cerne das quais vibrava o domínio político da realeza."³⁴

Faoro repele a tese simplista que toda nobreza territorial será sempre nobreza feudal: "os donatários - os capitães-governadores - teriam sido os troncos do sistema feudal, consolidado pela transmissão plena e hereditária da propriedade e pela amálgama, em suas mãos, da soberania e da propriedade. Dessa base inicial, constituída realmente da aristocracia portuguesa, o sistema se teria ampliado aos senhores de terras, aos potentados rurais, aos latifundiários, sob o argumento de que a terra era, mesmo no Portugal quinhentista, 'o principal e mais importante meio de produção'. (...) a transposição - de senhor de engenho a fidalgo - obedece a um pressuposto. Não basta o cabedal, é necessário cabedal e governo, para que se confirmem a ele os poderes senhoriais."³⁵

Isso tudo apontado pelas teses feudais não representa a realidade colonial brasileira. Elas tomam por base, no dizer de Faoro, analogias, que é um confronto de fatos próximos e não iguais.

Faoro em defesa da tese do capitalismo patrimonialista em síntese afirma o seguinte:

a) o engenho, enquanto primeira unidade produtiva instalada na colônia, teve nítido caráter capitalista (assim pode se dizer, mais tarde, dos cafezais);

³⁴FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 126 e 127. Vol I

³⁵FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 130. Vol I

b) as relações estabelecidas na colônia são do tipo patrimonial pré-moderno, isto tanto entre os capitães-governadores com o rei, como entre os potentados rurais e o governo;

c) cabia aos donatários uma dupla qualidade: eram fazendeiros e autoridade ao mesmo tempo;

d) os favores concedidos aos donatários não se assemelham ao feudalismo, eram típicos de um capitalismo politicamente orientado, isto é, enquanto empresas que visavam lucros e onde a Coroa não insuflava a economia com recursos próprios, mas estimulava-as para colher benefícios futuros;

e) esta empresa rural tinha por base a monocultura e visava à exportação, com isso demonstra a inexistência de uma economia natural e, sim, mercantil, pré-capitalista;

f) a propriedade rural da colônia não tinha senhorio de tipo feudal, inexistia um senhor e vassalos;

g) os latifundiários não são a nobreza feudal, visto que para ser nobre se requer que exista um estatuto jurídico, confirmando e materializando suas vantagens, e que esta posição seja hereditária, enquanto perpetuação do estatuto na dependência;

h) a assertiva de que os senhores de engenho são riquíssimos é uma inverdade, temos na nossa história colonial inúmeros exemplos de endividamentos junto à burguesia comercial e banqueiros da Europa;

i) não há servos, típico do feudalismo, a empresa rural é tocada por mão de obra escrava que representa apreciável valor econômico enquanto capital;

j) Por fim, os senhores de engenho na verdade são feitores do Rei português. O Rei, para Faoro, sempre esteve atento ao seu negócio.

Assim, no entender de Faoro, a partir de um sistema patrimonialista, explicaria-se melhor as peculiaridades da sociedade brasileira: "patrimonial e não feudal o mundo português, cujos ecos soam no mundo brasileiro atual, as relações entre o homem e o poder são de outra feição, bem como de outra índole a natureza da ordem econômica, ainda hoje persistente, obstinadamente persistente. Na sua falta, o soberano e o súdito não se sentem vinculados à noção de relações contratuais, que ditam limites ao príncipe e, no outro lado, asseguram o direito de resistência, se ultrapassadas as fronteiras de comando. Dominante o patrimonialismo, uma ordem burocrática, com o soberano sobreposto ao cidadão, na qualidade de chefe para funcionário, tomará relevo a expressão. Além disso, o capitalismo, dirigido pelo Estado, impedindo a autonomia da empresa, ganhará substância, anulando a esfera das liberdades públicas, fundadas sobre as liberdades econômicas, de livre contrato, livre concorrência, livre profissão, opostas, todas, aos monopólios e concessões reais."³⁶

Para Faoro, em relação a realidade brasileira, "não é a sociedade civil a base da sociedade, mas uma ordem política em que os indivíduos ou são basicamente governantes ou são governados. O soberano e seu quadro administrativo controlam

³⁶FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 18.

diretamente os recursos econômicos e militares do seu domínio - que é também seu patrimônio."³⁷

Não se pode incorrer no erro de considerar todo tipo de intervenção estatal na economia como patrimonialismo. No patrimonialismo existe dependência do setor privado em relação ao poder público. Este último, o poder público, concentra os recursos econômicos e administrativos e controla, através de subsídios, concessões, estímulos, autorizações, etc, a empresa privada, que para Faoro, no contexto do patrimonialismo, só é viável por meio da dádiva pública, é "o Estado patrimonial oculto no capitalismo, criando o 'capitalismo politicamente orientado', que controla, fomenta, estimula e faz da economia um apêndice do poder público. A sociedade, em tal situação, pode chegar a ser, como assinalamos, um pouco autônoma, mas nunca independente: não será ela que ditará ao poder público a política, mas será a política que lhe ditará a conduta."³⁸

Depois de, sucintamente, termos posto as principais posições de Faoro, faz-se necessário observarmos que ele também afasta a tese weberiana do tipo de dominação tradicional patriarcalista. Neste caso ele ataca as posições defendidas por Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, de que o Estado brasileiro tinha sua característica principal assentada no poder do *pater-famílias*, das grandes famílias proprietárias e autônomas. Neste contexto, de uma sociedade patriarcal, não há possibilidades do desenvolvimento do patrimonialismo, visto que todo o mando político é centrado na família, é um prolongamento da família, e portanto, não há espaço para o liberalismo político. Para o autor de *Os Donos do Poder*, na sociedade

³⁷FAORO, Raymundo. *A aventura liberal numa ordem patrimonialista*. In: *Revista da USP*. p. 16.

³⁸FAORO, Raymundo. *A aventura liberal numa ordem patrimonialista*. Op. cit., p. 17.

patriarcal, tanto em nível econômico como político, o liberalismo é apenas uma fachada. Possível, o liberalismo, principalmente o econômico, mesmo com distorções profundas, na sociedade patrimonial.

Repelindo teses weberianas, contrárias ao patrimonialismo, Faoro, mostra, num "acerto de contas", que o marxista Caio Prado Júnior, no decorrer da sua produção teórica, aproxima-se da tese do Estado patrimonial. Para tanto, trabalha com os pressupostos sustentados por Caio Prado Júnior nas obras: *Evolução Política do Brasil*, de 1933, *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, e *A revolução Brasileira*, de 1966.

Na primeira obra, o autor sustenta que as classes existentes em Portugal e no Brasil colonial são os motores da história numa ordem social burguesa, negando com isso, a tese feudal e a do patriarcalismo. Na segunda, o rei e sua corte pairam sobre as classes, ocupando o primeiro plano do contexto da colonização - explica-se aí o absolutismo. Na terceira obra de Caio Prado Júnior, aos olhos de Faoro, é o momento de forte ruptura daquele autor com as suas posições anteriores, visto que, apesar de continuar a negar a tese feudal, já não mais entende que a burguesia seja capaz de tomar um caminho próprio ao nível econômico. Há uma conversão de Caio Prado Júnior ao patrimonialismo.

Pode se notar isso, no que Caio Prado Júnior afirma, em relação aos antagonismo internos da burguesia, que tem, "senão impedido, pelo menos embaraçado a polarização das forças e tendências políticas brasileiras no plano das reformas e transformações econômicas, sociais e políticas que se trata de levar a efeito. (...) Essa diferenciação no seio da burguesia se prende ao papel desempenhado pelo Estado, ou antes pelo Governo que o encarna, na economia nacional e, em

particular, no processo de formação e acumulação privada de capital através do favorecimento pelo poder público de interesses particulares. (...) para irmos procurar as mais antigas raízes dessa situação, a *tradição burocrática* de uma monarquia como a portuguesa, que desde o século XV pelo menos, e por todo o período em que presidiu à colonização e formação brasileira, enfeixou em suas mãos as principais iniciativas e empreendimentos econômicos da nação."³⁹

Conclui Caio Prado Júnior em *A Revolução Brasileira*: "esse capitalismo burocrático (*chame-mo-lo assim de um nome já consagrado na literatura política da atualidade, e que se aplica, com toda propriedade, ao caso brasileiro*) tem um papel político relevante. Sobretudo porque, dada sua própria natureza e as circunstâncias econômicas em que se apóia, o *capitalismo burocrático* exerce influência preponderante na condução dos negócios públicos."⁴⁰

Apesar da forma concisa com que abordamos o modo de produção que predominou no Brasil colonial, se pode concluir que o modo de produção capitalista, de caráter patrimonial, deitou neste período suas raízes. Situação que se manteve no século XIX e que alcançou o nosso século, apesar das influências impostas pelas Revoluções burguesas. Assim, finalmente, podemos avançar na leitura "contextual" da Lei de Terras de 1850.

³⁹FAORO, Raymundo. *A aventura liberal numa ordem patrimonialista*. Op. cit., p. 24

⁴⁰FAORO, Raymundo. *A aventura liberal numa ordem patrimonialista*. Op. cit., p. 24.

2. ORIGEM DO DIREITO AGRÁRIO APLICADO AO BRASIL COLÔNIA

Vista, no capítulo I, a partir de um quadro do direito agrário na atualidade brasileira, breve história da propriedade e suas diversas formas, moldadas por diferentes momentos históricos, vamos, por exclusão das outras, trabalhar a propriedade fundiária no período colonial.

Para tanto, além do aspecto jurídico que regula a propriedade da terra neste período, traçaremos um pequeno contexto no qual se processou a colonização do Brasil. Apesar de sucinta, esta contextualização é importante para entender a Lei de Sesmarias - o sistema sesmarial -, implementado na colônia brasileira e que prevaleceu durante mais de três séculos.

Para contarmos a história jurídica da ocupação territorial do Estado brasileiro é necessário buscarmos suas origens. Estas estão localizadas em Portugal, "retalho misérrimo de terra, cintada, ao poente, pelo Atlântico, e a leste e sul pela Espanha"⁴¹.

2.1 Colonato adscritício e terras comunais: influências na Lei de Sesmarias.

Portugal, em seus primórdios, é parte de um grande processo de influências várias, tanto dos romanos, como dos visigodos e dos sarracenos. Algumas dessas influências se fazem notar na Lei de Sesmarias, como por exemplo, as terras comunais e o instituto do colonato adscritício.

⁴¹PORTO, Costa. *Estudo Sobre o Sistema Sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária/UFPE, 1965. p. 17.

Os reinos bárbaros que se formaram a partir da ruína do Império romano adotaram em muito o direito destes, tanto que é perceptível a influência do direito clássico no breviário de Alarico que regia os visigodos na Península Ibérica.

No processo de mudanças da concepção estatal, o mundo antigo, tanto na Grécia como em Roma, teve na cidade o seu ponto central, isto é, a estrutura estatal localizava-se na cidade, daí termos a herança romana da tradição municipalista⁴², ainda, em certos aspectos, presente em nossos dias.

Enquanto que no mundo antigo a idéia de Estado se liga ao meio urbano, no mundo medieval se corporifica nos feudos, essencialmente rural⁴³. Mais tarde, esta concepção irá se romper com o surgimento dos aglomerados urbanos - burgos e burgueses - como reação ao "aprisionamento" determinado pela economia feudal e pela dominação dos senhores dos feudos.

⁴²A antiga concepção municipalista, que mantinha completa independência quanto ao governo municipal, seu direito privado, sua religião, etc, e que fora destruído com o alargamento do Império romano que passa a determinar uma estreita dependência entre os municípios conquistados e Roma, pode ser vista, apesar de fundar essencialmente nas crenças religiosas dos homens a existência dos municípios, em COULANGES, Fustel. *A Cidade Antiga: Estudos Sobre o Culto, o Direito, as Instituições da Grécia e de Roma*. Tradução de Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: Hemus, 1975.

Neste sentido esclarece Costa Porto que Roma ao expandir-se permite que os povos conquistados mantenham sua administração local, concedendo alguns direitos de cidadania mas também obrigando-os de certos encargos, como tributos e prestar serviço militar em defesa do Estado romano: "donde se chamar aos núcleos conquistados 'municipia' - de 'munus' - ônus, encargo (...)" Op. cit., p. 156.

⁴³Por mais que "a antiguidade greco-romana constitua sempre um universo centrado nas cidades (...) Contudo, ao mesmo tempo, este friso de civilização urbana teve sempre algo do efeito de fachada trompe l'oeil sobre a sua posteridade, pois por detrás desta cultura e organização não havia uma economia urbana que lhe comparasse: pelo contrário, a prosperidade material que sustentava a sua vitalidade intelectual e cívica provinha em proporções esmagadoras do campo. O mundo clássico era massivamente, inalteradamente, rural nas suas proporções quantitativas básicas." ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Tradução de Beatriz Sidou. 4. ed. São Paulo: Brasiliense. p. 19.

Apesar das discussões, de que em Roma existiu a propriedade privada da terra desde os mais remotos tempos, ou se estas pertenceram à coletividade e somente mais tarde foram apropriadas privativamente, o certo é que o solo itálico é considerado *res mancipi*. A estrutura estatal romana centrada na cidade tem no campo, no meio rural, sua base econômica, considerando-se assim, a terra como um bem maior.

Depois de predominar no Estado romano a pequena propriedade, a ganância dos nobres e patrícios gera os *latifundia*, que são atacados, sem sucesso, pelas leis agrárias, como por exemplo a lei dos Gracos. Mesmo em vão tais leis, contrárias aos latifundiários, permanece o antigo costume de repulsa ao solo inculto: "e indivíduos ou pessoas jurídicas, se possuíam áreas vastas, costumavam dá-las de arrendamento *ad perpetuum* ou *ad longum tempus*, mediante o pagamento de pensão anual - *canon*, ou *vectigal*, - discutindo-se, ainda nos tempos de Gaio, se tal processo importava venda ou aluguel, até que Zenão - ou Justiniano, interpolando-lhe uma constituição, - decidiu se tratava de negócio *sui generis* - *enfiteuse* - situação jurídica peculiar, em que coexistem dois domínios simultâneos, o domínio direto ou *nú*, do proprietário, e o domínio útil, do enfiteuta - poder jurídico sobre coisa de outrem, da conceituação de Manzoni."⁴⁴

A maioria das legislações romanas não tratava de atacar frontalmente os grandes proprietários regulando a extensão das áreas em suas mãos, mas sim as terras mantidas incultas. A tônica é o aproveitamento da terra: "reunindo Justiniano, no livro XI, tit. 58, do *Codex*, várias constituições disciplinando o problema de *omni agro deserto*, entre as quais aquela - de Graciano, Valente e Teodósio, - que estabelecia a chamada *adlectio*, ou *epibolé*, isto é, a faculdade de poder o proprietário do solo

⁴⁴PORTO, Costa. Op. cit., p.31.

anexar a parte vizinha, se inculta ou abandonada (Codex, XI, 58,7), e a outra, que dava o domínio da terra a quem a explorasse durante dois anos, *si bienii fuerit tempus emensum omnis possessionis et dominii carebit, qui siluit* (XI, 58, 8)."⁴⁵

Este costume romano, de repulsa ao solo inculto, foi transmitido aos povos bárbaros e nota-se, quando da luta dos cristãos contra os mouros, que as terras, na medida em que iam sendo conquistadas, iam sendo distribuídas pelos conselhos municipais, decorrentes estes da tradição municipalista romana, para que elas fossem cultivadas e por consequência repovoadas, visto que solo sem cultura significava um crime contra a coletividade, contra o interesse comum.

A terra de determinada comuna é *res publica*, e neste sentido é "antiquíssimo costume, nalgumas regiões da península, prescrevia fôsem as terras de lavrar da comuna, divididas segundo o número dos munícipes, e sorteadas entre êstes para serem cultivadas e desfrutadas, *ad tempus*, por aquêles aos quais tocassem."⁴⁶

É neste contexto que o condado de Portu Callis é doado ao Conde D. Henrique de Borgonha, casado este com D. teresa, princesa espanhola. Além do marco da doação deste condado, para a formação do Estado português, temos a independência alcançada por este frente aos espanhóis na vitória de Campo Ourique, sendo aclamado Rei Afonso Henriques em 1140. Assim, instala-se a dinastia de Borgonha que reina até o governo de D. Fernando - o Formoso - , pai da Lei de Sesmarias. Após sua morte instala-se no poder da coroa a dinastia de Avis, através do Mestre de Avis, sob o nome de João I.

⁴⁵PORTO, Costa. Op. cit., p. 31.

⁴⁶LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1954. p. 11.

Na independência do Estado português, na busca de torná-lo Reino autônomo, contra a vontade dos espanhóis e na expulsão dos sarracenos, a dinastia de Borgonha se apóia, ora na força do feudalismo, ora nos municípios - burgueses - que lutam contra os castelos, estimulando-os na formação e autonomia dos municípios. Enfraquecido os senhores feudais, os monarcas absolutistas já fortificados, voltam-se, estes últimos, contra os municípios. Assim, é de se notar que "a evolução natural do sistema político reinante na Idade Média traduziu-se na formação de grandes Estados, em que o poder absoluto absorveu os feudos e os governos das cidades."⁴⁷

O poder absolutista se sobrepõe ao poder municipal, tanto que, a idéia de município se dilui, quase some quando da colonização do Brasil a partir do século XVI. Acanhadas municipalidades no Brasil colonial, conforme Faoro, seguindo Oliveira Vianna, que nunca passaram de povoações e vilas.

Assim, "entrelaça-se, em suas origens, o regime jurídico das sesmarias com o das terras comunais do município medievo, desfrutadas *uti singuli* pelos munícipes, ou seja, com o regime jurídico dos assim chamados *communalia*. (...) Mas a verdade é que a instituição comunal cedeu lugar rapidamente à instituição régia, cuja evolução, à sua vez conduziu às concessões de domínio."⁴⁸

* { Em vigor o instituto do colonato adscritício, vem, juntamente com a instituição comunal, servir de fundamento para a Lei de Sesmarias que viria a ser decretada por D. Fernando.

⁴⁷SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil: 1500 -1820*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 27.

⁴⁸LIMA, Ruy Cirne. *Op. cit.*, p. 11 e 12.

Adscritício é colono, bem como seus herdeiros, que está obrigado a trabalhar e viver em determinada terra, e como aponta as *Chronicas dos Reis de Portugal*, no caso D. Fernando, de Duarte Nunes Leão: "item que todos os que erão ou soião ser lauradores, e os filhos e os netos dos lauradores e quaesquer outros, que em villas e cidades, ou fóra dellas morassem, vsando de officio, que não fosse tam proueitoso ao bem comum, como era o da lauoura, que taes como estes fossem constrangidos a laurarem, saluo se houuessem de seu valia de quinhentas liuras, que, naquelle tempo del Rei Don Fernando, valião cem dobras, que era grande somma de dinheiro."⁴⁹

Na verdade a questão do colonato adscritício não se limitava apenas a obrigar o colono e seus descendentes a retornar e permanecer na lavoura, e sim faz parte do conflito em que se encontra a realeza, comum nas nações européias, de num determinado momento apoiar-se na força dos barões feudais, e noutro na força das cidades emergentes, no qual, reciprocamente, um representava ameaça a sobrevivência do outro. E como no antigo Estado romano a classe dominante -- os patrícios -- procuram incorporar a classe plebéia, ou melhor, a riqueza concentrada na mãos de alguns pertencentes a plebe, se percebe na citação acima que o burguês - residente nos burgos - tendo "quinhentas liuras, (...), valião cem dobras, que era grande somma de dinheiro" estavam desobrigados a voltar à terra, isto é, não seriam constrangidos a retornar às atividades agrícolas. O Estado absolutista, bem como o Estado romano clássico, busca nas pessoas ricas, enquanto riqueza emergente, um ponto de apoio político-econômico e para tanto incorpora-as ao aparelho estatal.

Por outro lado, a realeza, diante do situação social da época, torna régio o antigo costume de dar terras aos lavradores, desapropriando, ou obrigando os

⁴⁹LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 14.

proprietários a cultivarem ou darem suas terras para o cultivo de terceiros: "tinha-lhe denunciado um João Eannes que o Prior e Beneficiados da dita Igreja (Coliegiada de São Bartholomeu, de Coimbra) possuem hum olival, além do Mondego, defronte da cidade, que havia tres annos que estava por cultivar e, em pena, pedia que se lhe desse, a elle denunciante. Resolve El Rei, depois de hum largo relatorio: - Otorgo e aprasme que ho dito olival que hajades quejando que elles ho havion, per ho no amanharem em maneira que vos me ho notificaste, de guiza que vos Joanne Eannes lhe daredes ha penson que alvidrarem os homens bons."⁵⁰

Nas *Chronicas* de Duarte Nunes Leão temos que D. Fernando "primeiramente, mandou que todos os que tivessem herdades, suas proprias, ou emprazadas, ou per outro qualquer titulo, fossem constrangidos para as lavrar. E que se fossem muitas, ou em desuairadas partes, laurassem as que mais lhes aprouesses, e as outras fizessem laurar per outrem, ou dessem a lauradores de sua mão. De maneira que todas herdades, que erão para dar pam, todas fossem de trigo, ceuada e milho."⁵¹

Não só o colono e seus herdeiros estavam obrigados a permanecer, ou retornar, em vistas de fazer produzir o solo. Os vadios, mendigos e ociosos tinham a mesma sorte, ou pior, visto que em base de lei de 1211, aponta Ruy Cirne Lima, contra estes as penas eram mais duras.

Em resumo: o instituto do colonato adscritício e a prática régia de entregar terras para cultivo, tomadas dos proprietários que não as aproveitam, baseada no

⁵⁰LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., P. 12.

⁵¹LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 13.

{ costume da distribuição das terras comunais, contêm o germe da Lei de Sesmarias de 1375. Esta lei torna régio antigos costumes.

2.2. D. Fernando e a Lei de Sesmarias

D. Fernando - o Formoso -, último rei da dinastia de Borgonha, sobe ao trono e encontra Portugal, do século XIV, com sérios problemas sociais. Não bastasse isto, o rei se envolve em querelas amorosas quebrando os compromissos com a filha do soberano de Castela, o que leva a invasão de seu país. Além dos romances, o Rei pretendia apossar-se do trono de Castela, e nas três guerras empreendidas aliou-se a ele a classe dos burgueses e comerciantes, ficando o apoio dos senhores feudais e grandes proprietários com Castela. Sendo que internamente Portugal vivia a luta entre comerciantes e grandes proprietários fundiários. Tudo isso, essas alianças entre diversos segmentos da classe dominante em torno de um ou de outro projeto político, refletirão no empreendimento de expansão do pequeno país lusitano além mar.

É interessante notar que o contexto econômico-social que se encontrava Portugal naquele século é atribuído basicamente à falta de produção agrícola para atender a demanda interna. Vemos que as "lutas internas, invasão estrangeira, gastos com as guerras, perda de homens, paralisação da vida nacional, tudo agravou ou, mesmo acarretou a crise de abastecimento, a fome, a miséria, cujas causas, entretanto,

os conselheiros régios enraizavam, unicamente, na incultura do solo, deixado em ressllos, por incúria, mândria, desleixo dos proprietários."⁵²

Sob as ordens de D. Fernando é realizado em Portugal um censo das terras de sementeira e onde se constata que: "mandando El Rey D. Fernando computar as terras de sementeira, que havia neste Reyno, se achou que, se todas se cultivassem, haveria pão de sobejo para toda a gente, e não seria necessario trazello de fóra."⁵³

Encontrada a causa dos problemas econômicos-sociais de Portugal - a falta de produção agrícola devido à incultura dos solos -, e confirmada pelo censo rural realizado, Dom Fernando promulga a Lei de Sesmarias em 1375 para fazer frente à crise de abastecimento.

No quadro dos problemas vividos por Portugal, época de intensa atividade legislativa da Coroa Portuguesa, o advento da Lei de Sesmarias não configura grande novidade no mundo jurídico, visto que suas características principais já figuravam em legislações anteriores.

Diante do problema agrário da época, a lei de D. Fernando tratava de promover⁵⁴ a produção agrícola e conseqüentemente repovoar Portugal. A lei atendia ao binômio produção - repovoamento, tanto que "a legislação de sesmarias representava, em Portugal, uma tentativa para salvar a agricultura decadente, para

⁵²PORTO, Costa. Op. cit., p. 33.

⁵³LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 15. Citação da obra de FARIA, Severim. *Noticias de Portugal*. Lisboa Occidental: 1740.

⁵⁴Conforme Ruy Cirne Lima "todos os favores concedidos aos moradores e agricultores têm, aliás, nessa época, invariavelmente, a feição de privilégio". Op. cit., p. 28.

evitar o abandono dos campos que se acentuava à medida que se decompunha a economia feudal, na razão do crescimento das atividades dos centros urbanos. Era, em sua interferência na propriedade agrária, uma tímida restrição ao Direito Feudal, embora, bem se possa avaliar, muito difícil de ser praticada."⁵⁵

*Conceito
Sesmarias* A definição de sesmarias, com pequenas variações entre as ordenações, é a seguinte: "sesmarias são propriamente as dadas de terras, casaes, ou pardieiros, que foram, ou são de alguns Senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são."⁵⁶

2.3. Origem da palavra "sesmaria" e "sesmeiro", em Portugal e no Brasil

No intuito de mostrar quais as características marcantes desta lei, faz-se necessário atentar quanto à origem da palavra sesmaria. Não há consenso em torno do que possa ter significado em sua origem esta palavra. Uma das opiniões sustenta que sesmaria está ligada ao ônus que se tem sobre a terra dada para cultivo, isto é, a sexta parte da produção era o tributo a ser pago ao senhorio ou ao Estado. Neste sentido a palavra derivaria de sesma ou sesmo, ou de seis ou sex, a sexta parte dos frutos obtidos. O problema é que nem sempre as dadas de sesmaria eram tributadas de foro de um sexto.

⁵⁵ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 43 e 44.

⁵⁶ LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 21.

Outros defendem que *sesmaria* tem correspondência com as palavras latinas *caesinare*, ou *caesmare* - de *caesim*, aos golpes, aos cortes, significando que a terra trabalhada pelo arado sofria rasgões, cortes.

Há opinião no sentido que *sesmaria* procederia do verbo *sesmar*, que por sua vez derivaria do latim *ad aestimare* - avaliar, calcular. "sesmar e esmar, derivados de *ad aestimare* e *aestimare*, exprimem, de resto, com admirável justeza, a única operação realmente necessária para a constituição dos *sexmos* *peninsulare*, talhados, por perequação, nos *communalla* do município antigo."⁵⁷

Críticas dirigidas às interpretações filológicas, neste sentido atingindo Ruy Cirne Lima, são feitas por Costa Porto que sai em defesa de que a melhor interpretação neste caso é a histórica. Este autor defende a tese de que a palavra *sesmaria* deriva da antiga tradição romana da administração colegiada. Do sistema de *duunvirato*, como primeira forma da administração colegiada, tivemos, com o decorrer do tempo, um alargamento desta forma, surgindo colégios de três, quatro, cinco e seis membros - o *sevirato*.

Para Costa Porto "parece assim, legítimo concluir: a) o problema da distribuição da terra *inculta* e sem dono estava afeto a um conselho; b) este conselho se denominava *sesmo*; c) a denominação de *sesmo*, por sua vez, resultava do fato de ser o conselho constituído de seis membros, os *sixviri*, ou *seviri*."⁵⁸

⁵⁷LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 18.

⁵⁸PORTO, Costa. Op. cit., p. 39

Neste sentido Ruy Cirne Lima também aponta, mas mostra-se reticente: "seis, acaso, seria o número dos sesmeiros, reunidos em colégios administrativos? Seriam os sesmeiros sobrevivência dos *sexviri* ou *seviri* municipais, da era romana?"⁵⁹

De acordo com Costa Porto, torna-se assim possível explicar porque sesmeiro é o nome atribuído aos magistrados encarregados da repartição e distribuição das terras do alfoz. O solo distribuído recebia o nome de terras de sesmarias, visto que, esta distribuição era realizada pelos sesmeiros, os *sixviri* ou *seviri*, integrantes do *sixdumum*, ou sesmo, colégio integrado por seis membros.

No Brasil colônia a palavra sesmeiro recebeu outra significação. Aqui sesmeiro é o beneficiário das terras dadas pelo sistema sesmarial. Nos primeiros tempos da colônia mantém-se a mesma linguagem: "terra de sesmaria é aquela repartida pelos sesmeiros de el-Rei, mas, a pouco e pouco, se foi modificando o sentido, passando sesmeiro a designar o que recebia a sesmaria e não quem a distribuía, sentido usado na linguagem vulgar e, depois, introduzida nos próprios documentos oficiais, figurando com esta acepção, cremos que pela primeira vez, na carta de 28 de setembro de 1612, reguladora do problema das terras do Rio Grande do Norte."⁶⁰

⁵⁹LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 16.

⁶⁰PORTO, Costa. Op. Cit. p. 40 e 41.

2.4. Aspectos da Lei de Sesmarias nos tempos de D. Fernando

Aspecto importante da Lei de Sesmarias é o fato de não se admitir textualmente dar quantidade de terras acima da capacidade de aproveitamento do beneficiário: "e serão avisados os sesmeiros que não dêem maiores terras a huma pessoa, que as que razoadamente parecer que no dito tempo poderão aproveitar."⁶¹

Os proprietários são compelidos a cultivarem suas terras e não o fazendo devem dar, vender, ou arrendar a outros que a façam produzir. Tanto que a lei priva do domínio aquele proprietário que não justificar suficientemente o porquê do não cultivo ou não vir a fazê-lo no prazo prescrito.

Outro aspecto relevante é aquele que diz respeito aos direitos do concessionário que, como ensina Ruy Cirne Lima, variam. Tratando-se de terras alodiais o concessionário adquire o domínio pleno, já tratando-se de terras tributárias, o concessionário recebe a terra com as limitações derivadas dos direitos do proprietário direto, ainda, em regra, pagando um tributo a este. Neste sentido, em relação ao domínio pleno ou limitado, carregam alguns traços característicos da época, exemplo vemos no antigo costume do compáscuo, tanto que ficava proibido ao cultivador impedir que os vizinhos levassem o gado a pastar depois da retirada da colheita: "o

⁶¹ LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 22.

compáscuo vestígio da antiga propriedade comum, havida pelo município uti universitas e fruída pelos munícipes uti singuli."⁶²

Cabia aos sesmeiros enquanto juízes encarregados da repartição e distribuição das terras operar e observar o seguinte:

"E os sesmeiros, que taes terras ou bens de sesmaria houverem de dar, saibam primeiro ques são ou foram os senhores delles.

"De como o souberam, façam os citar em pessoa e suas mulheres, assinando-lhes tempo conveniente a que perante elles venham dizer que razão tem a se não darem de sesmaria as ditas, terras, casas ou pardieiros.

"E não abastará para isto terem sido citados os emphyteutas, ou outros possuidores dos taes bens, mas todavia sejam citados os senhorios delles.

"Os quaes vindo á citação ouçam-nos com as pessoas que as sesmarias requerem, e se taes cousas allegarem e provarem, porque as não devam dar, não se darão.

"E se as não allegarem ou não provarem, ou não vierem á dita citação, assinem-lhes hum anno (que he termo conveniente) para que as lavrem, ou aproveitem, e repaiem os ditos bens, ou os vendam, emprazem ou arrendem, a quem os possa aproveitar ou lavrar.

"E se o não fizerem, passado o dito anno, dêem os sesmeiros as ditas sesmarias a quem a lavre e aproveite.

"E em qualquer caso que os sesmeiros dêem sesmarias, assinem sempre tempo aos que as derem ao mais de cinco annos, dahi para baixo, segundo a qualidade das sesmarias, que as lavrem e aproveitem sob certa pena.

"E não lhes assinando certo tempo a que as aproveitem, Nós, por esta Ordenação, lhes havemos por assinados cinco annos.

"E serão avisados os sesmeiros que não dêem maiores terras a huma pessoa, que as que razoadamente parecer que no dito tempo poderão aproveitar.

⁶²LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 25.

"E se as pessoas, a que assi forem dadas as sesmarias, as não aproveitarem ao tempo que lhes fôr assinado, ou no tempo que nesta Ordenação lhes assinamos, quando expressamente lhes não fôr assinado, façam logo os sesmeiros executar as penas que lhes forem postas, e dêem as terras que não stiverem aproveitadas a outros que as aproveitem, assinando-lhes tempo e pondo-lhes a dita pena.

"E as que lhes acharem aproveitadas lhes deixarão com mais algum logradouro do que não stiver aproveitado quanto lhes parecer necessario para as teras que lhes ficam.

'E as que não stiverem aproveitadas darão sem ser citada a pessoa a que primeiro foram dadas."⁶³

O ciclo das sesmarias em Portugal que inicia-se com a lei de D. Fernando, em 1375, inclusa nas Ordenações Afonsinas de 1446, em seu livro IV, título 81, e nas posteriores, Manuelinas, de 1511-1512, livro IV, título 67, parágrafo 3, e Filipinas, de 1603, livro IV, título 43, parágrafos 1 e 4, termina por fim em não fazer surtir os efeitos desejados, tanto no que concerne à produção agrícola, quanto ao repovoamento.

Um dos motivos que contribui para o fracasso da Lei de Sesmarias no país ibérico, apontado por Ruy Cirne Lima, foi o fato de que tal lei constituia-se excepcional, de exceção, e contra ela pender várias leis ordinárias que favoreciam o despovoamento, como, por exemplo, as penas de degredo que contribuíam para tanto.

Mais importante ainda do que este aspecto jurídico é o fato do grande êxodo populacional português para as terras ultramarinas em busca de riquezas. Na medida em que novas terras iam sendo descobertas mais braços se faziam necessários para sua

⁶³LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 22. Orden. Manuelinas e Filipinas.

conquista. Sabemos que as questões religiosas, como levar a fé cristã a todos os cantos do mundo, bem como os fatores jurídicos, penas de degredo, possuem um peso razoável para determinar o despovoamento do país lusitano e, conseqüentemente, comprometer a produção agrícola, mas o fator determinante é o econômico. A centralidade da discussão em torno do contexto da sociedade portuguesa nos séculos da expansão lusitana não deve ficar restrita à questão jurídica ou religiosa, e sim levar em consideração os aspectos econômicos de tal empreendimento.

3. O DIREITO AGRÁRIO NO BRASIL COLÔNIA

"E asy seguimos nosso caminho por este mar de lomgo, atta terça feira doitavas de pascoa, que foram 21 dias dabril, que topamos alguüs syuaes de terra ... os quaes herã muyta camtidade dervas compridas, a que os mareantes chamã botelho e asy outras a que tam bem chamã rabo dasno. E a quarta feira segujnte pola manhã topamos aves que chamã fura buchos e neste dia ... ouvemos vista de terra, premeiramente dhum grande monte muy alto e redondo e doutras serras mais baixas ... e de terra chãa cin grandes arvoredos ao qual monte o capitam pos o nome o Monte Pascoal. E a terra - a Terra da Vera Cruz."⁶⁴

O descobrimento do Brasil faz parte de um grande processo de expansão do território lusitano que tem antecedentes históricos importantes. Um desses antecedentes está ligado à morte de D. Fernando, que marca o fim do domínio da coroa portuguesa pela dinastia de Borgonha. Sobe ao trono português o Mestre de Avis -

⁶⁴Carta de Pero Vaz de Caminha IN: PORTO, Costa. Op. cit., p. 13.

João I, o Rei dos descobrimentos, nos dizeres de Linhares de Lacerda⁶⁵, que inaugura assim o período dominado pela dinastia de Avís.

3.1. O Brasil na rota do mercantilismo

É significativo a ascensão da dinastia de Avís ao trono português, porque daí se dá nova orientação política e econômica ao pequeno reino lusitano. Com a vitória de D. João de Avís em Aljubarrota, onde vencem os espanhóis, "triunfaram os negociantes e embarcadores, o litoral e a política oceânica e de transporte, ao dominador dos campos; venceu o mar à terra."⁶⁶

Enquanto que em Roma o comércio fora um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento do Estado romano, na Idade Média o comércio não é visto com bons olhos, pois chocava-se frontalmente com a economia fechada feudal. O comércio é visto, pejorativamente, como profissão de judeu, de cristão novo.

Com o advento dos burgos o comércio volta a florescer, pois encontra nas cidades ponto estratégico para o seu desenvolvimento. Cidades como Amalfi e Veneza serviam de ligação entre o Ocidente e o Oriente, como dois grandes centros comerciais, "mas se estamos à procura das origens das idéias econômicas e jurídicas que inspiraram os levantes urbanos da burguesia, precisamos estudar a situação de

⁶⁵LACERDA, M. Linhares de. *Tratado das Terras do Brasil*. Rio de Janeiro: Alba, 1960. Vol. I e II. p. 21, Vol. I.

⁶⁶LACERDA, M. Linhares de. Op. cit., p. 21 e 22, Vol. I.

Veneza e Amalfi, cidades portuárias e mercantis, vassalas de Bizâncio, através das quais passavam as mercadorias, o dinheiro e a cultura que se infiltraram inicialmente e, mais tarde, começaram a derrubar o feudalismo na Europa Ocidental."⁶⁷

A importância das cidades no florescimento do comércio na Idade Média é inegável, visto que "... enquanto, no resto da Europa, se travava a luta entre o feudalismo e o trono, e, mesmo, entre a Igreja e os Monarcas absolutistas, várias cidades organizavam ligas de defesa contra as Coroas e de incremento dos negócios com o Oriente, salientando-se as repúblicas italianas, - Veneza, Génova, Florença, Milão - ou alemães, como Hamburgo, Bremen, etc, cujos navios percorriam o Mediterrâneo, de todo desvendado pelos marujos do tempo, avezados a visitar-lhes as costas africanas - Marrocos, Argélia, Tunísia, Trípoli, Egito, indo até a Palestina e à Ásia Menor, guiados por mapas rudimentares - os portulanos, - em que se traçavam os roteiros aos navegantes do tempo."⁶⁸

Com o desenvolvimento da navegação muda-se substancialmente as rotas comerciais européias. O Mediterrâneo, considerado "mare nostrum" (sem perigos, acessível e acolhedor), era o caminho que ligava a Europa ao Oriente e com a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453, este intercuro também se tornou "mare clausum" (mar perigoso) como era na época considerado o Atlântico. O comércio pressiona novas vias de acesso ao Oriente, no que contribui enormemente a escola de Sagres, onde o Infante D. Henrique, filho de D. João I, dinamiza os estudos de náutica, o que resultará numa maior segurança no enfrentamento do Atlântico.

⁶⁷TIGAR, Michael E. & LEVY, Madeleine R. *O Direito e a Ascensão do Capitalismo*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. P. 88.

⁶⁸PORTO, Costa. Op. cit., p. 16.

A pressão do mercantilismo faz com que se encontre um novo caminho para as Índias⁶⁹ costeando o sul da África. Em 1486, Bartolomeu Dias dobra o Cabo das Tormentas, vulgarmente chamado de Cabo Não, que agora passa a ser denominado de Cabo da Boa Esperança. Em 1497, Vasco da Gama dobra novamente com "esperança" o Cabo Não e chega a Calicute em 1498.

Dentro deste contexto da expansão portuguesa, espraiamento marítimo do reino lusitano, temos em 1500 a descoberta do Monte Pascoal e a Terra de Vera Cruz.

3.2. A partilha do mundo: o Tratado de Tordesilhas

O Tratado de Tordesilhas é um marco importante na história diplomática da península ibérica. Cabe esclarecer que à época deste tratado as terras eram tidas como patrimônio da Igreja Católica, representada na figura do Papa. Na Idade Média a religião exercia forte influência quanto ao domínio territorial. A terra é dádiva de Deus, senhor do Universo, e os representantes aqui na terra desse senhor dono do mundo eram os papas, vigários de Cristo e chefes da cristandade, e assim estavam aptos a distribuir o solo: "porque vinha de épocas recuadas a praxe de os Soberanos Pontífices distribuírem terras, como se foram patrimônio seu: já em 1092, na verdade, Urbano II doara a Córsega ao Bispo de Pisa; Adriano IV, pela bula *Laudabilliter*,

⁶⁹ "Índia, vaga expressão geográfica aplicada a todos os países distribuídos da saída do Mar Vermelho ao Reino de Catai e à Ilha de Cipango". PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil Colônia e Império*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense. s/d. p. 12.

dera a Irlanda ao Rei da Inglaterra, como Xisto IX cederá, mais tarde, as Canárias aos Reis de Espanha."⁷⁰

Como os reis de Portugal e da Espanha são os mais beneficiados pelos papas no que concerne à concessão de terras descobertas e por descobrir, há a pitoresca frase do Imperador Francisco I da Áustria, em relação a estas concessões, "teria dito que desejava conhecer o testamento de Adão, que legara aos seus primos metade do mundo, excluindo-o a ele da sucessão"⁷¹.

As bulas papais que tratam algum aspecto em torno dos conflitos de domínio entre Portugal e Espanha são as seguintes: 1) a Bula **Rex Regum** de Eugénio IV, na qual consta em uma súmula, com a data de 8 de setembro de 1436, que as terras conquistadas aos infiéis ficavam sujeitas a D. Duarte; 2) a Bula **Stsi Suscepti** do mesmo papa, de 9 de janeiro de 1442, na qual confirmava as doações feitas por D. Duarte e D. Afonso V a D. Henrique; 3) a Bula **Inter caetera** de Calixto III, de 13 de março de 1456, que confirmava a Bula de Nicolau V, de 8 de janeiro de 1454, que atribuía a Portugal o domínio sobre todas as conquistas na África, e também concedia a jurisdição espiritual das terras, desde o Cabo Não até à Índia, à Ordem de Cristo; 4) a Bula **Aeterni regis** de Xisto IV, de 21 de junho de 1481, que abona as tratativas entre Portugal e Espanha quanto ao respeito mútuo sobre as terras descobertas e por descobrir; 5) a Bula **Inter caetera** de Alexandre VI, datada de 3 de maio de 1493, que concede as terras descobertas e por descobrir, após o retorno de Cristovão Colombo, aos Reis de Castela e de Leão; 6) a Bula **Eximiae Devotionis**, do mesmo Pontífice e de mesma data, que amplia e estende as mesmas concessões aos Reis Católicos; 7) a

⁷⁰PORTO, Costa. Op. cit., p. 19.

⁷¹LACERDA, M. Linhares de. p. 65. Vol. I.

Bula *Inter caetera*, do dia seguinte, pela qual o Papa impõe como pena à desobediência a excomunhão; 8) a Bula *Pro Bono Pacis*, de Júlio II, de 21 de janeiro de 1504, que vem confirmar o Tratado de Tordesilhas realizado em 7 de junho de 1494.

A delimitação imposta pelo Tratado de Tordesilhas, oficialmente intitulado *Capitulacion de la Repartition del Mar Oceano*, é de uma linha imaginária que corta a faixa litorânea brasileira no sentido norte-sul, tendo como marco ao norte, Marajó e ao sul, Laguna. Com isso o Brasil já está incorporado ao domínio português antes mesmo da viagem de Pedro Álvares Cabral, narrada antes por Pero Vaz Caminha, e, assim, "a ocupação de nosso solo pelos capitães descobridores, em nome da Coroa portuguesa, transportou, inteira, como num grande vôo de águias, a propriedade de todo o nosso imensurável território para além-mar, - para o alto senhorio do rei e para a jurisdição da Ordem de Cristo."⁷²

3.3 O Brasil colonial e a Lei de Sesmaria

Tarefa enorme ao reino português administrar seus novos domínios, visto que em poucos anos o expansionismo lusitano atingiu horizontes comerciais inimagináveis na época. Neste sentido, levando em consideração que o comércio é razão central dos empreendimentos, o Brasil foi esquecido pela coroa portuguesa durante as três primeiras décadas após seu descobrimento, pois nestas terras o comércio não estava organizado, ou melhor, nem mesmo existia. Assim, "no Brasil onde só constava, de

⁷²LIMA, Ruy Cirne. *Op. cit.*, p. 11.

início, a existência de pau-brasil, bugios e papagaios, não se justificava uma larga exploração mercantil à moda do tempo."⁷³

Nestas três primeiras décadas, o Brasil foi posto em segundo plano nas prioridades da orientação política-econômica de Portugal. O abandono é "a solução acertada, portanto, para um povo de comerciantes (...) e assim se procedeu."⁷⁴

Portugal nesta época está muito mais preocupado com as coisas da Índia do que em povoar e ocupar a nova colônia americana.

Depois deste período, do Brasil esquecido, diante da ameaça gaulesa, que circula à vontade pelas costas brasileiras, desloca-se a política colonial da metrópole noutro sentido. A França que não via com bons olhos a parcialidade pontífice, ostensivamente trata de assegurar o seu quinhão, no que reage D. João III, mandando para o litoral brasileiro esquadras de defesa.

Como Portugal tinha se tornado uma "nação comercial", e o Brasil nada tinha a dar neste sentido, oferecia "uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou a pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária. Assim um povo de comerciantes, que fazia um século se afastara do cultivo do solo para se dedicar de preferência à especulação mercantil, era novamente arrastado para o amanhã da terra."⁷⁵

⁷³SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 32.

⁷⁴PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil*. Op. cit., p. 12.

⁷⁵PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil*. Op. cit., p. 14.

Nesta direção e também buscando assegurar um maior controle sobre as terras brasileiras, a Coroa portuguesa remete a expedição de 3 de dezembro de 1530 comandada por Martin Afonso de Souza. Traz consigo três cartas régias. A primeira autorizava-o a tomar posse das terras que descobrisse, a organizar o governo com a administração civil e militar. A segunda carta que trazia Martim Afonso de Souza, conferia-lhe os títulos de capitão-mor e governador das terras do Brasil.

Já a terceira carta régia espelha "o primeiro monumento das sesmarias no Brasil", conforme Ruy Cirne Lima. Prescrevia esta carta:

"D. João, por graça de Deus (...) A quantos esta minha carta virem, faço saber, que as terras que Martim Affonso de Souza do meu conselho, achar e descobrir na terra do Brasil, onde o envio por meu capitão mór, que se possa aproveitar, por esta minha carta lhe dou poder para que elle dito Martim Afonso de Souza possa dar ás pessoas que comsigo levar, e ás que na dita terra quizerem viver e povoar, aquella parte das ditas terras que bem lher parecer, e segundo lhe o merecer por seus serviços e qualidades, e das terras que assim der será para elles e todos os seus descendentes, e das que assim der ás ditas pessoas lhes passará suas cartas, e que dentro de dous annos de data cada hum aproveite a sua e que se no dito tempo assim não fizer, as poderá dar a outras pessoas para que as aproveitem, com a dita condição; e nas ditas cartas que assim der irá trasladada esta minha carta de poder para se saber a todo tempo como o fez por meu mandado, e lhe será inteiramente guardada a quem a tiver; e porque me apraz, lhe mandei passar esta minha carta por mim assignada e sellada com o meu sello pendente. Dada na villa do Crato da Ordem de Christo, a 20 de novembro. Francisco da Costa a fez, anno do nascimento de Noso Senhor Jesus Christo de 1530 annos."⁷⁶

Pouco mais de um ano após a chegada à colônia da expedição de Martim Afonso de Souza, Portugal muda de orientação política em relação ao Brasil. Anterior

⁷⁶LIMA. Ruy Cirne. Op. cit., p. 32.

a 1530 houve o oferecimento à coroa de D. João de Melo da Cunha para, juntamente com mil moradores, colonizar estas terras às custas próprias. Também Diogo de Golveia⁷⁷ insistia junto ao rei que as terras da colônia deveriam ser distribuídas a seus vassallos. Assim foi feito. A coroa, provavelmente acatando as sugestões de Golveia, comunica a Martim Afonso de Souza em carta de 28 de fevereiro de 1532 suas intenções: "depois de vosa partida, se praticou se seria de meu serviso povoar-se toda essa costa do Brasil, e algumas pessoas me requerião capitánias em terra della. Eu quisera antes de nyso fazer allgua cousa esperar vossa vinda, pera com vosa emformação fazer o que bem me parecer ... e porem fui emformado que dallguas partes fazião fundamento de povoar a terra do dito brasyll, e considerando eu com quamto trabalho se lançaria fora a gente que as povoasse, depois de estar assentada na terra, determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata cincoenta leguas da costa a cada capitania, como vereis pollas doaçoens que logo mandei fazer."⁷⁸

Na repartição do solo brasileiro em capitánias, coube uma a Martim Afonso de Souza, com cem léguas de costa e ao seu irmão, Pedro Lopez, outra, de cinquentá léguas. Em 1504 já se tinha feito a doação de uma primeira capitania, a Ilha de São João, hoje denominada com o nome do seu donatário, a Fernando de Noronha⁷⁹.

⁷⁷Diogo de Golveia (ou Gouveia), como ideólogo representante da nobreza, influi na decisão de D. João III, no sentido de favorecer os "homens de calidades" (fidalgos, nobreza feudal) na distribuição das terras brasileiras, em detrimento dos "homens de posses" (plebeus ricos, burguesia comercial emergente). O que cria, no Brasil, uma situação ímpar, visto que os "homens de calidades", primeiro, não estavam ligados diretamente ao processo produtivo como aqui vai se exigir, isto é, a empresa colonial exige labor agrícola intenso; e segundo, eles necessitam, além da terra, de capital para tocar a exploração agrária baseada, não nos servos, mas na mão-de-obra escrava. Isto mostra a tentativa, fracassada, de feudalização das terras brasileiras quando das distribuição das capitánias, o que logo irá mudar com a instalação do governo geral no Brasil que privilegiará os "homens de posse" (trata-se de necessidade da nova empresa - dos engenhos - e não de opção pessoal).

⁷⁸PORTO, Costa, Op. cit., p. 23.

⁷⁹Fernando de Noronha, ou Loronha, cfe. alguns autores, foi o primeiro arrendatário para a exploração do pau-brasil, visto que a exploração foi colocada sob o monopólio do Estado português que arrendava a comerciantes o

A divisão das terras brasileiras em imensas capitanias não atingiu seus objetivos de colonização e proteção da costa brasileira. Mostrando-se péssimo meio para tal, foi revogado os poderes concedidos aos donatários através da instalação do governo geral. Como governador geral de todas as capitanias foi nomeado Tomé de Souza.

Como o sistema das capitanias fracassou, não atendendo os interesses da coroa portuguesa, esta tomou nova decisão, perceptível no Regulamento de 17 de dezembro de 1548, instituindo no Brasil um governo geral. Este momento é um marco especial, visto que a partir daí a antiga Lei de Sesmarias, de D. Fernando, irá sofrer profundas transformações no que concerne, principalmente, à sua aplicabilidade.

As cartas de doação das capitanias procuravam limitar a área pertencente, primeiramente, ao capitão e ainda carregavam em alguns documentos e interpretações a nomeação de reguengos, isto é, terras privativas concedidas a quem detinha parcela de poder estatal e por este poder determinadas (poder de propriedade atribuído pela investidura de cargo). O restante da área da capitania deveria ser dada em sesmaria a quem a solicitasse.

O princípio da Lei de Sesmaria de 1375, de que não se pode dar mais terras a uma pessoa do que aquelas que ele possa aproveitar, foi totalmente desconsiderado, principalmente, a partir da instalação do governo geral. O senhorio feudal português, para esta terra da Utopia, voltaram seus olhos, carregados de ganância e embebedos de

avareza, na tentativa de obter parte do poder que perdera à burguesia comercial portuguesa.

A terra sendo um dos principais meios de produção na época é, logicamente, sinônimo de poder. A fidalgaria portuguesa solicitou terras à Coroa e recebeu imensos latifúndios. Assim, "as concessões de sesmarias, na maioria dos casos, restringiam-se, portanto, aos candidatos a latifúndios, que, afeitos ao poder, ou ávidos de domínios territoriais, jamais, no entanto, poderiam apoderar-se materialmente das terras que desejavam para si."⁸⁰

Já os plebeus, com as dificuldades burocráticas para receber terras em sesmarias, preferem, por necessidade, a simples ocupação da terra do que perquirir na hierarquia administrativa portuguesa.

O princípio limitador da área dada em sesmaria, que limitava às possibilidades de aproveitamento da área pelo beneficiário, foi suprimido pelo Regimento de Tomé de Souza, que expressamente traz um novo princípio que gerará o latifúndio. Com força de lei escrita, o novo princípio está ligado à nova política econômica do reino português - produção de açúcar para o mercado externo.

A concessão de terras em sesmarias para a construção dos engenhos⁸¹ e produção da cana para alimentá-los, a partir do governo geral de Tomé de Souza, é um

⁸⁰LIMA, Ruy Cirne. Op. Cit. P. 37.

⁸¹"Quem chamou as oficinas, em que se fabrica o assucar, engenhos, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com reflexão, que merecem, he obrigado a confessar, que são huns dos principais partos, e invenções do engenho humano, o qual com pequena porção do Divino, sempre se mostra no seu modo de obrar, admirável. Dos engenhos huns se chamão reaes, outros inferiores vulgarmente engenhocas." Trata-se de citação de Antonil IN: SIMONSEN, Roberto C. Op. cit., p. 104.

dos maiores marcos do início do latifúndio no Brasil, tradição latifundiária que se mantém até os dias atuais.

Para requerer terra em sesmaria, dentro deste novo direcionamento político econômico da metrópole, obrigatoriamente os solicitantes deveriam mostrar que eram homens de posses, para atender à determinação régia no sentido da construção de engenhos na colônia, e "desta sorte, quem pedia terras para canavial e engenhos se supunha ter possibilidades largas de aproveitamento, podendo, desta maneira, receber quinhões imensos, sem ferir a letra e o espírito da lei. E na verdade, canavial e latifúndio sempre andaram muito unidos. (...) No regimento de Tomé de Souza, por exemplo, enquanto, de relação às sesmarias em geral se ordena sejam aproveitadas (...) no prazo de cinco anos, expressamente fixado na lei básica do Reino, - os engenhos deviam os sesmeiros edificá-los 'dentro no tempo que lhe limitardes e que seraa O QUE BEM VOS PARECER'. No tocante à area, enquanto vigorava o princípio das 'possibilidades de aproveitamento', o caso de engenhos é disciplinado de modo especial: 'pera serviço e meneyo dos ditos enjenhos lhe dareis AQUELA TERRA QUE PERA YSO FOR NECESSARIA' e, 'alalem da terra que a cada enjenho aveis de dar pera servyço e meneyo dele, lhe limitareys A TERRA QUE VOS BEM PARECER'."82

Esses homens de posses "são os futuros senhores de engenho e fazendas, de que se iria formar a aristocracia econômica da sociedade colonial."83

82PORTO, Costa. Op.cit., p. 69.

83LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 36.

3.4. Direitos políticos ou dominiais

Como num grande vôo de águias, a propriedade territorial do Brasil passou a pertencer a Coroa portuguesa e a jurisdição da Ordem de Cristo⁸⁴. Dentro deste monopólio real da terra é interessante notar que havia uma divisão entre direitos políticos e direitos dominiais no que concerne aos seus prepostos que para aqui vieram. A Coroa reservava para si direitos dominiais e políticos totais sobre o novo território conquistado, expressando, concretamente, a idéia do Estado absolutista então em evidência. Concedia-se poderes parciais aos comandantes das expedições, aos donatários e aos governadores gerais.

Neste sentido temos as cartas régias a Martim Afonso de Souza, as quais autorizavam tomar posse das terras descobertas, organizar o governo e conceder sesmarias, mas tudo em nome da Coroa portuguesa⁸⁵.

Assim, o sistema donatário se realiza sob dois prismas: 1) quanto à repartição política, e 2) quanto à distribuição do solo. Aos donatários o rei, por suas cartas, concedia poderes políticos, considerados "direitos magestáticos quase absolutos". Já quanto a terra não concedia a eles direitos dominiais: "quando se fala em doação,

⁸⁴Fala-se em monopólio real da terra, visto que o tanto o poder temporal, quanto o poder espiritual estavam concentrados nas mãos do Rei português: "quando o Brasil foi descoberto el-Rey exercia não somente o domínio temporal mas também a jurisdição espiritual - o padroado -, mas isto por circunstância ocasional: Grão Mestre da Ordem desde 1485, quando assumiu o trono, em 1495, D. Manuel enfeixou as duas dignidades, situação que permaneceu com D. João III, tornando-se definitivamente a partir de 1551, quando, então, Grão Mestre e Coroa uniram para sempre." PORTO, Costa. Op. cit., p. 50. Nesta obra, página 42 e seguintes, bom histórico sobre o fim da Ordem dos Templários e a criação da Ordem de Cristo. Quanto a luta entre Estado e Igreja, nos tempos modernos, ver: GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 7.ed. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. página 275 e seguintes.

⁸⁵"Portugal, na era seiscentista, estava sufocado pelo Estado absoluto, centralizador, armado de um estamento que consolidava a supremacia e o controle da realza em todos os negócios, empresas, aventuras e planos". FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979. Vol. I e II. p. 122 Vol I.

parece, realmente, que se tratava de propriedade territorial. E não é isso, entretanto, o que se fazia. Não era a terra que o Soberano dava, mas o benefício, o usufruto dela somente. E tanto era assim que, na própria carta de doação, concedia o rei ... um dado prazo de terras ao donatário, e como propriedade plena, imediata e pessoal. O Capitão donatário ... era como um locotenente do Rei... exerce direitos de soberania. Só não é proprietário da terra: auferia, apenas, uns tantos proveitos do feudo que lhe foi concedido."⁸⁶

É importante notar que o donatário tinha poderes políticos derivados da figura do Soberano, em nível fiscal, administrativo, jurisdicional sobre toda a capitania, mas quanto à terra as cartas de doações são claras, fazem dele apenas um sesmeiro nos dois sentidos da palavra: a) sesmeiro, no sentido de beneficiário, recebe, como no caso da doação a Duarte Coelho, uma área de dez léguas com domínio pleno⁸⁷. No prazo de vinte anos da posse da capitania poderá separar esta área para si, mas em frações de quatro ou cinco partes, mantendo ainda uma distância de duas léguas entre si; b) sesmeiro, no sentido de repartidor e distribuidor de terras, conceder as outras cinquenta léguas, tomando ainda por base a doação a Duarte Coelho, em sesmarias. O capitão sobre esta área, no caso cinco sextos do total da capitania, não possui o domínio territorial. É apenas preposto da coroa, que se obriga a dar estas terras em sesmarias.

⁸⁶PORTO, Costa. Op. cit., p. 26.

⁸⁷Nos Estados absolutistas o território, mais propriamente os imóveis, eram divididos em dois grupos: em um deles pertenciam os imóveis ao Estado, são da "respublica", mas como o Soberano é senhor absoluto e ele e o Estado se confundiam, são na verdade propriedades do rei; noutro grupo estavam os imóveis que pertenciam privativamente ao Rei, ao seu patrimônio individual enquanto pessoa privada, podendo vender, arrendar, aforar. Imóveis estes denominados reguengos. Reguengo são as terras pertencentes ao patrimônio individual do Soberano, ligadas a sua autoridade. Como no caso dos donatários estavam eles investidos de parcela de autoridade, as suas terras também são consideradas reguengos.

E mais, estas terras dadas em sesmarias, estão obrigadas a atender à produção, a serem aproveitadas pelos beneficiários, tanto que "a doação de chãos bravios continua, todavia, a ainda a corresponder a uma concessão administrativa, presa, com rédea legalmente curta, aos propósitos colonizadores. O colono - aqui permanece íntegro o espírito do último rei da dinastia de Borgonha e das Ordenações - seria um agente de uma imensa obra semipública, pública no desígnio e particular na execução."⁸⁸

Assim, nos tempos das capitâneas, antes de seu fracasso enquanto meio de colonização, ficava legalmente proibido aos donatários apropriarem-se das terras reservadas à distribuição em sesmarias, "ainda que de modo indireto, fôsse por concessão à mulher, ou ao filho herdeiro, fôsse por título de compra, antes de passado oito anos de serem aproveitadas pelos primitivos concessionários. Aos donatários, veda-se-lhes, numa palavra, apropriarem-se dos maninhos existentes dentro dos limites de suas capitâneas, não lhes sendo lícito senão concedê-los de sesmaria."⁸⁹

Nota-se que "a carta de doação assegura ao donatário mero poder político, de jurisdição, e não de domínio de sorte que, apesar dos poderes magestáticos dos capitães o solo continuava pertencendo à Coroa."⁹⁰

Traçado este breve contexto, é possível perceber que a concessão de terras em sesmarias tinha um caráter de restrição administrativa do domínio privado. Mais tarde, com a imposição de foro incidindo sobre elas, haverá uma completa transformação da situação jurídica do solo colonial, isto é, levará, com o foro, a uma apropriação legal

⁸⁸FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 125

⁸⁹LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 34 e 35.

⁹⁰PORTO, Costa. Op. cit., p. 28

do respectivo domínio direto. Ruy Cirne Lima chama este período inaugurado pela cobrança de foro, de regime dominialista sobre as terras brasileiras.

Enquanto que nas primeiras doações de terras, estas são distribuídas compulsoriamente em benefício da agricultura, caracterizando assim, a restrição administrativa do domínio privado. Com o passar do tempo, a distribuição terras alarga-se e perde aquela obrigatoriedade do aproveitamento ligado à doação.

Distribuídos verdadeiros domínios régios em sesmarias, com a cobrança de foro, a partir de 1695, provavelmente, muda completamente a situação jurídica de nosso solo. Tributárias, primeiramente, apenas do dízimo à Ordem de Cristo, com a cobrança do foro passa-se a caracterizar a apropriação legal da terra, sem carregar aqueles traços de restrição administrativa que outrora tinha-se sobre o solo colonial. Em resumo, "a imposição de foro, nas sesmarias do Brasil, equivalendo a uma apropriação legal do respectivo domínio direto, feria de frente êsse preceito e inaugurava, entre nós, o regime dominialista da instituição das sesmarias, que perde, desde então, o seu carácter de restrição administrativa do domínio privado e do das entidades públicas, para assumir definitivamente a feição de concessão, segundo os preceitos ordinários, de latifúndios, talhados no domínio régio."⁹¹

⁹¹ LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 38.

4. PECULIARIDADES DO SISTEMA SESMARIAL

O sistema sesmarial, aplicado ao Brasil colônia, teve algumas peculiaridades que merecem menção, pois o conhecimento destas são imprescindíveis para entender o processo de construção e nossa estrutura agrária. Elencamos aquelas que consideramos mais importantes, aquelas que podem caracterizar melhor o sistema sesmarial brasileiro.

4.1. Aproveitamento e limitação da extensão das datas de sesmaria

Uma das condições originárias da Lei de Sesmarias é o aproveitamento da área com base na antiga tradição romana, contrária ao solo inculto, e a necessidade da produção agrícola para atender a demanda interna do pequeno país ibérico e, conseqüentemente, repovoá-lo.

No Brasil, em tese, o aproveitamento da terra é condição importante, resolutiva, para o recebimento de datas de sesmaria, tanto que, aquela área não aproveitada é considerada, pelo poder estatal, como devoluta e será novamente distribuída.

Essas orientações possuem base jurídica e se fazem presentes na carta de doação a Fernando de Noronha em 1504, na terceira carta a Martim Afonso de Souza de 1530, nas concessões de capitanias, no Regimento de Tomé de Souza, etc.

O aproveitamento tinha que ser feito num prazo determinado, máximo de cinco anos, como apontavam as Ordenações. Já as cartas de doação fixavam o prazo de um a cinco anos de acordo com o caso. Não o fazendo, o beneficiário corria o risco de perder a terra ganha gratuitamente, assim, alguns pediam prorrogação dos prazos, outros abriam mão da data por não terem cumprido a cláusula do aproveitamento no prazo assinado. Mas, como vimos, no caso das sesmarias dadas para a finalidade da criação dos engenhos, este princípio foi desconsiderado, ganhando o sistema sesmarial o sinônimo de latifúndio.

Além do aproveitamento da terra, a questão do tamanho da área a ser dada em sesmaria é de enorme importância, pois a triste realidade fundiária que aqui se firmou, com base na Lei de Sesmarias, incorporadas nas Ordenações, parece desprezar o fato de haver preceitos legais que visavam a limitar as dimensões das propriedades. Muitas vezes, em determinados momentos históricos, a realidade faz coisa pequena de toda a estruturação jurídica e de sua infinidade de normas.

Como herança dos 322 anos de vigência do sistema sesmarial, distorcido em nosso território, tivemos a formação de uma das mais injustas distribuições de solo do mundo.

O conflito em torno do tamanho da área da propriedade fundiária, bem como seu uso, já há muito vem se desenrolando. De um lado temos os proprietários de imensas áreas de terra que não as cultivam, e de outro, uma imensa massa de trabalhadores que possuem pequena área, sendo insuficiente para atender as necessidades básicas da própria família, sem contarmos com a grande quantidade de trabalhadores rurais sem-terra.

Assim, hoje muitos se levantam contra o fato de haver muitas terras incultas e por consequência muitos jogados economicamente num estado de miséria. Em Roma, onde em certo período predominou o sistema da pequena propriedade, e só mais tarde "com a decadência dos 'costumes', começam a surgir os latifúndios"⁹², dá-se grande importância ao aproveitamento do solo inculto. Mesmo os latifundiários, naqueles tempos, estavam, de certa forma, pressionados à utilização de suas terras.

As leis agrárias dos Gracos mostram os conflitos da época em torno da terra, no caso, a apropriação pelos patrícios das imensas áreas pertencentes ao Estado, mas mesmo nestes casos, não se admitia que as terras permanecessem incultas, como vimos anteriormente.

Originariamente, a lei prescrevia que a área a ser dada em sesmária não poderia ser maior que aquela que o beneficiário pudesse aproveitar. Se aqui este princípio fosse mantido teríamos uma estrutura fundiária baseada na pequena, e no máximo, na média propriedade. O que ocorreu, foi que este princípio limitador da propriedade cedeu lugar a outro, ao princípio latifundiário, decorrente da orientação política econômica da metrópole espelhada nos engenhos, de imensas áreas para a instalação dos canaviais, da pecuária que invadiu os sertões brasileiros, e, principalmente, pela ganância e avareza do senhorio lusitano.

Assim, as cartas de doação das capitâneas, mesmo em dimensões imensuráveis, tentavam de certa forma limitar o tamanho da terra dada em sesmária. Com a instalação do governo geral, que, contraditoriamente, pondo fim ao sistema donatário,

⁹²PORTO, Costa. Op. cit., p. 30.

passa a dar imensas áreas através do regime sesmarial que agora mais se parece a verdadeiras capitânias.

A orientação original da Lei de Sesmarias, quanto à limitação da área à capacidade de aproveitamento do beneficiário, não foi respeitada no Brasil colonial, mas houve muitas cartas régias, regulamentos, etc, que procuraram limitá-las.

Já no começo do século XVII, antes da restauração portuguesa, sob o domínio dos Felipes, encontramos limitações ao tamanho das sesmarias, mas o caso se mostra mais numa situação específica para corrigir os excessos cometidos na distribuição de sesmarias no Rio Grande do Norte por Gerônimo Albuquerque: "o certo, porém, é que el-Rey Felipe III - II de Portugal, - achou a distribuição excessiva, ordenando ao governador D. Diogo de Menezes procedesse a nova partilha, e, ante a omissão estranha do seu delegado, baixou a carta régia de 28 de setembro de 1612, a fim de regularizar a situação. (...) 'tendo respeyto á pocebilidade de cada hum e ao que elle poder cultivar', limitando ao máximo a extensão das datas, pois 'requerendo menos cantydade, poderam melhor cultivar e beneficiar.'"⁹³

Devido ao crescimento da densidade populacional na colônia a procura por terras aumenta: "daí a política de restrições das áreas - para ficar 'lugar de se acomodarem outros pretendentes de igual merecimento', como se diz em parecer de 1685 - datando, assim, dos fins do século 17, a nova orientação da Metrópole, de fixar tectos máximos das sesmarias, em limitação crescente, começando por cinco léguas,

⁹³PORTO, Costa. Op. cit., p. 84.

descendo, depois, para quatro, três duas, uma e, finalmente, nalguns casos, meia légua."⁹⁴

Apesar destas limitações específicas, o princípio latifundiário vigora tranqüilo, e somente entre o ano de 1695 e 1698, provavelmente, como ensina Costa Porto, surgem as primeiras leis de caráter mais geral limitando as extensões das sesmarias. Sem sucesso, infelizmente.

Um século depois e o problema continua. O alvará de 5 de outubro de 1795, que exigia que as terras fossem medidas e demarcadas, também tratava do problema da limitação das sesmarias: "não julgando justo 'se franqueiem e liberalizem em grande quantidade as datas de sesmaria, principalmente quanto às terras mais próximas às capitais', fixa, como tecto máximo, uma légua de terra, limitação 'commua, geral, extensiva a tôdas as capitanias ... a fim de que resulte o maior número de sesmarias que façam mais vantajosos os efeitos e fins da mesma cultura'"⁹⁵.

Mas como, no entanto, para ser possível a limitação da área da sesmaria se faz necessário a medição e demarcação da área, como veremos, difícil de se fazer devido a falta de geómetras, fracassará, "em tôda linha, o alento acordar de 1795: o problema sesmarial continua em aberto, a situação se apresenta mais e mais tumultuada, a tal ponto que a Resolução de 17 de julho de 1822 adota o remédio drástico, tentando, á moda de Alexandre, cortar o 'nó górdio', suspendendo a concessão de terras de sesmaria até que lei especial regule o problema."⁹⁶

⁹⁴PORTO, Costa.. Op. cit., p. 86.

⁹⁵PORTO, Costa. Op. cit., p. 171.

⁹⁶PORTO, Costa. Op. cit., p. 172.

4.2. A cobrança de dízimo e foro

As sesmarias eram concedidas gratuitamente, cabendo ao beneficiário, até o século XVIII, apenas o pagamento de dízimo à Ordem de Cristo.

Conforme a Lei de Sesmarias temos duas situações quanto à terra: 1) aquela área que tendo proprietário anterior, cabe ao beneficiário que recebe-la em sesmaria, por ela não estar sendo aproveitada, o pagamento de tributo ao senhorio mais o pagamento de dízimo. São as terras consideradas tributárias; 2) as terras que se acham livres de senhorio estão dispensadas do pagamento de tributo, cabendo então ao proprietário o pagamento apenas do dízimo à Ordem de Cristo.

Como no Brasil a situação é diferente daquela do reino, pelo fato de não haver aqui nenhum senhorio anterior sobre as terras (a não ser os indígenas que aqui habitavam), estavam os beneficiários de sesmarias obrigados a pagar tão-somente uma parte de dez da produção à Ordem de Cristo.

O dízimo não incide sobre a área total da sesmaria, mas sim, sobre sua produção. Esta cobrança tinha forte conotação religiosa, de ser uma obrigação de todo cristão, uma contribuição para o engrandecimento da fé católica. "O dízimo destina-se a propagação da fé, à sustentação do culto, encarado como dever do fiel, a quem cabia trabalhar pelo alargamento do 'reino de Cristo' na terra."⁹⁷

⁹⁷PORTO, Costa. Op. cit., p. 97.

Tendo a Ordem de Cristo como beneficiária do dízimo, que incidia sobre a produção das datas de sesmaria, é de se notar que a Ordem e a Coroa estavam unidas na figura do Soberano. A coroa infiltrou-se lentamente nas instituições religiosas ao ponto de comandá-las de forma direta conforme seus interesses, tendo assim, o domínio espiritual sobre as terras conquistadas, além do domínio temporal já abonada pelos pontífices.

Quanto aos proprietários, diríamos, originários do continente americano, criou-se alguns problemas em torno da cobrança ou não de dízimo. O índio, considerado pagão na ótica dos cristãos, estaria, por sua condição religiosa, eximido de pagar dízimo. O trabalho de conversão para a fé cristã, por bem ou na marra, tem seus resultados: torna-os devedores da Ordem de Cristo. Os jesuítas se mostraram contrários ao pagamento de dízimo por parte dos indígenas, mas, por fim, após alguns prazos concedendo isenção temporária, a obrigatoriedade de pagamento de dízimo pelos indígenas se estabelece. A cobrança de dízimo dos indígenas chega a ser irônico, visto que pagaram com a vida trabalhando na construção de templos, de fortificações, como escravos na agricultura, nos engenhos.

Houve alguns casos de isenção do pagamento de dízimo no sentido de incentivar o povoamento da colônia, mas o que mais causou discussões foi a alegação de imunidade, quanto ao pagamento de dízimo, pelos cavaleiros das três ordens - de Avis, de Santiago e de Cristo.

O Estado, na época, passava a cobrança do dízimo a terceiros, que arrematavam, em hasta pública, o direito de arrecadar em nome da Coroa. Em tese aquele que oferecia a maior quantia, com base na projeção da arrecadação, tinha a concessão para recolher o dízimo junto a população da colônia. Deixava antes, o

arrematante, como fiança, a quantia correspondente a décima parte do valor pelo qual foi arrematado o direito de cobrança.

Assim, é de interesse do arrematante que todos paguem o dízimo, pois alguém se negando a pagá-lo, deixará este de auferir lucros, ou o que é pior, virá a ter prejuízos. Nesta perspectiva, o choque entre os arrematantes e aqueles que se diziam imunes por serem cavaleiros das três ordens, foi inevitável. A Coroa que também perdia seu quinhão com a dita imunidade, intervem obrigando os cavaleiros ao pagamento do respectivo dízimo.

Também alegando imunidade, as Ordens Religiosas se negavam a pagar o dízimo. O choque entre o Fisco Real e as Ordens foi violento e se arrastou por muito tempo. A discussão ficava em torno do tipo de domínio que as Ordens religiosas tinham sobre os imóveis e se deveriam ou não dependendo do caso pagar o dízimo.

Como vimos antes, as propriedades dadas em sesmarias que não possuíam senhorio anterior, eram distribuídas livremente com o único encargo de pagar dízimo, uma parte de dez sobre a produção. A partir do final do século XVII, mais precisamente a partir da carta régia, de 22 de janeiro de 1699⁹⁸, de D. Pedro II, instituiu-se a cobrança de foro. Foro cobrado conforme a "qualidade e bondade" das terras dadas em sesmaria.

Houve forte reação dos juristas quanto a imposição de foro sobre as terras de sesmarias, tendo em vista que a lei inclusa nas ordenações é clara a respeito, cobrando

⁹⁸Esta é a posição de Costa Porto, pois há controvérsias a respeito de qual a carta régia instituiu a cobrança de foro. Para Ruy Cirne Lima é a carta régia de 27 de dezembro de 1695 responsável pela imposição de foro sobre as terras brasileiras.

apenas o dízimo. Como não poderia ser diferente, a querela bate às portas do Conselho Ultramarino, onde as opiniões ficaram divididas, com isso, o processo subiu ao Desembargo do Paço, onde ficou decidido que as Ordenações não se aplicavam ao Brasil, portanto, legal era a cobrança do foro. Legitimou-se juridicamente a vontade do monarca que reinava absoluto.

O valor fixado para cobrança do foro variava de acordo com o tamanho e a localização da sesmaria, e começava a ser cobrado a partir do dia em que fosse passado a carta de data. Operava-se a cobrança anualmente, em regra, no final de cada ano. Este foro é aquele "legalmente" cobrado pela coroa, pois haviam casos em que os latifundiários estabeleciam cobrança ilegal de foros sobre as suas propriedades.

A cobrança de foro, que muda completamente a situação jurídica do nosso solo, como vimos anteriormente, pela Coroa portuguesa e depois da independência, pela Coroa brasileira, perdurou até a Lei de 15 de novembro de 1831. Em seu artigo 51, parágrafo terceiro, consta: "ficam, abolidas todas as imposições sobre o pescado, os fôros de sesmaria, etc."⁹⁹

4.3. Registro da carta de data e confirmação

Outra condição estabelecida ao beneficiário de data de sesmaria é o registro da respectiva carta. O registro deveria, em regra, ser efetuado no prazo de um ano após passado a carta, tendo como pena, no caso de não o fazer, a perda da sesmaria. O

⁹⁹LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 38.

registro tinha importância na medida que viabilizava um controle maior, por parte da administração portuguesa, da área territorial, para não se dar em sesmarias terras já ocupadas, para a cobrança do dízimo e mais tarde de foro.

Assim, "depois de 1549, com o Regimento do Provedores, devia o morador, para adquirir o domínio, registrar a data nos livros da Provedoria e, desta forma, terra distribuída pela autoridade competente, aproveitada no termo legal, e registada, passava a constituir patrimônio do colono, na plenitude do *uti, frui et abuti*, característicos da propriedade."¹⁰⁰

Praticamente até o fim do século XVII as exigências legais, para que o beneficiário de sesmaria adquirisse o domínio, são as seguintes: tomar posse aproveitando-a, pagar o dízimo e efetuar o registro da carta de data nos livros da Provedoria. A partir de então surge nova orientação no sentido que se faz necessário a confirmação régia. As datas de sesmaria devem ser confirmadas pelo Rei.

A confirmação, como exigência legal, serve de meio, entre outras coisas, para forçar o beneficiário e o sesmeiro distribuidor, a reconhecer a autoridade régia sobre as terras brasileiras, visto que tal obrigação passou a se fazer necessária durante o conflito em torno da autonomia que adquiriu a capitania de Pernambuco após a instalação do governo geral, que pôs fim ao sistema donatário. Pernambuco (Nova Lusitânia) ganha estatuto de capitania autônoma no período compreendido entre 1550 e 1716, e somente após longa pendenga, a Coroa portuguesa consegue ter para si o domínio da capitania, indenizando o último donatário, o sétimo conde de Vimioso, por oitenta mil cruzados e outras compensações.

¹⁰⁰PORTO, Costa. Op. cit., p. 123.

A confirmação régia era também um modo de assegurar maior controle por parte do Estado, e, notoriamente, garantir à coroa portuguesa seu poder de domínio sobre estas terras. Com a obrigatoriedade da confirmação cria-se um vínculo maior entre o beneficiário da sesmaria e a figura do soberano que está além mar. É mais uma das características do Estado absolutista.

O prazo concedido ao sesmeiro para obter a confirmação, em regra, variava de um ano e dia a dois anos, e, na verdade, esta exigência legal foi um dos maiores entraves para a legalização do regime fundiário no Brasil, dentro do sistema sesmarial, devido as dificuldades burocráticas que o beneficiário encontrava para providenciar a confirmação de el-Rei. Contribuindo assim, à praxe da simples posse, da mera ocupação, pelo fato de não atender este preceito legal necessário para legitimar a aquisição do domínio.

4.4. Outras peculiaridades da Lei de Sesmaria no Brasil colonial

A faculdade para distribuir terras em sesmaria, sesmeiro na acepção original do termo, em nome do rei português, foi primeiro concedida a Martim Afonso de Souza, mais tarde estendida aos donatários, e por fim, aos governadores gerais. Faculdade esta que se estendeu aos capitães mores, autoridades locais, na medida em que se expandiu o povoamento, mas neste caso, necessitava a confirmação do governador.

Desde a implantação do sistema sesmarial no Brasil colônia, sempre se fez constar nas cartas de datas as confrontações das mesmas, bem como, o presumível tamanho. A medição e a demarcação, situações entrelaçadas, são também de interesse

do próprio beneficiário. O não cumprimento deste requisito não causava caducidade do direito, como causava, por exemplo, o não aproveitamento. As exigências quanto a medição e demarcação se mostraram sempre flexíveis diante das dificuldades impostas pela realidade brasileira.

No início da colonização as terras por serem, por assim dizer, abundantes, não se prestavam a uma exata medição, mas no correr dos tempos, com o aumento da densidade demográfica, os conflitos se somam.

O alvará de 5 de outubro de 1795 tenta, de forma mais rígida, estabelecer a obrigatoriedade da medição e demarcação das terras diante do quadro de completa confusão em que se encontrava o sistema fundiário da colônia. O que o alvará tenta, a realidade não permite, por falta de "geómetra" o alvará de 10 de dezembro de 1796 suspendia, *sine die*, a exigência.

Atendidas as condições de aproveitamento, registro da carta, pagamento de dízimo e de foro, confirmação da carta, etc, o sesmeiro tem o domínio pleno da terra, sendo que assim se faz respeitar seus direitos. Em relação a estes direitos a Coroa vai aos poucos legislando no sentido de protegê-los.

Quanto aos direitos de terceiros o sistema sesmarial sempre levou-os em consideração. Primeiramente, devido inclusive ao fato do Brasil se mostrar pouco povoado, as leis eram flexibilizadas na observância destes direitos, mas com o decorrer do tempo, com a colônia sendo mais densamente povoada, as normas se tornam mais rígidas, as autoridades tornam-se mais vigilantes quanto ao controle das terras já dadas em sesmaria, pois o maior problema em vista aos direitos de terceiros era dar em sesmaria terras anteriormente já distribuídas e que não estavam devolutas.

Quanto aos limites à apropriação privada, embora a lei silenciasse a respeito, haviam, na colônia, terras que não podiam ser distribuídas a particulares através do sistema sesmarial, como por exemplo, as áreas reservadas para construção de estradas, servidões de passagem, margens de rios, áreas de vilas utilizadas em comum, áreas indígenas, etc.

No final do século XVII surge legislações específicas impondo limites a apropriação privada, como a carta régia de 12 de novembro de 1698, que regula as terras de marinha, e também, a carta de 20 de janeiro de 1699 que trata das terras de interesse da Coroa.

Assim, "a carta régia de 12 de novembro de 1698 não proíbe, propriamente, a distribuição das terras de 'marinha'. Apenas condiciona-lhes a utilização, por privados, ao interesse geral e, considerando as 'marinhas' regalia régia, firma a regra de que sua distribuição ou arrendamento dependem de expressa autorização do Soberano. Já a carta de 20 de janeiro de 1699 vai além: depois de fixar normas quanto à área das sesmarias e de sujeitá-las a um fôro, acrescenta o preceito novo de que 'sendo terras convenientes ao meu serviço se não darão e ficarão para a Fazenda Real'.¹⁰¹ "

¹⁰¹ PORTO, Costa. Op. cit., p. 166.

CAPÍTULO III

A LEI DE TERRAS EM 1850

1. A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL ENQUANTO PROCESSO LIGADO A DUPLA REVOLUÇÃO

1.1. A Revolução Francesa, a Revolução Inglesa e a terra

O final do século XVIII é marcado por duas revoluções que irão influenciar no século seguinte, em maior ou menor grau, todo o mundo. A sociedade brasileira e a questão da propriedade fundiária não passaram incólumes em relação a estes acontecimentos. Acontecimentos que marcaram a fase denominada de consolidação do capitalismo.

Tomando como referência e como centro o mundo europeu, o século XVI significou uma nova situação de domínio, das metrópoles, então Portugal e a Espanha em destaque, sobre as recém descobertas colônias ultramarinas. Foi, diríamos, uma primeira grande expansão européia, caracterizada e fundada na relação de exclusivismo comercial e político, entre a periferia colonial e o núcleo central metropolitano, pelo pacto colonial. A fase do mercantilismo, da acumulação primitiva do capital.

Esta primeira expansão é golpeada, três séculos mais tarde, por outra: a segunda expansão, que também traz a situação de domínio da Europa, agora de forma mais absoluta e mais propriamente de domínio da Inglaterra, coadjuvante neste processo a França, sobre o resto do mundo.

Assim a Europa no final do século XVIII é marcada por duas revoluções que irão atravessar fronteiras e influenciar, em menor ou maior grau, as mais diversas regiões do nosso planeta. Trata-se da Revolução Francesa de 1789, no campo das idéias e práticas políticas, e da Revolução Industrial, mais precisamente da revolução industrial inglesa, no campo das relações econômicas.

Dupla revolução, no político e no econômico, que irá, decisivamente, sacudir o mundo de forma a não permitir uma volta aos *anciens régimes*. Dupla revolução com passagem só de ida. Todas as nações irão sofrer influências, e daí mudanças significativas, decorrentes das revoluções ocorridas na França e na Inglaterra. De acordo com Hobsbawm, estas revoluções simbolicamente representam dois grandes vulcões, localizados nestes dois países, mas que acabaram lançando suas cinzas sobre todo o mundo.

Esta segunda expansão é muito mais radical que a primeira, trata-se da consolidação do capitalismo. É radical no sentido da suplantação do capital mercantil pelo capital industrial; dos vínculos feudais que já agonizavam, pelas novas relações capitalista; do pacto colonial, centrado no exclusivismo comercial, pela internacionalização do mercado; do comércio pela produção; do trabalho escravo pelo trabalho "livre"; do mercador pelo industrial. Enfim, das mais diversas mudanças, decorrentes da alteração qualitativa e quantitativa das forças de produção e das relações de produção, temos a consolidação do modo de produção capitalista.

Neste processo de consolidação do capitalismo, os ordenamentos jurídicos sofrem profundas mudanças. Temos o início, diríamos da era "constitucional", em que os Estados estão fundados, legitimados e legalizados sob o manto do

constitucionalismo¹. A sociedade civil passa a ser regulada de forma bem mais minuciosa pelos Códigos oficiais dos novos Estados, v. g., o Código Civil dos Franceses, ou Código Napoleônico de 1804.

No campo das novas idéias as lojas maçônicas, tanto na França como na Inglaterra, tiveram papel importante na divulgação do ideário da Ilustração. O pensamento "ilustrado", dos "iluminados", caracterizava-se pela confiança na razão e no progresso centrado num individualismo secular, e seu objetivo principal "era liberar al individuo de las cadenas que le oprimían: el tradicionalismo ignorante de la Edad Media que todavía proyectaba susp²²⁴

sobras sobre el mundo; las superstición de las Iglesias (tan distintas de la religión 'natural' o 'racional'); de la irracionalidad que dividía a los hombres en una jerarquia de clases altas y bajas según el nacimiento o algún otro criterio desatinado."² Assim todas as ideologias, progressistas, humanistas, racionalistas, tem este germe, este pano de fundo - a Ilustração.

O final do século XVIII, com a exceção da Inglaterra e dos Estados Unidos, os demais países europeus, em sua estrutura política, estavam ainda dominados por representantes do feudalismo e da classe mercantil nas fórmulas das monarquias absolutistas. As monarquias da época se maquiavam com as idéias da Ilustração, mas definitivamente a dupla revolução abre um conflito final entre as forças da velha

¹Constitucionalismo no sentido de: "técnica jurídica pela qual é assegurado aos cidadãos o exercício dos seus direitos individuais e, ao mesmo tempo, coloca o Estado em condições de não os poder violar." In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C. Varriale ...[et al.]. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 247 e 248.

²HOBBSAWM, Eric J. *Las Revoluciones Burguesas*. 4 ed. Madrid: Labor, 1976. Vol I, p. 47.

sociedade e da nova sociedade burguesa e, independente destas posições, estas teriam que enfrentar ainda o problema da crescente autonomia das colônias ultramarinas.

Apesar de Rousseau sentir que estava vivendo num meio urbano efervescente - le tourbillon social - o fato é que o mundo, à época da dupla revolução, é preponderantemente rural³. A população rural era imensa maioria em relação à população urbana, sendo que esta última, a título de exemplo, só ultrapassará a rural a partir de meados do século XIX, e isto acontece na sociedade inglesa, a que mais sofre o processo de urbanização decorrente da revolução industrial.

Além do aspecto de haver poucas cidades grandes e médias na Europa no final do século XVIII, a maioria das demais cidades possuía uma população que variava entre 10 e 20 mil habitantes, e por mais próspera e expansiva que fossem estas, seu progresso econômico procedia essencialmente do campo.⁴

No Brasil, o predomínio da população rural em relação à urbana, não é diferente. As cidades, com exceção das capitais das províncias, além da pequena importância que representavam no conjunto da sociedade brasileira, possuíam reduzido número de habitantes. Tomando por referência as capitais, veremos que sua população em 1823 representava apenas 8,49% da população total, isto é 354.396

³ A idéia do indivíduo mover-se em uma sociedade em crescente urbanização e transformações estruturais gerais - mover-se e viver em meio ao redemoinho - no inaugurar da modernidade, antes das revoluções francesa e inglesa, tem em Jean-Jacques Rousseau seu melhor interlocutor: "muito de sua angústia decorre das condições peculiares de uma vida difícil; mas parte dela deriva de sua sensibilidade à condições sociais que começavam a moldar a vida de milhões de pessoas." In: BERMAN, Marshall. *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 17.

⁴ Para maiores dados a respeito do "mundo rural" predominante na Europa no século XVIII ver: HOBBSBAWM, Eric J. Op. cit.

habitantes; em 1872: 10,41%, 1.083.039 habitantes residiam nas capitais; em 1890: 9,54%, 1.398.097, e em 1900: 11,04%, 1.912.336.⁵

Assim, o mundo sendo preponderantemente rural, a questão agrária assume relevo, dito de melhor forma, a questão agrária é fundamental no final do século XVIII, "y es fácil de comprender por qué la primera escuela sistemática de economistas continentales - los fisiócratas franceses - consideraron indiscutible que la tierra, y la renta de la tierra, eran la única fuente de ingresos. Y que el eje del problema agrario era la relación entre quienes poseen la tierra y quienes la cultivan, entre los que producen su riqueza y los que la acumulan."⁶

Ao contrário da Europa, em que as terras eram cultivadas por servos presos a ela e ao senhor feudal, na colônia brasileira o trabalho na propriedade agrária é realizado pelo braço escravo, com a "profícua" finalidade de exportação da produção obtida para os centros metropolitanos. Esta produção, no momento da dupla revolução, estava centrada no açúcar, tabaco, e algodão, sendo que o açúcar, o principal produto, situava-se em franca decadência devido à concorrência de outros centros produtores.

No final do século XVIII, marcado pelas quedas das exportações do açúcar, e no início do século XIX, quando o café ainda não tinha ganho o status de principal produto de exportação do Brasil, se desenvolve aqui uma agricultura com produção auto-sustentada, isto é, nos anos dourados das exportações, a produção de

⁵"As fontes são, para 1823, *Memória Estatística do Império: Revista do Instituto Geográfico do Brasil*, LVIII, Parte I (1895), pp. 91-99; para 1872, 1890, 1900, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1932, p. 46." In: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p 73 e 74.

⁶HOBBSBAWM, Eric J. Op. cit., p. 33.

subsistência foi relegada a um segundo plano, e agora com as exportações em baixa voltam-se as preocupações dos grandes proprietários a este tipo de produção, buscando com isso atenuar a dependência desta propriedade em relação aos produtos básicos, que em outras épocas eram quase que totalmente importados.

Em um outro momento, mas que não deixa de ser ilustrativo de como a monocultura colocava a colônia na dependência da importação de produtos básicos, no tempo em que o café reinava absoluto, é interessante notar que "o Brasil é uma nação que importa tudo: a carne seca e o milho do Rio da Prata, o arroz da Índia, o bacalhau da Noruega, o azeite de Portugal, o trigo de Baltimore, a manteiga de França, o pinho do Báltico, os tecidos de Manchester, e tudo o mais, exceto exclusivamente os gêneros de imediata deterioração."⁷

Com a baixa nas exportações do açúcar há uma retração da empresa agrícola aos seus recursos próprios, até então tipicamente monocultora. Volta-se nesta época, à produção de subsistência. Assim, o "isolamento, menor dependência do exterior, confinamento às localidades do campo - este o caráter rural do começo do século XIX."⁸

Esta é uma pequena mudança no Brasil, em um mundo basicamente rural, diante das outras que irão ocorrer no século XIX, mais propriamente com a Lei de Terras de 1850, quanto a propriedade agrária. A terra é central no desenrolar da dupla revolução, tanto no político quanto no econômico, visto que para ascender à classe

⁷NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 229 e 230.

⁸FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 9 ed. São Paulo: Globo, 1991. Vol I, p. 248.

política-economicamente dominante nesta época, era inconcebível prescindir de grande propriedade fundiária.

A dupla revolução irá diluir as antigas relações agrárias como necessidade para vingar o projeto burguês. O primeiro objetivo deste projeto era tornar a terra uma mercadoria, tirando-a dos laços feudais que a tornavam inalienável, para jogá-la ao mercado onde os proprietários não competentes iriam à bancarrota, dando espaço para os mais afinados com o capitalismo no campo. Assim, o segundo objetivo, decorrente deste, é criar um espírito de iniciativa e laboriosidade necessário nos terratenentes. O terceiro objetivo, visa a formar uma força de trabalho livre composta por todos os que não puderam converter-se em burgueses no campo, através da liberação dos camponeses dos laços das obrigações feudais até então existentes, e também privando-os do ingresso à terra.⁹

Estas mudanças na situação agrária européia e mundial neste período que vai do final do século XVIII à metade do século XIX, significa a derrocada do feudalismo no campo. Estas revoluções nas relações agrárias européias, sopradas pelas Revoluções francesa e inglesa aos quatro cantos do mundo, tardou um pouco quanto ao Brasil, visto que a Lei de Terras ocorreu apenas em 1850, e criou-se uma força de trabalho livre somente em 1888, com o fim da escravidão.

Na França a abolição do feudalismo e dos direitos senhoriais no campo se deu com a Revolução de 1789, bem como nos países vizinhos se deu quando da invasão destes pelos franceses. Mas não foi só a Revolução Francesa a responsável pelo

⁹Estes objetivos do projeto burguês quanto a terra são discutidos in: HOBBSAWM, Eric J. Op. cit., p. 270 e sgtes.

sepultamento do feudalismo, também contribuiu o argumento econômico em favor de uma utilização racional da terra, que impressionara os déspotas ilustrados do período pré-revolucionário.

Enfim, a primeira grande expansão européia, com o predomínio da península ibérica, termina com a ocorrência da revolução francesa e da revolução industrial inglesa. Esta segunda expansão do mundo europeu influenciou, num mundo essencialmente rural, a propriedade fundiária, a terra. Ocorreram verdadeiras revoluções legais pela imposição de novas leis agrárias. A Lei de Terras em 1850 é uma dessas revoluções legais, de certa forma ambíguo reflexo da dupla revolução, tanto no nível político quanto no econômico.

1.2. A vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil

A primeira grande influência da dupla revolução, a revolução política francesa e a econômica decorrente da revolução industrial inglesa, no que concerne ao Brasil e sua constituição enquanto Estado Nacional, é a transferência do Estado Absolutista Monárquico para esta colônia. As cinzas do vulcão atravessam o oceano e abruptamente cobrem este chão.¹⁰

¹⁰Não desconsideramos aqui, no processo de emancipação do Brasil Colônia em relação a sua Metrópole, a importância que teve a Inconfidência Mineira, enquanto primeira tentativa para tanto. Esta conspiração se deu em 1789, na sede da Capitania de Minas Gerais, Vila Rica, hoje Ouro Preto. Os envolvidos nesta conspiração sofreram influências decorrentes da Independência dos EUA, ocorrida em 1776, como, *verbi gratia*, o constitucionalismo. Mas a Inconfidência Mineira tinha em sua base o aspecto econômico, ao nível interno e apenas regional, de insatisfação pela imposição da cobrança de impostos atrasados - a derrama. O movimento propunha a independência do Brasil de Portugal, mas carecia de motivação maior.

Portugal, no início do século XIX, se esforça para manter a neutralidade no conflito anglo-francês. A sociedade portuguesa contava com duas facções distintas: os **francófilos**, composta pela pequena burguesia manufatureira e parte da nobreza ligada à ideologia liberal, tendiam a um maior entendimento com a França, para com isso conferir uma maior autonomia a Portugal em relação à já antiga dominação inglesa; e a outra facção é denominada de **anglófilos**, isto é, composta por aqueles que defendiam a manutenção do alinhamento com a Inglaterra.

A questão é que Portugal estava, já quase há um século, desde o tratado de Methuen (1703), tornando-se cada vez mais subordinado à economia inglesa. No conflito entre a França e a Inglaterra, com a imposição do **Bloqueio Marítimo da França** pelos ingleses e o **Bloqueio Continental** como revide dos franceses, Portugal e suas Colônias representavam um atentado a esta segunda política, visto que nestes lugares a Inglaterra podia comercializar seus produtos sem maiores problemas, diminuindo substancialmente o impacto esperado pelo Bloqueio Continental. A pressão da França, juntamente com a Espanha já alinhada, e de outro lado, o acordo efetuado entre Portugal e o Governo Inglês, da colaboração inglesa para a transferência da Monarquia Portuguesa para o Brasil, fizeram com que esta ocorresse.¹¹

A transferência da Monarquia Portuguesa para o Brasil significou de imediato o fim da resistência de Portugal em relação ao domínio econômico inglês. O curioso é que Napoleão e suas tropas, enquanto inimigos da Inglaterra, dão a estocada final, pondo fim à já agonizante resistência portuguesa. Contribuem para colocar Portugal

¹¹ O conflito anglo-francês e quanto as forças políticas portuguesas divididas em francófilos e anglófilos podem ser vistas em pormenor em ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. p. 251 e seguintes.

na dependência direta da economia inglesa, sustentada pela revolução industrial. A França toma Portugal e entrega, por esta atitude, a colônia portuguesa mais rica à Inglaterra.

Sem combate e sem outra alternativa viável, no julgamento de D. João VI, que desde 1792 governava em nome da Rainha D. Maria I, a louca, deixa Portugal o número expressivo de dez a quinze mil pessoas, fora deste cálculo os militares, em direção ao Brasil, escoltados pela marinha inglesa. A viagem ocorreu em 29 de novembro de 1807, deixando Portugal entregue a uma regência.¹²

A Colônia constitui-se em sede da Monarquia Portuguesa, "tornando-se o Brasil o centro político do Estado Português, os assuntos a ele referentes ficaram a cargo do Ministério do Reino, enquanto os de Portugal e demais domínios coloniais incluíam-se nas atribuições do Ministério da Marinha e Ultramar. A essa mudança política chamou-se de **inversão brasileira**."¹³

O Brasil, de sustentáculo econômico do Reino Português, torna-se agora seu refúgio e sua sede. O governo da Inglaterra, que viabilizou a transferência através do apoio bélico e econômico, obteve, em troca, o livre comércio com o Brasil. A Carta-Régia de 28 de janeiro de 1808 abriu os portos do Brasil às nações amigas, na época à Inglaterra, sendo que em 1809 com os Estados Unidos, e em 1814 com a França e outras nações da Europa.

¹²Viagem, "em que o juízo da nação parece recuperado nos lábios de D. Maria I, a louca, a única a lamentar o abandono do país sem combate, sem uma batalha perdida, sem um tiro disparado." In: FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 248.

¹³ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de. Op. cit., p. 302.

A abertura dos portos brasileiros à Inglaterra, devido ao fato de que o comércio não poderia ser efetuado mais pelo intermédio dos portos portugueses, dada a sua ocupação pelos franceses, marca o fim do **Pacto Colonial**. É a falência do monopólio comercial imposto e mantido pela metrópole portuguesa em relação, no caso, à colônia brasileira.

O centro econômico mundial, nesta época, já contava com a supremacia da Inglaterra. Antes da vinda da família real ao Brasil os ingleses tinham acesso aos portos brasileiros, desde 1654, mas acontece que estavam subordinados a certas regras, como por exemplo, os navios ingleses só poderiam vir se viessem juntamente com uma esquadra portuguesa, e mais, deveriam tocar Portugal tanto na ida quanto na volta. Significando, com isso, controle dos portugueses sobre os navios ingleses e evidentemente custos financeiros a estes últimos. Assim, com a presença francesa em Portugal e a abertura dos portos, os ingleses se dirigem à colônia brasileira sem maiores problemas.

Com a abertura dos portos a economia brasileira passa a se articular diretamente com a economia inglesa, conferindo à primeira maior autonomia em seus negócios, e sendo, de outro lado, para a Inglaterra, negócio por demais vantajoso, visto que este país necessitava conquistar novos mercados para atender à demanda de sua produção industrial e consolidar seu poder econômico. Estas novas relações que marcam o fim do pacto colonial, resultam em duro golpe conferido à burguesia comercial portuguesa associada ao Estado.

Somado a abertura dos portos foram removidos os entraves jurídicos que resguardavam práticas mercantilistas, de 1795, que proibiam a instalação de fábricas e manufaturas na colônia. O Alvará de 1 de Abril de 1808 tornou sem efeito tal

proibição e, neste mesmo mês, isentaram-se de impostos as importações necessárias para a instalação de fábricas. No ano seguinte, começou a funcionar o primeiro banco do Brasil, tendo a sua sede no Rio de Janeiro.

Em 1810 a Inglaterra, acuada pelo Bloqueio Continental e com suas indústrias beirando o colapso por falta de mercado, impõe uma situação favorável a sua burguesia industrial através dos tratados: *Allança e Amizade*, pelo qual o Governo Português prometia gradualmente abolir o tráfico negreiro e em troca recebia o apoio do Governo Inglês em relação as suas pretensões sobre a Guiana Francesa, e o *Tratado de Comércio e Navegação*, que foi considerado pelo diplomata Conde de Palmela "o mais lesivo e o mais desigual que jamais se contraiu."¹⁴

Este último tratado concedia, entre outras coisas, tarifas alfandegárias preferenciais, em relação aos produtos ingleses, de 15% *ad valorem*, sendo que os produtos de origem portuguesa pagariam 16%, e as outras nações 24%; e também assegurava aos cidadãos ingleses um foro especial para defesa de seus interesses através de um juiz conservador da nação inglesa, sem conceder igual tratamento aos portugueses.

As tarifas acima, em relação a Inglaterra, gozavam de reciprocidade. Os produtos brasileiros importados pela Inglaterra gozariam das mesmas tarifas alfandegárias preferenciais, desde que não estivesse proibida a sua importação, para não prejudicar o monopólio exercido entre esta e suas colônias. Portanto, o açúcar e o café, principais produtos de exportação do Brasil, estavam excluídos das tarifas

¹⁴ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de. Op. cit., p. 259.

preferenciais. Esta exclusão mostra a falta de reciprocidade imposta pela economia inglesa e garantida por um Tratado "lesivo e desigual".

Era a Inglaterra cobrando caro o apoio oferecido a Monarquia Portuguesa dois anos antes. Assim, após a abertura dos portos "a situação se agrava com o tratado de comércio firmado com a Inglaterra em 1810. O soberano português concede aí tais favores à sua aliada, que praticamente exclui Portugal do comércio brasileiro."¹⁵

O Tratado de Comércio e Navegação, de 1810, vigoraria pelo prazo de quinze anos, depois renovado, e representou a consolidação legal da hegemonia do capitalismo industrial inglês sobre a burguesia mercantil portuguesa, e também sobre a nascente economia brasileira.

O mercado para atender a produção do setor industrial inglês está aberto, e com privilégios. O capitalismo britânico se impõe, e assim, decorrente do Tratado, "entraram no Brasil, o sapato feito, os móveis, o fato, até colchões; e eu tenho visto desembarcar no Rio de Janeiro caixões já ornados para enterrar meninos. Sua cobiça feroz se estendeu a tudo e tudo devorou e engoliu ... Como introduziram o luxo, tudo gradualmente foi caindo na pobreza; e o comércio português, principalmente no Rio de Janeiro desapareceu. Como levaram frutos e dinheiro, o país caiu em geral na miséria, ainda que coberta com véu de luxo. Como introduziram quanto é pertencente aos Ofícios Mecânicos, o Oficial não encontrou quem lhe desse o que fazer e já não houve necessidade de aprender."¹⁶

¹⁵PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 40. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 128.

¹⁶SIERRA, Francisco & MARISCAL. *Idéias Gerais sobre a Revolução do Brasil e suas Conseqüências*. IN: ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de. *Op. cit.*, p. 259.

Outro aspecto importante decorre do fato do desembarque da Coroa Portuguesa no Rio de Janeiro, provinda da Bahia, em 8 de março de 1808. O Rio de Janeiro exercerá, como sede da Monarquia Portuguesa, um papel centralizador da colônia, conferindo um caráter de maior unidade entre as províncias. Frente a frente estarão agora a burocracia portuguesa com a classe proprietária brasileira, o Rei frente a seus súditos da colônia.

São significativas as mudanças econômicas e sociais que decorrem do desembarque de número tão expressivo de pessoas na cidade do Rio de Janeiro: "a capital no espaço de dez anos sai da categoria da aldeia dos 50.000 habitantes e conquista os 110.000, que a lança entre as grandes cidades do mundo. O comércio estrangeiro, subitamente admitido na colônia, moderniza a acanhada vida colonial, com o padrão de costumes e idéias novas. A corte aglutina, no Rio de Janeiro, a camada funcionária e faminta de empregos, sob o patrocínio do estado-maior de domínio, reunindo explorados e exploradores no mesmo solo."¹⁷

A transmigração da Monarquia Portuguesa para o Brasil coincide com a decadência dos tradicionais produtos brasileiros de exportação, como o açúcar, que enfrenta a concorrência daquele produzido nas colônias inglesas e com o açúcar obtido a partir da beterraba. Este último industrialmente produzido através da proteção do Governo Francês. Assim, a partir de 1808, através de incentivo estatal, buscou-se diversificar a produção agrícola brasileira. Distribuiu-se novas sesmarias, agora podendo ser o beneficiário estrangeiro; criou-se o Horto Real, o atual Jardim Botânico, e o Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil que premiava o desenvolvimento de novas culturas rentáveis.

¹⁷FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 249.

Em 1815, num sentido, entre outros, de manter sob controle as idéias de independência aguçadas pelas colônias espanholas vizinhas, o Brasil é elevado, no nível jurídico, à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Este fato acabou com as diferenças de direitos existentes, entre os que nasciam em Portugal e aqueles nascidos na colônia brasileira. Fundindo juridicamente estes cidadãos, cria-se um vínculo maior entre os beneficiários do colonialismo e a classe dos proprietários de terras brasileiros, conferindo assim um rearranjo ao bloco de poder que sustentará, em certo sentido, a unidade monárquica quando da Independência do Brasil.¹⁸

Quando, em 1814, a França e sua hegemonia continental entra em colapso, ainda não estava nos planos da Monarquia a sua volta à Europa, mas sete anos mais tarde, com a ameaça da perda do trono causada pelas idéias liberais que varrem Portugal, o regresso é inevitável. D. João VI regressa a Portugal, levando consigo, além de cerca de três mil pessoas, os mais altos funcionários da monarquia, quase a totalidade dos fundos do Banco do Brasil.

A permanência da Corte portuguesa no Brasil, por longos treze anos, de 1808 a 1821, fez com que muitos que junto vieram, aí ficassem. Atitude óbvia diante do reino português devastado pela guerra e pelas promessas da nova terra. Atitude óbvia também foi a permanência de D. Pedro no então Reino Unido do Brasil. A permanência de um ramo da família real no Rio de Janeiro, com os poderes de decisão e comando iguais a de D. João VI, demonstra o esforço da monarquia absolutista portuguesa em conservar seus privilégios dinásticos já ameaçados suficientemente

¹⁸Outros interesses políticos estavam em jogo quando da elevação do Brasil à condição de Reino Unido. Significava também o aumento de votos no Congresso de Viena. Para ver mais a respeito: ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de. Op. cit., p. 305.

pela dupla revolução. Uma monarquia na colônia considerada a "vaca de leite" do Estado português.

Neste sentido, "a monarquia portuguesa, assediada pelas armas francesas e pelas manufaturas inglesas, rebelde à absorção estrangeira, voltou-se para a ex-colônia, numa obra quase nacionalista capaz de convertê-la numa nação independente. Um Estado sitiado refugia-se no perigo menor, no perigo menor à estabilidade do sistema monárquico, certo que a América o prolongaria. O astuto e calado D. João, fino e dissimulado, herdara de sua casa,(...), uma preocupação obsessiva, permanente, fixa: a conservação da coroa na sua cabeça e de seus sucessores."¹⁹

A vinda da Monarquia portuguesa para a colônia brasileira, como necessidade imposta pelo conflito anglo-francês, com a abertura dos portos, com os Tratados firmados com a Inglaterra, e com sua volta a península ibérica, retrata o contexto à época da dupla revolução e contribui fortemente para a posterior Independência do Brasil.

¹⁹FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 254.

1.3. A Independência do Brasil

Mesmo que a instalação da Monarquia Portuguesa no Brasil seguisse o *Almanaque de Lisboa*²⁰, a estrutura do estado monárquico absolutista estava profundamente comprometida pelo liberalismo econômico e pelo liberalismo político. Nesta situação as práticas liberais eram restringidas e reinterpretadas quando o Brasil constitui-se como Estado-Nação soberano, e este aspecto caracterizador se estendeu durante todo o período imperial - a fase da consolidação do capitalismo.

O processo de independência econômica, política, e jurídica da colônia brasileira possui algumas características que a diferenciam em relação a este mesmo acontecimento - formação de um Estado nacional -, das colônias espanholas situadas no continente americano.

Uma destas decorre do fato de que o rompimento das outras colônias com a metrópole, se dá, em regra, de forma violenta, enquanto que no Brasil, o processo é pacífico e é provocado em parte pela própria Coroa portuguesa. Com a sua vinda para o Brasil cria-se um processo de "situações transitórias"²¹ que vão moldando a formação do novo Estado brasileiro e sua inserção no mundo capitalista, através de

²⁰A transferência da Monarquia portuguesa para o Brasil fez com que se reproduzisse a mesma estrutura de governo havida em Portugal: "O governo do Brasil arranhou-se exatamente pelo *Almanaque de Lisboa*, sem nenhuma atenção ao país em que se estabelecia. Mostra, por exemplo, o *Almanaque*, em Lisboa, um Desembargo do Paço, um Conselho da Fazenda, uma Junta de Comércio, etc.; portanto, quer o Brasil careça destes estabelecimentos, quer não, erigiram-se no Rio de Janeiro, logo que a corte ali chegou, um Desembargo do Paço, um Conselho da Fazenda e uma Junta do Comércio." RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1957, p. 146 e 147. In: FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 251.

²¹Esta expressão é usada por: PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. 20.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. Tratam-se de situações transitórias a vinda da família Real portuguesa para o Brasil, o primeiro reinado, que foi até a abdicação de D. Pedro I em 1831, e o fim do tráfico negreiro em 1850, na consolidação definitiva da autonomia brasileira, de um Estado Nacional.

uma consolidação cada vez maior da estrutura econômica, política, jurídica e social burguesa do capitalismo.

Outra característica diferenciadora diz respeito à unidade política, mantida no caso da colônia portuguesa, e sua fragmentação na colônia espanhola. No Brasil haviam 18 capitanias-gerais em 1820, e com o fim da Confederação do Equador, em 1825, compunham um único Estado. A colônia espanhola composta, no início do século XIX, por oito unidades - quatro capitanias-gerais e quatro vice-reinados -, se fragmenta em meados do século em 17 Estados independentes.

Há várias teses que tentam explicar as diferenças na formação de Estados Nacionais nas colônias portuguesa e espanhola na América: unidade política e transição pacífica de um lado, fragmentação política e violência caudilhesca de outro.

Uma delas justifica que a unificação, centralização e estabilização da colônia brasileira só foi possível devido à solução monárquica, isto é, a vinda da Coroa portuguesa para o Brasil e às mudanças que daí decorreram, mais o fato de que, quando do seu regresso à Europa em 1821, tenha deixado aqui um ramo da família real com poderes de mando, no caso D. Pedro, contribuiu decisivamente para dar unidade e estabilidade ao novo Estado Nacional.²²

O fato é que a burguesia comercial portuguesa, beneficiária direta do colonialismo, estava debilitada frente a burguesia industrial inglesa que penetrou

²² Quanto à solução monárquica: "a tendência monárquica de vários dos Libertadores, Bolívar e San Martín incluídos, leva a crer que, se houvesse candidatos disponíveis, outras experiências monárquicas seriam tentadas. Os argentinos chegaram mesmo a planejar o seqüestro de um príncipe europeu que os governasse. (...) Sabe-se apenas que o coroamento de elementos nativos redundou em fracasso no México e no Haiti." CARVALHO, José Murilo. Op. cit., p. 18.

profundamente na economia brasileira, e ainda, D. Pedro canalizou, de arranjo em arranjo político, a hegemonia do bloco de poder localizado na colônia em torno do estado monárquico, centrado em sua figura. A título de exemplo, o fato da dissolução da Assembléia Constituinte de 1823 e a outorga da Constituição Imperial de 1824.

Outra tese afirma que "as possibilidades de êxito para impor uma ordem nacional estiveram condicionadas tanto pela 'situação de mercado', regida pelo grupo que controlava as exportações - monopólio dos portos, domínio do setor produtivo fundamental, etc. -, como pela capacidade de alguns setores das classes dominantes de consolidar um sistema político".²³

Da tese acima, da "capacidade de alguns setores das classes dominantes de consolidar um sistema político", decorre outra - bem articulada por José Murilo de Carvalho no que se refere a esta "capacidade"-: a **homogeneidade** da elite brasileira no que se refere a sua ideologia e ao treinamento recebido que irá reduzir os conflitos intra-elite, devido ao fato de terem um projeto comum, ao menos até meados do século XIX.

A homogeneidade, como característica marcante da elite imperial, responsável pelas diretrizes tomadas no processo de formação e consolidação do Estado brasileiro, advém do fato de que a elite possuía uma educação de nível superior, o que contrastava fortemente com a imensa população analfabeta.

²³CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica*. p. 43. IN: CARVALHO, José Murilo. *Op. cit.*, p. 20.

E mais, a educação forjada junto aos membros da elite, tem um tronco comum: Coimbra. Os homens que promoveram a independência e a consolidaram são "Coimbrões", isto é, educados ao nível superior pela Universidade de Coimbra que manteve este monopólio até a Independência, quando foram criadas Universidades no Brasil. Os dois primeiros cursos de direito começaram somente a funcionar em 1828, um em São Paulo e o outro em Olinda.²⁴

Esta educação confere maior homogeneidade à elite imperial, pelo fato ainda de que estava centrada na formação jurídica. No Império os cargos de maior destaque, na primeira metade do século XIX, foram ocupados por pessoas que possuíam esta formação jurídica e que beberam na mesma fonte - Coimbra. Eram juristas que se inclinavam pela preservação do Estado absolutista, daí que as práticas liberais européias eram no Brasil de certa forma restringidas e reinterpretadas à luz desta realidade.

Os membros da elite formados nas escolas jurídicas brasileiras, na segunda metade do século passado, que não tiveram o beneplácito do emprego estatal, pela redução do número de funcionários públicos, passaram assim a militar na advocacia, daí que estes advogados de certa forma se inclinaram pelo Estado liberal.

A proclamação da Independência por D. Pedro I, em 1822, atesta esta homogeneidade, em que as manobras políticas, os arranjos políticos da classe dominante preponderaram, tanto que "fez-se a Independência praticamente à revelia do

²⁴As Universidades nas colônias espanholas na América perfazem um total de 25 no início do século XIX, enquanto que já em 1551, foram criadas as Universidades no México e no Peru. Para um quadro da localização e o número destas ver: CARVALHO, José Murilo. Op. cit., p. 56. Este mesmo autor argui no sentido de que a elite das colônias espanholas não possuía tal homogeneidade quanto à educação recebida. Vide p. 57.

povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto."²⁵

A homogeneidade da elite e sua conseqüente coesão é demonstrada também, *verbi gratia*, quando setores da classe dos proprietários de terras entraram em choque nas discussões em torno da Lei de Terras em 1850. Mas em nenhum momento este choque entre os proprietários fundiários colocou a estrutura da sociedade brasileira em perigo. A capacidade elevada de processar internamente seus conflitos, pode ser creditada, em parte, pelo fato de que tinham interesses econômicos concretos e comumente definidos e, por outra parte, secundariamente, no nosso entender, pela homogeneidade da elite brasileira.

Não concordando com a tese de que o Estado brasileiro foi um mero representante da elite agrária, e nem tampouco com a tese do caráter patrimonial da nossa estrutura estatal no Brasil Imperial, Carvalho deixa entrever o seguinte: aponta ele para o fato de que os juristas inclinavam-se, devido a sua formação em Coimbra, pelo Estado absolutista, e que os membros da elite formados no Brasil que assumiram a militância da advocacia tendiam para o Estado liberal. De fato é isto o que ocorreu, mas a homogeneidade educacional da elite permaneceu, não explica assim, com isto, a crise que levará ao fim do Estado monárquico. O que aconteceu de fato foi a perda progressiva do vigor do Estado patrimonial brasileiro, independente da manutenção da homogeneidade da elite, diante do avanço e consolidação do capitalismo. Este, que já deitara suas raízes nas primeiras empresas capitalistas rurais do século XVI- os engenhos-, vinha se consolidando e ameaçando o Estado patrimonial.

²⁵JÚNIOR, Caio Prado. *Evolução Política do Brasil*. Op. cit., p. 52 e 53.

Enfim, diante destas e de outras teses, para explicar a formação de uma unidade nacional no Brasil, na forma como ocorreu - pacífica, poucos conflitos que envolveram luta de classes, coesão intra-classe do bloco hegemônico no poder até a metade do século XIX, etc.-, é evidente que a **solução monárquica e a homogeneidade da elite** do Império tiveram expressão e importância.

Acresça a estes fatores a unidade de interesses econômicos da classe proprietária fundiária, assentada no escravismo e na produção monocultora de exportação, e ainda na questão de haver ficado plantado, quando da volta de D. João VI para Portugal, um Estado monárquico absolutista predominantemente de cunho patrimonial, atacado, maquiado e transigido em parte, diante do processo de consolidação do capitalismo que atingiu os quatro cantos do mundo. Isto é, a passagem do Estado colonial ao Estado nacional independente, já então balizado pelo sistema constitucional, nos tempos de José Bonifácio de Andrada e Silva, não destruiu o caráter patrimonial da nossa estrutura estatal. Estado que é proprietário da soberania nacional e árbitro da nação.

2. A ERA DO LIBERALISMO²⁶

2.1. Primeiro Reinado

O primeiro Reinado é marcado por profunda crise financeira, situação que se estenderá até meados do século XIX, quando o café assumirá lugar de destaque nas exportações brasileiras. Vários fatores concorreram para o estabelecimento da crise. De um lado os principais produtos de exportação - o açúcar e o algodão-, que tanto pesavam no fornecimento de divisas, estavam sofrendo forte concorrência de outros centros produtores, declinando assim, seus preços. De outro, a importação de todo o tipo de produtos, principalmente os de origem inglesa, colocava definitivamente a balança comercial brasileira em déficit.

Os Produtos de origem inglesa estavam em situação privilegiada devido ao fato de que o Tratado de Comércio e Navegação de 1810, firmado entre o Brasil e a Inglaterra, foi renovado. Os ingleses impuseram esta renovação em troca do reconhecimento da soberania do Brasil enquanto Estado independente.

Assim, "a invasão de produtos europeus, sobretudo ingleses, fazendo crescer o volume das importações, contrasta com o decréscimo das exportações de produtos nacionais, em plena retração nos mercados internacionais. O Estado, para fazer face às despesas, já que os impostos não eram suficientes em virtude da pobreza do mercado interno, vê-se obrigado a contrair dívida no exterior, através de empréstimos da Inglaterra, a juros extorsivos. Empréstimos que sucessivamente prorrogados,

²⁶As subdivisões feitas neste ponto 2, têm apenas a pretensão de facilitar o trabalho de contextualização da realidade econômica, política e social brasileira, como panorama para a discussão posterior da Lei de Terras em 1850. Diante disso respeitamos as outras periodizações feitas para este período.

acrescidos de novos, prolongam seus efeitos agravando ininterruptamente a situação financeira do país."²⁷

O contexto do desequilíbrio financeiro brasileiro era em síntese este: as exportações em baixa em contraste com as importações significativamente avolumadas; despesas da Guerra da Independência e, concorrendo ainda, as despesas decorrentes das negociações diplomáticas para reconhecimento do Estado nacional brasileiro; gastos para reprimir a Confederação do Equador e solucionar o conflito com as Províncias Unidas do Rio da Prata e, por fim, a tomada de empréstimos no exterior, principalmente junto aos ingleses. O Brasil estava colocado sob a hegemonia capitalista inglesa.

O domínio econômico da Inglaterra sobre o Brasil é um aspecto resultante da dupla revolução, tanto que "la que ha sido llamada 'la época de Vasco de Gama', las cuatro centurias de história universal durante las cuales un puñado de Estados europeos y la fuerza del capitalismo europeo estableció un completo, aun que temporal (...), dominio del mundo, estaba a punto de alcanzar su momento culminante. La doble revolución iba a hacer irresistible la expansión europea".²⁸

Decorrentes da situação agitada dos anos da revolução constitucional do Porto, as forças político-econômicas se dividiam em três no início do século XIX: as forças reacionárias, as das classes superiores da colônia e as forças populares. A primeira é representada por membros da classe dominante que visam a fazer com que o Brasil retorne a sua situação anterior à vinda da Coroa portuguesa, isto é, retorne a situação

²⁷PINTO, Virgílio Noya. *Brasil em Perspectiva*. IN: ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de. Op. cit., p. 261/2.

²⁸HOBSBAWM, Eric J. Op. cit., p. 55.

econômica-social de colônia subjugada à Metrópole. As classes superiores da colônia, compondo ao lado dos reacionários a classe dominante, são constituídas pelos grandes proprietários rurais que buscam autonomia para a Colônia. São os autonomistas que irão formar o "partido brasileiro".

As forças populares são frágeis, dobram-se diante das situações concretas postas pelas forças dominantes. A própria realidade de um país onde a mão-de-obra é escrava, onde a sociedade é dividida, em grande parte, entre senhores e escravos faz com que inexistam forças populares expressivas.²⁹

A parcela da classe dominante centrada em torno do "partido brasileiro", irá, para atingir seus objetivos de emancipação da Colônia, utilizar-se da figura do príncipe herdeiro D. Pedro I. Ocorre que, como é sabido, a Independência se deu com êxito, mas os anos que se seguiram à proclamação mostraram a fragilidade desta composição política.

É importante notar que na base destes arranjos políticos em torno da Independência do Brasil, temos questões fundamentalmente econômicas, isto é, as forças políticas se agrupam, deslocam-se, rompem, por verem seus interesses econômicos ameaçados. O plano de um ideário político, no caso da emancipação da colônia brasileira, desprendido e descomprometido com o econômico é peça de retórica, e é o que pode observar-se na Assembléia Constituinte dissolvida de 1823.

²⁹Esta divisão da sociedade brasileira do século passado é feita por: PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. Op. Cit.

As forças reacionárias, que buscavam reanimar o pacto colonial, já faticamente enterrado pelas condições econômicas, como por exemplo a abertura dos portos, tentaram manter a unidade luso-brasileira. Houve pronunciamentos, que sem atacar diretamente a questão da abertura dos portos, pleiteavam a recolonização.³⁰ Mas a volta de D. João VI a Portugal, mais o alinhamento de D. Pedro I com as forças autonomistas quando da independência do Brasil, puseram abaixo as tentativas políticas da recolonização.

O "Dia do Fico" em 9 de janeiro de 1822 significou que entre voltar a Portugal, correndo o risco de quebrar com o esquema montado em torno da manutenção de uma estrutura dinástica no Brasil, e permanecer neste, D. Pedro I optou pela última alternativa, precipitando assim o rompimento político com Portugal. E como um pafleto da época afirmava: "que Portugal, no seu estado atual, não pode, absolutamente, passar sem o Brasil: entretanto, que o Brasil, pelo Contrário, não tira a menor vantagem de sua união com Portugal."³¹

Neste mesmo ano, com a ajuda do principal ideólogo da independência José Bonifácio, ocorre o Grito do Ipiranga. O 7 de setembro e as medidas que cercaram o

³⁰Pronunciou-se neste sentido o Deputado Mamuel Fernandes Tomás. O seu relatório de 1821 dizia: "Mas é já tempo de chamar vossa atenção para o Reino do Brasil e Domínios; e o farei com mais alguma particularidade, para que vós, Senhores, conheçais o estado de nossas relações comerciais com os nossos irmãos de Ultra-Mar, e que, como nós, têm direito ao melhoramento de sua sorte e ao gozo de sua liberdade. Em 1818, o comércio do Brasil deu em resultado, na balança contra Portugal, 4 milhões e 265 mil cruzados; porque a exportação para aquele Reino foi de 19 milhões e 849 mil cruzados e a importação de 24 milhões e 115 mil cruzados. Em 1819, foi a exportação de 16 milhões e 366 mil cruzados e a importação de 18 milhões e 729 mil cruzados; vindo, em consequência, a ser a diferença contra Portugal 2 milhões e 425 mil cruzados: devendo notar-se, muito particularmente, que na soma de ambos estes anos entraram em ouro não pequenas quantias". In: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Op. cit., p. 317.

³¹Impresso anônimo atribuído ao francês Francisco Cailhé de Geines. ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Op. cit., p. 318.

fato foram bem estruturadas por Bonifácio, como pode-se notar pelo Manifesto às Nações em agosto de 1822, redigido pelo próprio.

Houve resistência à liderança do Rio de Janeiro e de D. Pedro I no processo de libertação política do Brasil. A organização do bloco que comporia com hegemonia o poder do novo Estado nacional se deu, tendo por trás a maçonaria, por um lado, passo a passo, com a visita do "Defensor Perpétuo do Brasil", depois "Rei", e por fim "Imperador", a várias províncias-gerais, e pela convocação de um Conselho de Procuradores Gerais das Províncias. De outro lado, através do Ministério de José Bonifácio se constituiu uma força bélica para reprimir as forças contrárias à independência política do Brasil. Foi a Guerra da Independência brasileira de 1822 a 1824.

Esta Guerra não teve o mesmo caráter violento como as que ocorreram nas colônias espanholas, mas pelo fato de ter havido menos violência, não significa que não tenha existido. Uma prova da existência da Guerra da Independência do Brasil é verificado no processo de construção e consolidação de uma unidade militar, dentro de um contexto de hegemonia da região sudeste, contestada fortemente pelo nordeste, e somando-se a estes últimos, os interesses da burguesia comercial portuguesa que, mesmo enfraquecida, ainda se mantinha neste território.

O reconhecimento da independência, como processo de legitimação internacional da soberania nacional brasileira, teve variantes no nível econômico e no nível político. A primeira estava ligada a Inglaterra, enquanto que a segunda variante tinha relação com Portugal, França, Estados Unidos e a Santa Sé.

A variante, ao nível econômico, quanto ao reconhecimento da soberania brasileira encontrou vários problemas junto a Inglaterra. Esta exigia o fim do tráfico negreiro, imposição antiga; a manutenção e renovação do tratado de 1810 que concedia privilégios a esta; e também, ironicamente, o pagamento do empréstimo feito por Portugal para combater a Independência do Brasil. Três anos se passaram, e com a aceitação do Governo Imperial das imposições inglesas, o agente enviado pelo Governo Inglês reconheceu a soberania brasileira.

No nível político, este mesmo representante do Governo inglês, na sua vinda para o Brasil, passou por Lisboa para receber as credenciais para reconhecer a soberania brasileira em nome de D. João VI. Mas antes deste reconhecimento por parte de Portugal, ocorrido em 1825, se acertou juridicamente um vínculo dinástico luso-brasileiro, tanto que D. João VI recebeu o título pessoal de Imperador. Apontava este acordo para possibilidade de D. Pedro I vir a ser, futuramente, rei de Portugal.

Estabelecida uma promessa de uma futura concordata, que definiria os direitos do Estado e da Igreja, quanto as questões do padroado e da placitação, o Papa Leão XII reconheceu a soberania brasileira. O reconhecimento dos Estados Unidos ocorreu em 1824, devido já aos claros objetivos comerciais traçados pelos norte-americanos. A França reconheceu em 1826, já então sendo pressionada pela posição das outras forças internacionais.

O processo de organização política do Império recebe as "cinzas" das revoluções européias, perceptível no ataque anti-absolutista dos constituintes de 1823, verificado pela exigência de um prévio juramento constitucional por D. Pedro I antes de sua aclamação, da proposta de um executivo subordinado ao legislativo, com uma distribuição do poder de forma federada. Este veio liberal foi logo golpeado.

A região nordeste, devido à Guerra da Independência, não conta com representação na Assembléia Geral Constituinte que inicia seus trabalhos em maio de 1823. Além de contar com os liberais na composição da Assembléia, se fazia presente o setor reacionário ligado aos comerciantes portugueses e principalmente pelos representantes dos interesses escravistas agro-exportadores. A assembléia Constituinte tinha acenado com iniciativas de caráter liberal-burguês mas foi dissolvida por decreto do soberano.

A organização do Estado nacional brasileiro passava necessariamente pela derrubada das limitações econômicas e políticas coloniais impostas pela Metrópole, e como os princípios filosóficos e políticos em moda na época, com base em Jean-Jacques Rousseau, pregavam a liberdade econômica e a soberania do Estado nacional, adotaram os nossos constituintes seus princípios.

Sob a inspiração de Rousseau e das constituições francesa e inglesa, os nossos legisladores de 1823 representavam, de certa forma, o Terceiro Estado. Acontece que eles não eram os representantes da burguesia comercial e industrial em luta contra a monarquia absolutista e os senhores feudais; eram sim representante dos grandes proprietários fundiários. Assim se passa uma situação ambígua em relação à revolução francesa: a classe dos grandes proprietários rurais, do "partido brasileiro", que compõe a Assembléia Constituinte, que resultou apenas em projeto, visto a sua dissolução, luta contra a burguesia mercantil, tanto daqui como a de Portugal.

Daí que o xenofobismo dos nossos constituintes de 1823 é entendível. Sempre estiveram nas mãos de portugueses os negócios e estes enfileiravam-se em torno da proposta contrária à emancipação política-econômica, pregando a recolonização.

A burguesia mercantil portuguesa, que operava no Brasil, representava uma poderosa força reacionária que lutava para reconduzir a Colônia ao pacto colonial, ao exclusivismo firmado entre esta e a metrópole. Assim, com a abertura dos portos e a Independência do Brasil, a burguesia industrial inglesa assenhora-se deste mercado acabando com o monopólio colonial português de três séculos. É o capitalismo comercial português em franco declínio. É o capitalismo industrial inglês ocupando novos espaços.

Quando da dissolução da Assembléia Constituinte prometeu-se convocar uma outra, o que não foi concretizado. Um Conselho de Estado elabora outro projeto e em busca de legitimação é submetido as Câmaras Municipais para ser aprovado. A Constituição Imperial é outorgada em 25 de março de 1824, e com mudanças decorrente do Ato Adicional de 1834, se manteve em vigor até o fim do Império, com a queda da monarquia.

Ocorreu que a Assembléia Constituinte de 1823 inabilmente tentou reduzir o poder do imperador, sendo que este alia-se com as forças reacionárias, dissolve a Assembléia e outorga a Constituição, criando além dos três poderes, legislativo, judiciário e executivo, o poder moderador, este ligado a sua pessoa.

Uma característica principal da Constituição Imperial é a figura do poder moderador ao lado, ou melhor, subordinando os outros poderes, o executivo, o judiciário e o legislativo. O poder moderador, criação dos ensaístas franceses Clermont Tonnerre e Benjamin Constant, de certa forma assegurou e refletiu a centralização monárquica.

Nestes tempos do liberalismo, tanto político como econômico, a monarquia escamoteia com a figura do poder moderador: "a Coroa se coloca diante da nação, conciliando e harmonizando os interesses e os direitos, num compromisso constitucional. O primado da Coroa, elemento ativo e condutor, imprime-lhe o papel de guarda, fiscal e tutor da nação, numa inversão total dos princípios democráticos dos dias de 1789 e do dogma de Rousseau. Organização incompatível com a democracia, mas não com o liberalismo, que, não formulado pela Revolução Francesa, nem por Napoleão, os quais apenas deslocaram o despotismo de um assento a outro, engendra, por via dos doutrinadores franceses do século XIX, a base técnica da criação de D. Pedro I e do Segundo Reinado."³²

A título de exemplo, ainda para demonstrar como as teorias importadas sofriam mudanças no Brasil, visto que os grandes proprietários tinham interesses econômicos concretos por trás da capa constitucional rousseauniana, adaptaram o direito contratual, enquanto instituição liberal, aos interesses de então, conforme se observa no art. 265 do projeto: "A constituição reconhece os contratos entre os senhores e escravos; o governo vigiará sobre sua manutenção."³³ Reconhece-se os contratos, nega-se seus princípios. Se a autonomia da vontade era difícil de sustentar-se na relação entre patrão e trabalhadores livres, o que dizer da relação entre senhores e escravos.

A questão do escravismo e sua manutenção também tinha sustentação, no nível jurídico, pela interpretação do "Direito de Propriedade". Esta adaptação do discurso liberal aos interesses econômicos escravistas dominantes é expressa por Manoel

³²FAORO, Raymundo. *Op.cit.*, p. 292.

³³PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. *Op. cit.*, p. 57.

Maurício Albuquerque: "é bastante sintomático que a mesma ambigüidade de linguagem liberal reapareça na Constituição de 1824, no tocante à preservação da propriedade privada, onde a terra e seu principal agente produtor, o escravo, estavam perfeitamente localizados como elementos de exploração que se reproduziam legitimamente enquanto conviesse ao bloco hegemônico que passava a controlar o Poder no novo Estado-Nação."³⁴

Servindo D. Pedro I, num primeiro momento, aos interesses da classe dominante autonomista, composta pelos proprietários rurais, quando da proclamação da Independência, passa a compor com as forças reacionárias a estrutura de seu governo no momento que sente que seu poder está ameaçado, ou limitado pelos primeiros. De choque em choque, entre estas posições no seio da classe dominante, chega-se ao fim do primeiro reinado.

Dentre os vários fatores que contribuíram para a abdicação de D. Pedro I em 1831, a crise financeira por qual passava o Estado brasileiro em muito contribuiu. A instabilidade econômica-financeira foi usada como munição para as forças oposicionistas.

A instalação da Assembléia Constituinte de 1823, sua dissolução, a outorga da Carta Constitucional em 1824, e muitos outros acontecimentos, marcaram este período do primeiro reinado como sendo aquele que marca a consolidação de um Estado nacional e também por mudanças na estrutura do Estado Absolutista. Este último sofrerá nas décadas seguintes, no segundo reinado, alterações cada vez mais significativas provocadas pela consolidação do capitalismo decorrente da dupla

³⁴ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. Op. cit., p. 314.

revolução. Este Estado lutará para não perder sua característica patrimonialista, adaptando-se às novas idéias, em que "toda a autoridade reside no rei, mas em atenção 'ao progresso das luzes', concede a participação popular nos negócios públicos."³⁵

2.2. Regência

Com a abdicação de D. Pedro I a preocupação imediata foi a de garantir a continuidade, pela aclamação de D. Pedro II, do Estado monárquico e não permitir que o movimento que levou a abdicação se radicalizasse ao ponto de quebrar a unidade nacional. O problema é que D. Pedro II é ainda civilmente incapaz devido à menoridade. Neste caso, conforme previsão constitucional, teria que se reunir a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Senadores em Assembléia Geral para escolher três Regentes em substituição ao Monarca.

Como estava-se em recesso parlamentar, os representantes daquelas casas, que se encontravam no Rio de Janeiro, elegeram uma Regência Trina Provisória até o reinício das atividades parlamentares para regularizar tal situação.

O Ministério dissolvido por D. Pedro I em 5 de abril de 1931 e aqueles que tiveram seus direitos políticos cassados, foram reintegrados e anistiados, respectivamente, pela regência trina provisória.

³⁵FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 292.

Reuniu-se em 3 de maio de 1831 a Assembléia Geral e em 17 de junho do mesmo ano elegeu-se a Regência Trina Permanente. Esta manteve o Brigadeiro Lima e Silva, e para conciliar os interesses regionais do sudeste e do nordeste, elegeram regentes os deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz.

A Assembléia reunida por mais de um mês limitou os poderes dos regentes, que antes estavam concentrados nas mãos de D. Pedro I, proibindo a concessão de títulos nobiliárquicos ou condecorações, e principalmente, não dispunham dos privilégios antes concedido ao poder moderador.³⁶

O quadro político ficou no período regencial da menoridade assim disposto: os **liberais moderados**, também denominados de **chimangos**, que centravam seu projeto de reformas com a manutenção da monarquia constitucional. Estes liberais moderados, que assumiram em 1831, enfrentam a oposição, até 1835, dos **liberais exaltados**, subdivididos em jacobinos e republicanos, e dos **restauradores**, facção esta que recebe o apoio dos proprietários e comerciantes que possuem ainda ligação com Portugal.

Esta oposição representou, aos liberais moderados no poder, forte ameaça pelos movimentos deflagrados, tanto na capital, como nas províncias. O federalismo foi, sem dúvida, a principal bandeira liberal que a oposição apresentou, no sentido da

³⁶"A Coroa sabia o modo de domar o proprietário rural, com remédios já usados em outro tempo no aliciamento aos conquistadores e as descobridores de minas: os dourados honoríficos, nobilitadores e inúteis. A distribuição será módica, nos graus, sob D. João e de mãos largas no reinado de D. Pedro I, que, de golpe, fundou a aristocracia brasileira, desde logo mais numerosa do que a de Portugal. em muitos séculos de monarquia. O príncipe regente, embora pródigo na sementeira, limitou-se às ordens honoríficas: 2.630 cavaleiros, comendadores e grã-cruzes de Cristo; 1.422 das Ordens de São Bento de Avis e 590 de Santiago. Os barões, viscondes, marqueses e condes viriam depois, sob D. Pedro. A política era, nas intenções, finória: com papel, fita e metal conquistava lealdades, emparelhando na mesma dignidade brasileiros e portugueses, os nativos latifundiários e os transmigrados." In: FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 258 e 259.

defesa de uma maior autonomia provincial. Nesta época não chegou a ser questionada a monarquia ou a destruição do sistema escravista.

Estes movimentos acabaram por reforçar, entre os moderados, a corrente reformista. As oligarquias rurais, com suas pretensões autonomistas, fortalecem a oposição. Assim, os liberais moderados procuram enfraquecer a oposição, principalmente a oposição composta pelos liberais exaltados, pela incorporação de suas propostas através de reformas descentralizadoras. É uma tentativa de esvaziar o movimento da oposição dos exaltados e para contar com o apoio adesista dos restauradores.

Neste sentido o Ato Adicional de 1834, entre outras coisas, concedeu maior autonomia às províncias, substituíram-se os conselhos gerais de províncias por assembleias legislativas com amplos poderes. O Ato Adicional dos liberais moderados permitiu um rearranjo das forças políticas com o apoio recebido das oligarquias provinciais. Mas o Ato Adicional não atingiu alvos importantes da oposição dos liberais exaltados, como a questão do poder moderador e da vitaliciedade do senado.

Posições defendidas pela regência trina permanente de forte cunho liberal, foram a abolição do tráfico negreiro em 1831 e a aprovação do Código de Processo Criminal em 1832.³⁷

³⁷Em relação a autonomia local, o Código de Processo Criminal, foi importante: "O Código de Processo Penal, a mais avançada obra liberal e a mais duramente criticada nos dez anos seguintes, deu fisionomia nova aos municípios, habilitando-os de exercer, por si mesmos, atribuições judiciárias e policiais". In: FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 305.

A hegemonia do sudeste seria firmada ainda duas vezes em relação ao nordeste. Com a eleição da regência uma de Diogo Antonio Feijó em 1835 e a de Pedro Araújo Lima em 1838. Das duas eleições saiu derrotado Holanda Cavalcanti, sendo que na segunda, por ser Araújo Lima também do nordeste, houve uma divisão de forças em nível local beneficiando pois, o sudeste. Supremacia do sudeste, visto que o café já iniciava a sua projeção como atividade agro-exportadora de envergadura econômica.

Na regência de Feijó, devido à crise financeira e às revoltas internas, como a Cabanagem e a Farroupilha, fez com que os liberais moderados se dividissem em dois grupos: os denominados progressistas e os regressistas. Os primeiros que formaram mais tarde o partido liberal, apoiavam Feijó, então regente, enquanto que o segundo grupo, os regressistas, deram origem ao partido conservador e pregavam a limitação à autonomia provincial. O sucessor de Feijó, que renunciou, Araújo Lima, pertencia aos regressistas.

Os partidários de Holanda Cavalcanti - os holandeses - enquanto principal oposição a Feijó e depois em relação a Araújo Lima, adotam a bandeira da maioria de D. Pedro II. Começam então a articular uma forma de driblar o dispositivo constitucional que fixava limite mínimo para este assumir o cargo. Conseguem, através de um golpe parlamentar, visto que já contavam também com o apoio do último regente. D. Pedro II assume em 23 de agosto de 1840 e põe-se em curso um novo período na vida do Brasil imperial.

2.3. Bases do Segundo Reinado

A campanha da maioridade, com a fundação do Clube da Maioridade, centro da propaganda maiorista, e com o apoio efetivo dos liberais, deram a vitória ao movimento, tanto que estes compuseram o primeiro ministério de D. Pedro II. O apoio também foi dado, no nível econômico, pela ascensão do café, cujo centro produtor estava localizado no Rio de Janeiro.

Os liberais que compuseram o primeiro ministério de D. Pedro II, principais responsáveis pela campanha e sucesso da maioridade, criaram o Movimento Liberal de 1842. A origem deste movimento, que foi esmagado pelo governo central, teve lugar quando estes compuseram o ministério sem base parlamentar e para construção desta base de sustentação política, intervieram de forma violenta no processo eleitoral.

Atingido o objetivo, tendo na câmara maioria, os liberais então sofreram um golpe do Imperador que juntamente com os conservadores, que se viram ameaçados por mudanças no sistema eleitoral e pela possível extinção da vitaliciedade do senado, dissolveu a câmara e chamou os conservadores para compor o novo ministério.

Além do Movimento Liberal de 1842 houve a Revolta Praieira, que sob influência da Revolução de 1848 ocorrida na França e em especial dos socialistas utópicos, divulgou um manifesto quando foi deflagrada a Revolta. Entre outras coisas manifestaram se pela reformulação do sistema político monárquico, através do voto livre e universal, liberdade de imprensa, o comércio a retalho e empregos só para os cidadãos brasileiros, e pela extinção do poder moderador. O movimento iniciado em 1848 em Olinda foi derrotado em 1850.

A derrota da Revolta Praieira marca o fim dos movimentos regionais contestatórios, que se davam dentro de uma estrutura escravista-liberal: "a hegemonia

econômica, política e ideológica do Sudeste escravista se impôs, em particular ao Nordeste, que concentrava a maior resistência àquela dominância, financiada pelas exportações crescentes de café."³⁸

O período iniciado por D. Pedro II foi marcado pela alternatividade, na composição política, entre o partido liberal e o partido conservado: "os liberais detêm o comando em 1840 a 41, 1844 a 48, 1862 a 68, 1878 a 85 e 1889. Os conservadores gozam de períodos mais largos: 1841 a 44, 1848 a 62, 1868 a 78, 1885 a 89."³⁹

O sistema parlamentar, que se sustentou faticamente até o final do Império, foi implantado em 1847 quando D. Pedro II criou a Presidência do Conselho de Ministros. Faticamente, visto que este sistema não foi institucionalizado juridicamente e que permitiu a D. Pedro II, enquanto poder moderador, governar ora com os liberais, ora com os conservadores.

Enfim, é um período marcado pela influência da dupla revolução num país que consolida sua independência enquanto Estado soberano e todas as implicações que daí decorrem. É este o contexto econômico e político do período que antecede a Lei de Terras em 1850.

3. O REGIME DAS POSSES E A LEI DE TERRAS EM 1850

³⁸ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Op. cit., p. 379/0

³⁹FAORO, Raymundo. Op. Cit. p 354 Vol I.

3.1. O regime das posses

O regime das sesmarias não reinou absoluto no período compreendido entre o descobrimento do Brasil, mais propriamente a partir de 1530 com a terceira carta régia concedida a Martim Afonso de Souza - primeiro monumento das sesmarias no Brasil -, até a Resolução de 17 de julho de 1822. Paralelamente a este regime, a posse, ou a ocupação da terra, foi sendo firmado, pouco a pouco, como modo legítimo de aquisição da propriedade fundiária.

Com o fim das sesmarias, pela resolução de consulta da Mesa do Desembargo do Paço de 1822, o regime da posse dos terrenos devolutos fica prevalecendo, enquanto forma de ocupação das terras brasileiras, até a promulgação da Lei 601 de 18 de setembro de 1850 - a primeira Lei de Terras do Brasil -, que aboliu tal regime. Um período de três décadas em que simples ocupação era a regra para a aquisição da propriedade.

A posse que surge paralela ao regime sesmarial e depois o substitui, mostra que "era a ocupação, tomando o lugar das concessões do Poder Público, e era, igualmente, o triunfo do colono humilde, do rústico desamparado, sobre o senhor de engenhos ou fazendas, o latifundiário, sob o favor da metrópole. A sesmaria é o latifúndio, inacessível ao lavrador sem recursos. A posse é, pelo contrário, - ao menos, nos seus primórdios, - a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre, e vitoriosamente firmada pela ocupação."⁴⁰

⁴⁰LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras devolutas*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1954. p. 47.

Neste sentido, "o posseiro era o cultivador ou o criador que se mantinha com o trabalho seu e da família. Fosse qual fosse o tipo de exploração da terra, o posseiro era elemento de poucos haveres ou mesmo de nenhum. Por tais motivos - falta de braços e de capital - cuidava de pouca terra, apenas daquela onde morava e cultivava o que fosse normal para a força de trabalho familiar. A consequência foi a pequena propriedade, advinda do regime da posse e do desbravamento de novas terras."⁴¹

O regime sesmarial, como vimos no capítulo anterior, estava fartamente fundado em leis expressas - a Lei de Sesmarias de D. Fernando, incorporada mais tarde nas Ordenações e Cartas Régias -, diferia do regime da posse. Este regime fundava-se nos costumes em vigor, visto que a Resolução que aboliu o sistema das sesmarias não se seguiu nenhuma outra estrutura legal em seu lugar. Passou a vigir a situação de fato - a simples posse da terra.

"A Lei da Boa Razão, de 18 de agosto de 1769, afirma que os requisitos do costume eram os seguintes: "de ser conforme às boas razões que deixo determinado que constituam o espírito das minhas leis; de não ser a ellas contrario em cousa alguma; e de ser tão antigo, que exceda o tempo de cem annos."⁴²

Assim, o regime da posse atende ao requisito do tempo, conforme pode ser constatado nas palavras do Visconde de Mont'Alegre, que referenda a lei de 1850: "de

⁴¹SODERO, Fernando Pereira. *Esboço Histórico da Formação do Direito Agrário no Brasil*. Rio de Janeiro: AJUP/FASE, 1990. p. 37.

⁴²LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 50.

tempo immemorial as doações por sesmarias, as concessões e até a simples posse constituíam direito á aquisição das terras devolutas."⁴³

Conforme ainda a Lei da Boa Razão, o requisito da racionalidade é atendido, isto é, "de ser conforme as boas razões, que deixo determinado que constituão o espirito das minhas leis", visto pois, que a propriedade tinha que atender o espírito da lei, isto é, as terras deveriam ser cultivadas. A racionalidade, as boas razões que constituem o espírito das leis portuguesas, no que concerne à terra, sempre tendia para o fato de serem cultivadas, aproveitadas.

Neste sentido, temos o direito de "fogo-morto"⁴⁴, antiga tradição portuguesa, espelhada no fato de que o colono que cultivasse terras abandonadas não seria expulso das mesmas pelos senhorios das herdades. O colono que cultivasse as terras consideradas de "fogo-morto" - abandonadas -, não seria privado delas pelo fato de tê-las tornado produtivas.

Além da Lei da Boa Razão de 1769, que permite o convívio entre as sesmarias e a ocupação, tendo por referente o efetivo cultivo das terras, o Alvará de 5 de janeiro de 1785, afirma que: "as sesmarias constituem uma parte considerável dos domínios do Brasil e forão dadas com a condição essencialissima de se cultivarem."⁴⁵

⁴³LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 50.

⁴⁴Trata-se de tradição que antecede a formação do Estado português. O fogo sagrado, em torno do qual a família se reunia, e as demais crenças dos homens na cidade antiga e sua importância na criação das instituições, ver neste trabalho no capítulo I.

⁴⁵Fernandes Thomaz, Repertório Geral das Leis Extravagantes do Reino de Portugal, t. II, Coimbra, 1819, verb. SESMARIAS, no 289, p.323. Citado In: LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 50.

Assim, "não resta dúvida que as ocupações - principalmente as pequenas que estavam cultivadas - estavam perfeitamente previstas no sistema jurídico. A abolição das sesmarias teve o mérito de unificar o regime de terras do país, e , essecialmente, reconhecer um estado de fato vigente fora do litoral, principalmente. A concessão de sesmarias -quase sempre - significava a marcha do grande sesmeiro em direção ao extermínio dos pequenos posseiros. Sendo constantes os conflitos existentes devido à grande busca de melhores terras."⁴⁶

A Provisão de 14 de março de 1822, também mostra claramente a existência do costume da aquisição do domínio da terra pela posse. Segundo esta Provisão, as medições e demarcações de sesmarias deviam fazer-se "sem prejudicar quaesquer possuidores, que tenham effectivas culturas no terreno, porquanto devem elles ser conservados nas suas posses, bastando para titulo as reaes ordens, porque as mesmas posses prevaleção ás sesmarias posteriormente concedidas."⁴⁷

Um aspecto que merece destaque, no estabelecimento do regime da posse, é quanto ao aproveitamento. No Brasil a ocupação, ou a posse, deve ser acompanhada do cultivo da terra, como pode-se notar na Provisão citada acima: "sem prejudicar quaesquer possuidores, que tenham efetivas culturas no terreno,...".

Neste sentido, a Lei de Terras de 1850 expressa, em relação as posses "que se acharem cultivadas ou com princípios de cultura"(art. 5), e também quanto aos posseiros com direito sobre "o terreno que occuparem com effectiva cultura" (art. 8).

⁴⁶ ANTUNES, Paulo Bessa. *A Propriedade Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: OAB/RJ, 1985. p. 67.

⁴⁷ Araripe, Código Civil Brasileiro, Rio de Janeiro, 1885, p. 439. In: LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 52.

A posse seguida do cultivo obrigatório é essencial para que seja considerada modo legítimo de aquisição do domínio, e como vimos no capítulo anterior, sobre o direito romano de "omni agro deserto", o cultivo também é fundamental. Assim, "ocupação 'pro deserto' seria, pois, com relação ao direito romano, a nossa ocupação ou 'posse com cultura efetiva'."⁴⁸

Mas como no caso da exigência do aproveitamento da terra nos tempos das sesmarias, no regime das posses o mesmo requisito também foi posto de lado, dando espaço para a criação de imensos latifúndios inaproveitados. As terras eram simplesmente apossadas, tornando-se propriedade particular independentemente de serem cultivadas ou não.

O latifúndio parece ser a sina desta terra, tanto que "a humilde posse com cultura efetiva, cedo, entretanto, se impregnou do espírito latifundiário, que a legislação das sesmarias difundira e fomentara. Depois de 1822, sobretudo, - data da abolição das sesmarias, - as posses passam a abranger fazendas inteiras e léguas a fio. (...) A tendência para a grande propriedade estava já definitivamente arraigada na psicologia da nossa gente. Extinto o regime das sesmarias, a posse começa a servir-lhe de veículo, e - força é dizê-lo - qualquer sistema territorial lhe teria servido para o mesmo fim."⁴⁹

Neste contexto, na tentativa de regularizar a situação da posse e transformá-la em domínio, os latifundiários usavam de artimanhas. Assim, "como não havia forma de legitimar as diversas posses adquiridas (20 ou 30 léguas), os grandes proprietários

⁴⁸LIMA, Ruy Cirne. Op. Cir., p. 48.

⁴⁹LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 54.

intrusos davam pequenas parcelas às Irmandades ou as vendem a baixo preço obrigando, assim, à passagem por cartório e ao pagamento de direitos; tal prática, por sua vez, resultava na legitimação, por via indireta, das posses.⁵⁰

Eis resumidamente, como se comportava o regime das posses, paralelo primeiramente ao regime sesmarial, e depois em substituição deste. A Lei de Terras em 1850 liquidará, em partes, tal situação.

Algumas diferenças e similitudes podem ser traçadas entre as sesmarias e as posses:

a) no regime das sesmarias, o direito que o regulamentava, tinha por fonte lei escrita, apesar de também se apoiar nos primeiros tempos, no costume do colonato adscritício e das terras comunais. Já o regime das posses tinha o seu direito por fonte tão somente os costumes;

b) enquanto que no regime das sesmarias a agricultura ligava-se fundamentalmente a produção da monocultura visando a exportação. No regime das posses, nos tempos de seu surgimento, a agricultura prevalecente é a de subsistência⁵¹;

⁵⁰LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 33.

⁵¹Com o fim das sesmarias e substituição e validação do regime das posses, temos no Brasil essencialmente duas formas de exploração da terra: "a grande propriedade, latifundiária, monocultora, em qualquer fase ou setor de localização, com a cana, e mais tarde o café, o cacau, a borracha, com base no trabalho escravo produzindo para exportação; ou o criatório, no sertão do Nordeste ou no Sul do País, especialmente; e a propriedade familiar, a simples posse, com as culturas de subsistência: feijão, mandioca, abóbora, ou o fumo e a pequena criação doméstica, o trabalho dependendo apenas da família do posseiro." In: SODERO, Fernando Pereira. Op. cit., p. 38.

c) na sesmaria, o beneficiário recebia o título para depois trabalhar a terra, com um prazo que variava de um até cinco anos de carência, visto que o cultivo futuro era cláusula para receber a doação; na posse, o posseiro primeiro explora a terra, levanta benfeitorias, para só depois legalizar sua situação perante o poder estatal;

d) o regime das sesmarias se estabelece pelo transplante do direito português para a colônia, o regime das posses se estabelece à margem deste direito afirmando-se no e como costume;

e) a mão-de-obra nas sesmarias era essencialmente escrava (negros e índios); nas terras ocupadas pela simples posse a mão-de-obra é baseada nos braços da própria família;

f) a semelhança entre os dois regimes pode-se notar no fato de que os latifúndios se estabelecem indiferentes aos preceitos legais, ou escamoteiam-os com facilidade, independente do regime ser sesmarial, ou das posses.

3.2. *A Lei de Terras e seus aspectos jurídicos*

O problema que se coloca, numa abordagem dos aspectos históricos do direito agrário brasileiro, é: por que a Lei de Terras em 1850? Como resposta, poderíamos afirmar, no nível jurídico, que a Lei de Terras necessariamente ocorreu em 1850 para fazer frente ao quadro agrário que estava apresentando características de uma situação incontrolável, isto é, a realidade fundiária estava fugindo ao controle estatal e esta Lei

veio para reafirmar este controle, impondo normas para regularizar a questão da propriedade do solo.

A situação das terras no Brasil em 1850, antes da Lei 601, era a seguinte:

"I - *sesmarias concedidas e integralmente confirmadas*, isto é, com o atendimento das exigências de demarcação, confirmação, aproveitamento (cultura ou criação) e outras. O proprietário tinha, pois, o domínio sobre a gleba, cuja situação se achava de acordo com os preceitos legais;

II - *sesmarias simplesmente concedidas*, faltando aos concessionários cumprir uma ou mais exigências legais. Tinham eles simplesmente a posse, não o domínio;

III - *glebas ocupadas por simples posse*, sem qualquer título. Configurava-se apenas a situação de fato, ou seja, a ocupação, com ou sem exploração efetiva;

IV - *terras sem ocupação*, não concedidas ou já revertidas ao Poder Público por não atendimento das exigências legais, se anteriormente objeto de concessão de sesmarias. Eram as 'terras devolutas' do Império."⁵²

A Lei de Terras vem regularizar as quatro situações distintas, criadas no regime das sesmarias e no regime das posses. A desordem era enorme desde a primeira

⁵²SODERO, Fernando Pereira. Op. cit., p. 43. Informação que também consta in: PORTO, Costa. *Estudo Sobre o Sistema Sesmarial*. Recife: UFPE, 1965. p. 177. Este último autor considera que as terras devolutas se acham pertencentes à Nação. Acredito que tínhamos em 1850 um país, um Estado nacional, soberano, independente no nível político, mas que ainda não se constituía enquanto Nação.

concessão de sesmaria até o fim da época em que a posse prevaleceu enquanto modo legítimo de aquisição da propriedade fundiária.

O novo Estado nacional estava legiferando nos mais diversos ramos do direito em substituição às Ordenações Filipinas. Quanto à codificação da sociedade civil brasileira, seguindo os ditames de adaptar-se os ordenamentos jurídicos de acordo com "às luzes do século", foi apresentado o projeto do Código Criminal⁵³ em 1826, transformado em lei em 1830; surgiu o Código de Processo Criminal em 1832; o Código Comercial, reclamado já em 1834, foi promulgado em 1850; em 1855 foi atribuída a Teixeira de Freitas a organização de um Código Civil, sendo que este teve que esperar até 1916 para ser promulgado. Enfim, percebe-se que a sociedade brasileira está sofrendo um processo de ordenamento, sendo que a Lei de Terras é uma das facetas deste processo.

A Constituinte de 1823 e a Constituição Imperial outorgada de 1824 se omitem diante do regulamento de 17 de julho de 1822, decorrente de consulta proposta por José Bonifácio ao Desembargo do Paço, que pôs fim ao sistema sesmarial. Passam-se duas décadas e o assunto da questão fundiária volta à cena em 1842.

O Governo Imperial, na figura do poder moderador de D. Pedro II, solicita através dos Avisos de 6 de junho e 8 de julho de 1842, que seja feita uma proposta,

⁵³Quanto ao projeto do Código Criminal, estava ele orientado "para a definição das garantias da liberdade, da segurança individual e da propriedade, mantendo o arbítrio da autoridade imperial. (...) É sugestivo o fato de que o contexto em que surge a proposta de organização do Código Criminal corresponda ao momento em que a noção de propriedade assume uma nova dimensão no discurso político. Nesse aspecto, a percepção de que os códigos vigentes, fundados em disposições oriundas da fase colonial, estavam superados pelas "luzes do século" expressa a perspectiva de ampliação da esfera do trabalho livre que se levanta sobre a sociedade." SAUL, Renato. *A Modernidade Aldeã*. Porto Alegre: UFRGS, 1989. p. 27.

pela Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, para reformular a legislação no que concerne às sesmarias e colonização.

Um mês foi o suficiente para que a proposta fosse apresentada à Seção por Bernardo Pereira de Vasconcellos e José Cesário de Miranda Ribeiro, que a subscreveram. A proposta apresentada em 8 de agosto subiu então para o Conselho de Estado pleno, onde foi discutida nos dias 1, 15 e 29 de setembro e 10 e 17 de novembro de 1842.

Esta proposta é apresentada como projeto à Câmara dos Deputados em 10 de junho de 1843, por Rodrigues Torres. Este projeto "era a semente, de que deveria germinar a Lei de Terras", nas palavras de Ruy Cirne Lima. Foi apresentado com as seguintes palavras: "(...) pedi a palavra para apresentar á Camara este projecto; é projecto ministerial; não podendo ser apresentado por um membro do gabinete, eu apresento como meu".⁵⁴

Em outubro de 1843 o projeto nº 94, apresentado por Rodrigues Torres, foi levado ao Senado. Após sete anos de adiamentos, apresentação de substitutivos, nomeação de comissões, o projeto foi aprovado pelo Senado e pela Câmara em 18 de setembro de 1850, transformando-se na Lei nº 601, que passou a ser denominada e conhecida por Lei de Terras, ou Lei de Terras e Imigração, ou ainda, Lei de Terras Devolutas.

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, reza de forma clara que:

⁵⁴LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 59.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e estrangeiros, autoriza o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de dez léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Este artigo espelha, num ponto de vista⁵⁵, uma duplicidade do problema colocado naquela época, isto é, por um lado, coloca em ordem a distribuição de terras aos particulares, principalmente da área mais desenvolvida, aquela próxima ao litoral brasileiro, visto que as terras em poder do Estado daí em diante não serão mais concedidas gratuitamente e só poderão ser adquiridas pela compra, pondo fim às concessões gratuitas e a simples posse.

De outro lado, o Império busca conservar a faixa de fronteira pelo uti possidetis, isto é, concede a ocupação gratuita desta área para firmar os limites fronteiriços pela ocupação da área, em uma época em que a definição física dos recém fundados Estados nacionais é importante questão.

Já anteriormente a Lei 601 o governo Imperial tinha concedido às Províncias seis léguas em quadro de terras devolutas, para a finalidade de colonização, com a condição expressa de não se admitir o uso do escravo nestas áreas. Esta Lei, nº 514 de 28 de outubro de 1848, esteve ameaçada de certa forma pelo advento da Lei 601, mas

⁵⁵ Este ponto de vista é sustentado por exemplo por LACERDA, M. Linhares. *Tratado das Terras do Brasil*. Rio de Janeiro: Alba, 1960. p. 119 e 123.

pelo Aviso de 24 de março de 1851, estas doações feitas às províncias continuaram válidas, mas vedava que estas terras fossem concedidas de forma gratuita, de acordo assim com o artigo 1º da Lei de Terras.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derrubarem matos ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e demais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$000, além da satisfação do dano causado.

Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre heréos confinantes.

Parágrafo único: Os juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das Leis e Regulamentos, investigarão se a quem compete o conhecimento desses delittos põem todo o cuidado em processá-los e puni-los e farão efetiva a sua responsabilidade, impondo, no caso de simples negligência, a multa de 50\$000 à 200\$000.

O Regulamento que se seguiu à Lei de Terras, Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854, estabeleceu ainda que no caso de maior culpa, imputar-se-á prisão de até três meses dos infratores conforme o artigo 2º da Lei de Terras, sendo que a permissão para fixação de pena estava contida no artigo 22 da Lei 601.

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas à algum uso público nacional, provincial ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.

O parágrafo 1º refere-se às terras doadas às Províncias para colonização, conforme a Lei 514 de 28 de outubro de 1848, agora são legalmente consideradas devolutas e isto implica no fim das concessões gratuitas destas.

O conceito jurídico de terra devoluta foi sem dúvida, por exclusão, colocado de forma clara pela Lei 601, mas vejamos o seu significado. Conforme Antonio de Moraes e Silva, "devoluto, adj. (do Lat. devolutus, pp. de de devolvire) adquirido por devolução, quando o inferior ou coletor ordinário não confere, e se devolve ao superior o direito de conferir".⁵⁶

Para Costa Porto a "palavra devoluta, em sua pureza etimológica, deveria significar aquela terra que, dada de sesmaria, e pelo fato de o sesmeiro não haver satisfeito todas as exigências legais, retornara, fora devolvida à Coroa. 'Terra devoluta', pois, seria aquela que, distribuída com os moradores, voltava, em caso de inadimplemento dalguma cláusula essencial, á Coroa para ser novamente distribuída".⁵⁷

O que ocorreu de fato, no Brasil colonial, foi a devolução das terras como as capitâneas e as sesmarias não cultivadas e abandonadas para o Estado, mas terra devoluta serve "empregando-se, na linguagem técnica do Direito Público, para indicar

⁵⁶ Antonio de Moraes e Silva, Dicionário da Língua Portuguesa. IN: LACERDA, M Linhares. Op. Cit. p 127

⁵⁷ PORTO, Costa. Op. Cit. p. 178.

as terras que se afastam do patrimônio das pessoas jurídicas públicas sem se incorporarem, por qualquer título, ao patrimônio dos particulares."⁵⁸

Pela conceituação negativa de terra devolutas temos afirmado "a exclusividade dos direitos do Estado sobre as terras vagas, - exclusividade essa que não descansa sobre a propriedade mesma, antes, ora é o fundamento da aquisição dela pelo Estado, como em 1500, ora, como em 1850, o obstáculo à respectiva aquisição direta pelo particular."⁵⁹

Afirma Lacerda que terras devolutas são aqueles bens públicos estabelecidos no artigo 66 do Código Civil no inciso III "os dominicais, isto é, os que constituem o patrimônio da União, dos Estados, ou dos Municípios, como objeto de direito pessoal, ou real de cada uma dessas entidades." e somente o § 3º e § 4º do art. 3º correm o processo, os trâmites de terras devolutas porque volvem ao domínio público- bens dominicais.

Neste mesmo sentido, no sentido de que terra devoluta são aquelas não destinadas ao uso público (os de uso comum Art. 66 I, e de uso especial art. 66 II do C.C.), classificadas como bens dominicais (art. 66 III C.C.), Costa Porto também faz coro.

Ruy Cirne Lima afirma que um dos méritos da Lei de Terras foi ter estabelecido uma definição legal de terra devoluta, e faz discussão se as terras devolutas podem ser consideradas bens patrimoniais do Estado, ou bens de domínio

⁵⁸CRETELLA Jr., José. *Bens públicos*. São Paulo: Edição Universitária de Direito, 2 ed. 1975 p 292.

⁵⁹LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 90/1.

privado do Estado, ou por fim, bens de domínio público do Estado. Conclui ele que as terras devolutas até sua demarcação, ou concessão, são consideradas bens patrimoniais do Estado, passando a ser depois disso bens de domínio público do Estado.

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias ou outras concessões do governo geral, ou provincial, que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário, ou de quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições com que foram concedidas.

Este artigo estava voltado para o passado, tratava-se de revalidar a situação precária em que se encontravam as dadas de sesmarias anteriormente concedidas.

O artigo 3º, § 2º preceitua quais eram as condições com que se efetivavam as concessões das sesmarias. Três eram as condições: a medição, a confirmação e a cultura, que não atendidas causavam a caducidade da concessão.

Sabemos que a falta da Medição não causava a caducidade devido ao fato da falta de "geometras", de profissionais habilitados para desenvolver tal atividade com segurança, além de ser onerosa ao beneficiário tal medição.

A confirmação régia, conforme Ruy Cirne Lima, demonstra um centralismo excessivo que Portugal exercia sobre a colônia, enquanto que as capitanias, v. g., que tiveram vida curta, representaram o inverso: o descentralismo excessivo.⁶⁰

⁶⁰"Na verdade, - acertadamente, observava o dr. José Augusto Gomes Menezes, - desde que as terras erão pedidas para cultivar, e para cultivar concedidas, cultivando-as mostra o concessionário que tem no animo a intenção de cumprir as condições com que lhe forão dadas, e, quanto á medição e confirmação, dificuldades de uma outra ordem poderão apparecer, que impedissem ou demorassem sua realização." In: LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p.61.

Como a medição era um contrasenso para a época e a confirmação espelhava um centralismo estatal exacerbado, a Lei de Terras veio para corrigir tal situação, impondo no seu artigo 4º que atendida a condição de cultivo, a sesmaria seria revalidada, mesmo não atendido as condições de medição e confirmação.

Em relação ainda ao artigo 3º § 2º, o Aviso de 27 de abril de 1880, in fine, declara que o direito do possuidor, tanto de sesmaria como de simples posse, que tiver título legítimo para justificar o seu domínio, será garantido mesmo não havendo confirmação e medição.

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura e morada habitual do respectivo posselro, guardadas as regras seguintes:

§ 1º Cada terra em posse de cultura ou em campos de criação compreenderá, além do terreno aproveitado ou do necessário para pastagem dos animais que tiver o posselro, outro tanto mais de terreno devoluto que houver contíguo, contanto que em nunhum caso a extensão total da posse exceda à de uma sesmaria para cultura ou criação, igual às últimas concedidas na mesma Comarca ou nas mais visinhas.

§ 2º As posses em circunstâncias de serem legitimadas que se acharem em sesmarias ou outras concessões do Governo não incursas em comisso ou revalidadas por esta Lei, só darão direito a indenização pelas benfetorias.

Excetua-se desta regra o caso de verificar-se à favor da posse qualquer das seguintes hipóteses: 1ª, o ter sido declarada boa por sentença passada em julgado entre os sesmeiros ou concessionários e os posseiros; 2ª, ter sido estabelecida antes da medição da sesmaria ou concessão, e não perturbada por cinco anos; 3ª, ter sido estabelecida depols da dita medição, e não perturbada por dez anos.

§ 3º Dada a exceção do parágrafo antecedente, os posseiros gozarão do favor que lhes assegura o § 1º, competindo ao respectivo sesmeiro ou concessionário ficar com o terreno que sobrar da divisão feita entre os ditos posseiros, ou considerar-se também posseiro para entrar em rateio igual com eles.

§ 4º Os campos de uso comum dos moradores de uma ou mais Freguesias, Municípios ou Comarcas, serão conservados em toda a extensão de suas divisas e continuarão a prestar o mesmo uso conforme a prática atual, enquanto por Lei não se dispuser em contrário.

O artigo 5º admite juridicamente a posse - a situação que vigiu, primeiro paralelamente ao regime sesmarial, e depois de 1822 como forma de aquisição da propriedade. O regime da posse recebia seu reconhecimento legal pela Lei 601 e permitia-se assim a legitimação das terras que nesta situação se encontravam. É também tentativa de por ordem às terras particulares, visto que a partir da Resolução de 1822 a matéria ficou em aberto na legislação brasileira.

Para Ruy Cirne Lima, a posse, enquanto costume, como vimos anteriormente, é modo legítimo de aquisição de domínio no período compreendido entre 1822 e 1850. Já para Costa Porto "afigura-se-nos que a mera ocupação nunca foi meio de adquirir o domínio. Esta inovação se deve à lei 601, que passou a considerar o posseiro como dono da terra"⁶¹.

Reconhecida a posse, costume que se estabelecera, o § 1º do artigo 5º, recompensava a capacidade econômica do posseiro, permitindo a este se apossar ainda das terras contíguas a sua posse desde que se achassem devolutas e que não ultrapassassem determinada extensão, e mais, conforme o artigo 15 conferia-se preferência ao posseiro na compra de terras que lhe fossem contíguas.

⁶¹ PORTO, Costa. Op. cit., p. 184.

O § 2º do artigo 5º, diferencia os posseiros dos posseiros intrusos em sesmarias ou outras concessões, conferindo a estes últimos apenas a indenização das benfeitorias. Assegura a lei aos posseiros intrusos ainda, o direito a legitimação da posse conforme as três hipóteses contidas como excessão ao previsto no § 2º.

O art. 5º, § 4º é o respeito da lei ao antigo costume do compáscuo, fato importante evidentemente num mundo essencialmente rural como o era em 1850.

Art. 6º Não se haverá por princípio de cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo nem para a legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derrubadas ou queimadas de matos e campos, levantamento de ranchos e outros atos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura efetiva e morada habitual exigidas no Artigo antecedente.

Aqui, no artigo 6º, em decorrência dos artigos 4º e 5º antecedentes, da revalidação das sesmarias e da legitimação das posses, conceitua-se, pela forma negativa, o que se considera como princípio de cultura. O artigo 27 da lei nº 1.318 de 1854, que regulamentou a Lei de Terras, também trata do assunto.

O artigo exclui os atos artificiais e superficiais que tentam confirmar a posse. Posse, como se sabe, é uma situação fática, e como tal, existe ou não, e neste sentido a Lei 601 em seu artigo 6º esclarece.

Art. 7º O Governo marcará os prazos dentro dos quais deverão ser medidas as terras adquiridas por posses ou por sesmarias, ou outras concessões que estejam por medir, assim como designará e instruirá as pessoas que deverão fazer a medição, atendendo às circunstâncias de cada Província, Comarca e Município, e podendo prorrogar os prazos marcados, quando o julgar conveniente, por medida geral que compreenda todos os

possuidores da mesma Província, Comarca e Município, onde a prorrogação convier.

A Lei 601, olhando o passado, visava a proteger o sesmeiro em situação irregular e o simples posseiro, elevando ambos à situação jurídica de proprietários, revalidando as sesmarias e legitimando-se as posses. Assim, o artigo 7º e o 8º estabelecem certas condições para tanto.

Houve com o Aviso de 24 de outubro de 1875, dirigido à Presidência do Espírito Santo, uma exceção. Ele isentava de despesas de medição os posseiros pobres, correndo estas despesas por conta do Estado desde que as áreas não excedessem as dos quadrados de 1.100 metros por lado.⁶²

Art. 8º Os possuidores que deixarem de proceder à medição nos prazos marcados pelo Governo, serão reputados caídos em comisso e perderão por isso o direito que tenham a serem preenchidos das terras concedidas por seus títulos ou por favor da presente Lei, conservando-o somente para serem mantidos na posse do terreno que ocuparem com efetiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculto.

Neste artigo 8º, *in fine*, se apura o reconhecimento incondicional da propriedade do posseiro, desde que, ocupado com efetiva cultura, e também é possível perceber que pelo artigo 5º é facultado ao posseiro legitimar a sua posse que tiver extensão maior, desde que adquirida por ocupação primária e tiver preenchendo ou em busca de preencher a condição de cultivo. É também, a possibilidade de legitimar a posse do latifúndio que estiver produzindo ou em vias de produzir.

Art. 9º Não obstante os prazos que forem marcados, o Governo mandará proceder à medição das terras devolutas,

⁶²Esta legislação é citada com base in: LACERDA, M. Linhares. Op. cit., p. 119 e seguintes.

respeitando-se no ato da medição os limites das concessões e posses que se acharem nas circunstâncias dos Arts. 4º e 5º.

Qualquer oposição que haja da parte dos possuidores não impedirá a medição; mas, ultimada esta, se continuará vista aos oponentes para deduzirem seus embargos em termo breve.

As questões judiciárias entre os mesmos possuidores não impedirão tampouco as diligências tendentes à execução da presente Lei.

Art. 10 O Governo proverá o modo prático de extremar o domínio público do particular, segundo as regras acima estabelecidas, incumbindo a sua execução às autoridades que julgar mais convenientes, ou a comissários especiais, os quais procederão administrativamente, fazendo decidir por árbitros as questões e dúvidas de fato, e dando de suas próprias decisões recurso para o Presidente da Província do qual o haverá também para o Governo.

O artigo 65 do atual Código Civil, no sentido da divisão das terras públicas e particulares, afirma que: "São públicos os bens do domínio nacional pertencentes à União, aos Estados, ou aos Municípios. Todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem."

Art. 11 Os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por efeito desta Lei, e sem eles não poderão hipotecar os mesmos terrenos, nem aliená-los de qualquer modo. Esses títulos serão passados pelas Repartições Provinciais que o Governo designar, pagando-se 5\$000 de direitos de Chancelaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de quinhentas braças por lado, e outro tanto por cada igual quadrado que de mais contiver a posse; e além disso 4\$000 do feito sem mais emolumentos ou sêlos.

Este artigo trata da legitimação da posse pelo aspecto da obtenção do título; isto é válido mesmo para aquelas posses que não estavam sujeitas ao comisso pelo

artigo 8º, *in fine*, visto que deveriam ser legitimadas pela retirada do título sob pena de não poder aliená-las, ou hipotecá-las.

Art. 12 O Governo reservará das terras devolutas, as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas e quaisquer servidões e assento de estabelecimentos públicos; 3º, para a construção naval.

Inúmeros Avisos foram destinados à colonização dos indígenas, mas é possível perceber que muitos deles trataram de extinguir os aldeamentos, ordenando a venda destas terras.⁶³

Art. 13 O mesmo Governo fará organizar por freguesias o registro das terras possuídas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas e penas àqueles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declarações, ou as fizerem inexatas.

Este artigo possibilitou a criação da figura do "Registro do Vigário" pelo Regulamento de 1854 em cada freguesia. O Regulamento nº 1.318 de 1854 trata nos artigos 91 a 102 "Do Registro das Terras Possuídas", onde atribui aos Padres católicos a tarefa de receberem as declarações de posse, declarações estas feitas pelo próprio possuidor. Estas declarações eram registradas em livros que ficavam sob a guarda dos vigários das paróquias.

Visava-se, com a instituição do registro paroquial das terras, por ordem na situação caótica da época. Mesmo que o registro do vigário não tinha função cadastral, funcionou como importante órgão de informação e estatística.

⁶³ A relação destes Avisos pode ser verificado In: LACERDA, M. Linhares. Op. cit., p. 135.

Art. 14 Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta pública ou fora dela, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras, que houver de ser exposta à venda, guardadas as regras seguintes:

§ 1º A medição e divisão serão feitas quando o permitirem as circunstâncias locais, por linhas que corram de Norte a Sul conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em ângulos retos de maneira que formem lotes ou quadrados de quinhentas braças por lado demarcados convenientemente.

§ 2º Assim esses lotes como as sobras de terras em que se não puder verificar a divisão acima indicada serão vendidos separadamente sobre o preço mínimo, fixado antecipadamente e pago à vista de meio real, um real, real e meio e dois réis, por braça quadrada, segundo for a qualidade e situação dos mesmos lotes e sobras.

§ 3º A venda fora da hasta pública será feita pelo preço que se ajustar, nunca abaixo do mínimo fixado, segundo a qualidade e situação dos lotes e sobras, ante o Tribunal do Tesouro Público, com assistência do Chefe da Repartição das Terras na Província do Rio de Janeiro, e ante as Tesourarias, com assistência de um Delegado do dito Chefe, e com aprovação do respectivo Presidente nas outras Províncias do Império.

Estabelece o artigo 14 e parágrafos as inúmeras regras a serem observadas quando da medição e sua organização e venda das terras devolutas, visto que a partir desta lei não seriam mais concedidas de forma gratuita. A medição das terras, polêmica que se arrastava há muito tempo, foi feita, ou melhor, quando feita, foi realizada por engenheiros comissionados pelo Governo ou então por profissionais pagos pelos interessados. A questão é que "as normas referentes à demarcação permaneceriam sem sentido, dado que nunca houve meios de conseguir demarcadores para proceder às delimitações, determinadas no artigo 14 da lei 601.⁶⁴

⁶⁴PORTO, Costa. Op. cit., p. 186.

Art. 15 Os possuidores de terras de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras que lhe forem contíguas contanto que mostrem, pelo estado de sua lavoura ou criação que têm meios necessários para aproveitá-la.

Esta preferência de compra instituída pelo artigo acima ofereceu controvérsias no sentido de se referia-se ou não ao período anterior à Lei de Terras, o Aviso de 24 de setembro de 1877 impôs limitação, estabelecendo a validade desta cláusula preferencial apenas ao período posterior a Lei 601 até o Regulamento de 1854⁶⁵.

Art. 16 As terras devolutas que se venderem ficarão sempre sujeitas aos ônus seguintes:

§ 1º Ceder o terreno preciso para estradas públicas de uma povoação a outra ou algum porto de embarque, salvo o direito de indenização por benfeitorias e do terreno ocupado.

§ 2º Dar servidão gratuita aos vizinhos quando lhes for indispensável para saírem a uma estrada pública, povoação ou porto de embarque, e com indenização quando lhes for proveitosa, por encurtamento de um quarto ou mais de caminho.

§ 3º Consentir a tirada de águas desaproveitadas e a passagem delas, procedendo a indenização das benfeitorias e terreno ocupado.

§ 4º Sujeitar às disposições das Leis respectivas quaisquer minas que se descobrirem nas mesmas terras.

Como o artigo 12, o artigo 16 denota a preocupação do legislador, conforme Ruy Cirne Lima, com o futuro, e mais, não somente com o futuro imediato, mas também com o futuro remoto.

Art. 17 Os estrangeiros que comprarem terras e nelas se estabelecerem ou viverem à sua custa, exercer qualquer indústria

⁶⁵LACERDA, M. Linhares. Op. cit., p. 138.

no país, serão naturalizados, querendo, depois de dois anos, pela forma por que o foram os da colônia de S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da guarda nacional dentro do município.

A naturalização seguia normas como a solene declaração perante as Câmaras municipais e também de juramento de fidelidade à Constituição e demais leis do Império. Estas normas foram baixadas pelo Decreto nº 808-A, de 1855, pela Lei nº 939, de 1857 e pelo Aviso de 31 de agosto, também de 1857.⁶⁶

Art. 18 O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente, à custa do Tesouro certo número de colonos livres, para serem empregados pelo tempo que for marcado em estabelecimentos agrícolas ou nos trabalhos dirigidos pela administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem, tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem. Aos colonos assim importados são aplicáveis as disposições do artigos antecedentes.

Art. 19 Os produtos dos direitos de chancelaria e da venda de terras, de que tratam os artigos 11 e 14, será exclusivamente aplicado: 1º, à ulterior medição das terras devolutas; 2º, à importação de colonos livres, conforme o artigo precedente.

Art. 20 Enquanto o referido produto não for suficiente para as despesas a que é destinado, o Governo exigirá anualmente os créditos necessários para as mesmas despesas, às quais aplicará desde já as sobras que existirem dos créditos anteriormente dados à favor da colonização, e mais a soma de 200:000\$000.

Art. 21 Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessário Regulamento, uma Repartição especial que se denominará - Repartição Geral das Terras Públicas - que será encarregada de dirigir a medição, divisão e descrição das terras devolutas e sua conservação, de fiscalizar a venda, e distribuição delas, e de promover a colonização nacional e estrangeira.

⁶⁶De acordo com: LACERDA, M. Linhares. Op. cit., p. 139

A Repartição Geral das Terras Públicas foi estabelecida pelo Regulamento 1.318 de 1854. A Repartição funcionava na Corte sob as ordens do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, e funcionava nas Províncias por meio de seus Delegados.

Art. 22 O Governo fica autorizado igualmente a impor nos Regulamentos que fizer para a execução da presente Lei, penas de prisão até três meses e de multa até 200\$000.

Art. 23 Ficam derogadas todas as disposições em contrário.

Portanto, percebe-se que a Lei de Terras em 1850, é uma resposta jurídica à realidade fundiária do Brasil. Revalida as sesmarias; legitima as posses; conceitua terras devolutas, separando as terras do domínio público do particular; institui a obrigatoriedade da obtenção do título de propriedade; e ainda traça diretrizes quanto ao destino destas terras, inclusive por projetos de colonização. Enfim, a Lei de Terras veio colocar ordem em uma sociedade estruturada a partir da propriedade privada do solo.

4. A LEI DE TERRAS EM 1850 E O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO

A hipótese levantada neste capítulo no ponto anterior, por mais difícil que possa ser um recorte em que o propósito é apenas uma abordagem ao nível jurídico da questão, é sustentável. O problema colocado - por que a Lei de Terras em 1850? - pode ser perfeitamente respondido pela necessidade urgente, vide a codificação da sociedade civil brasileira ocorrida no século XIX, de pôr em ordem a situação de caos que se estabeleceu, quanto à propriedade privada da terra, desde a implementação do sistema sesmarial, com agravantes sucessivos no decorrer dos séculos, o que se percebe no curto período que antecedeu a Lei de Terras, no qual reinou o regime da simples posse. Fala-se "simples" posse no sentido de que ela é apenas uma situação de fato diante do direito de propriedade privada que confere ao titular destes enormes poderes.

Nem sempre uma tese sustenta toda a complexidade dos fatos. A realidade sempre é muito mais complexa, e diante deste pressuposto, acreditando que a tese acima é insuficiente, avançaremos no sentido de levantar, como hipótese a tal problema, a questão de que a Lei de Terras em 1850 significou a consolidação do capitalismo no campo, pela mercantilização da terra por um lado, e de outro, pela busca do estabelecimento de uma mão-de-obra livre para substituir o trabalho escravo.

No final do século XX não se coloca em dúvida a dominância do modo de produção capitalista na sociedade brasileira. Já quanto ao período colonial é possível criar uma boa discussão em torno de assunto tão importante, visto principalmente a

indefinição da estrutura econômica e social da época. Quanto ao século XIX, quando da construção de um Estado nacional, a sociedade brasileira estava recebendo as cinzas dos dois vulcões: a revolução francesa e a revolução industrial inglesa.

O século XIX marca como sendo o período da consolidação do modo de produção capitalista no Brasil. Período de consolidação visto que ainda não era o antagonismo de classe entre os capitalistas e o proletariado assalariado que moveu o século passado, e sim relações entre agricultores capitalistas que obtinham a extração da mais valia pelo uso do trabalho escravo, sob os auspícios de um Estado absolutista, enquanto dominação exercida de cunho tradicional patrimonial, sendo açoitado pelas idéias de Estados liberais-constitucionais.

Partindo do pressuposto de que podemos estudar e compreender melhor a sociedade brasileira a partir de uma abordagem jurídica da questão agrária, devemos então "investigar se e como o capital se apodera da agricultura, a revoluciona, se e como arruina as antigas formas de produção e de propriedade e cria a necessidade de novas formas."⁶⁷

Na cidade, local onde se estabelece a indústria, desenvolveu-se, e por intermédio desta última, o sistema de produção capitalista. No Brasil o processo da produção capitalista desenvolveu-se diferentemente da Europa em dois sentidos: em primeiro lugar, na colônia brasileira a produção capitalista se inicia no meio rural, e mais, com a agricultura, sendo esta assentada no cultivo de produtos em larga escala, em forma de monocultura, destinados ao mercado externo; em segundo lugar, no

⁶⁷KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária. Primeira Parte: a evolução da agricultura na sociedade capitalista.* Porto: Portucalense, 1972. Vol I, p. 21.

Brasil não se criou uma massa de trabalhadores livres para tocar esta produção rural, neste, durante quase quatro séculos, o trabalho escravo predominou.

Com razão avalia Kautsky, que "o sistema de produção capitalista desenvolve-se em regra (com exceção de algumas colônias) (grifo meu) em primeiro lugar nas cidades, em primeiro lugar na indústria. A maior parte das vezes a agricultura escapa durante muito tempo à sua influência. Mas a evolução industrial já conseguiu modificar o caráter da produção agrícola."⁶⁸

Assim, o desenvolvimento do sistema de produção capitalista brasileiro foge à regra. Diríamos mais, chega a ser ambíguo o seu desenvolvimento na sociedade brasileira, mas nem por isso ela escapou incólume das revoluções "urbanas" ocorridas na Europa, num mundo ainda "rural". Daí que a Lei 601 conseguiu reunir ao mesmo tempo temas jurídicos diversos, estreitamente vinculados na época, como a propriedade privada, tanto pública quanto particular, da terra, como também o tema da imigração e colonização. É um mundo rural que já tinha caminhado no sentido da produção capitalista, açoitado pelas revoluções urbanas.

Na Idade Média foi o capital comercial, depois somando-se a ele, o capital industrial, que destruíram a estrutura econômica e social agrícola montada sobre a família do camponês. Da economia natural, doméstica, o camponês foi obrigado a colocar a produção do seu trabalho no mercado. Fazia-se de seus produtos mercadorias: "assim, o camponês acabou por ser forçado a tornar-se aquilo que hoje se

⁶⁸KAUTSKY, Karl. Op. cit., P. 23.

entende por camponês, mas que ao princípio não foi de modo algum: um puro agricultor."⁶⁹

No Brasil, a agricultura estava montada, desde o século XVI, sobre a grande propriedade monocultora/exportadora, a produção era toda colocada no mercado internacional, situação esta que resulta das influências do capital comercial. Mesmo tendo este caráter capitalista, a agricultura brasileira tinha uma outra característica de suma importância: estava assentada sobre o trabalho escravo. Assim, quando o capital industrial se internacionaliza, encontra no Brasil esta situação limitadora de sua expansão.

Situação não única, visto que nas demais colônias existentes o sistema de produção também estava centrado na mão-de-obra escrava, mas diferente da realidade européia, onde este capital industrial tem sua origem.

A produção agrícola brasileira, desde o século XVI estava a produzir mercadorias. Aqui não ocorreu o estágio primitivo da venda direta da produção pelo produtor ao consumidor. A figura do comerciante português, confundida sempre na figura de usurário, mantinha sob o pacto colonial o monopólio da compra e venda da produção, intermediando a relação entre produtor estabelecido na colônia e consumidor metropolitano.

Com a subordinação do camponês ao mercado, ao comerciante, sempre paira a possibilidade daquele perder seu principal meio de produção - a terra. No Brasil

⁶⁹KAUTSKY, Karl. Op. cit., p. 27.

colonial, e depois quando Estado soberano, a terra nunca representou o principal meio de produção. Concorria com ela o escravo.

Quanto à terra, ela irá sofrer mudança significativa com o advento da Lei 601. Reza o artigo 1º, que a partir de então só é possível sua aquisição pela compra. Contraste com a situação anterior das concessões gratuitas e das posses, que conferia um caráter de propriedade privada, mas não de mercadoria à terra. A produção agrícola estava absorvida pelo mercado; agora é a terra que é colocada, no nível jurídico, como mercadoria. O artigo 1º da referida lei é sinônimo da mercantilização da terra.

A propriedade privada da terra já estava sedimentada juridicamente no artigo 179 da Constituição Política do Império de 1824:

"A inviolabilidade dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte:

(...) XXII - É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso e emprego da Propriedade do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A Lei marcará os casos, em que terá lugar esta única exceção, e dará as regras para se determinar a indenização.⁷⁰"

⁷⁰BRASIL, *Constituições Brasileiras: Império e República*. 1. ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1978. p. 550 e 552.

Estes preceitos legais vieram a somar-se aos costumes vigentes no Brasil colonial, visto que já é "(...) tradição de séculos, definitivamente assentada quanto a conceder e distribuir as terras devolutas em propriedade."⁷¹

Como ensina Paulo Bessa Antunes: "o capitalismo, ao rumar para o campo, necessita inicialmente que a terra se encontre sob o regime jurídico da propriedade privada individual e que a terra assuma um caráter de mercadoria."⁷² A "tradição de séculos" e a Constituição de 1824, encarregam-se de definir a propriedade privada individual; a Lei 601, em seu primeiro artigo, dá um passo adiante, confere a terra o caráter de mercadoria.

Assim, "no regime da propriedade privada do solo e da produção de mercadorias na agricultura, as próprias parcelas de terra tornam-se mercadorias. Quando os meios de produção se tornam capital, tenta-se considerar também o solo como um capital. Ora, isto é falso: por mais que se continue a dar ao solo o nome de capital, o proprietário fundiário não ganha com isso nem mais um centavo. Sem dúvida que a sua propriedade fundiária se tornou uma mercadoria, com um preço e um valor comercial determinado. Mas este valor obedece a leis completamente diferentes das do valor mercantil ordinário. O solo não é um produto do trabalho humano: o seu preço não é, portanto, determinado pelo trabalho necessário à produção nem tão-pouco pelas despesas de produção. É determinado pela renda fundiária."⁷³

⁷¹ LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 66.

⁷² ANTUNES, Paulo Bessa. Op. cit., P. 70.

⁷³ KAUSTKY, Karl. Op. cit., p. 115. Atentar ainda para não confundir a renda fundiária capitalista com as rendas obtidas pelo senhor da terra, no feudalismo, sobre os camponeses. No feudalismo o senhor feudal respondia, em troca destas rendas, com importantes funções, que foram mais tarde absorvidas pelo Estado. "Para embolsar a renda fundiária, o título de propriedade do proprietário fundiário basta. Quando aluga a sua propriedade, não há necessidade de mexer um dedo para assegurar o rendimento da renda fundiária." Mesma obra e autor p.112.

Neste sentido, para reafirmar, "a terra não é produto de trabalho humano, (...) a propriedade fundiária (...) é uma relação social, juridicamente cristalizada, tendo por objeto a criação e (ou) a capitalização de um sobretrabalho. Uma relação social em si também não pode possuir valor e preço. O preço de venda da terra é, portanto, o preço que o adquirente pagará pela apropriação futura de sobretrabalho que será passado ao novo proprietário sob a forma de renda fundiária."⁷⁴

Atentos a estas particularidades quanto à terra, enquanto meio de produção mercantilizado, é necessário ainda perceber que a renda fundiária pré-capitalista se divide em outras formas além do preço da terra: a) **renda-trabalho** é aquela correspondente ao sobretrabalho, isto é, o produtor direto divide seu trabalho em duas partes, uma para atender à necessidade própria e de sua família (Trabalho Necessário), a outra parte para o proprietário das terras (Sobretrabalho); b) a **renda-produto** é a apropriação de parte da produção por parte do proprietário das terras; c) **renda-dinheiro** é a apropriação monetária sobre a produção, isto é, o próprio produtor comercializa a sua produção e entrega parte monetária ao proprietário fundiário. Cada uma dessas rendas corresponde a um nível mais elevado do desenvolvimento das forças produtivas.

Posto isto de forma sumária, como a terra, por força da Lei 601, artigo 1º, transforma-se "juridicamente" em mercadoria, vamos ver a importância que possui o artigo 11, desta mesma lei, que afirma que os posseiros serão obrigados a tirar títulos das terras para que possam vir a aliená-las, ou hipotecá-las.

⁷⁴GUTELMAN, Michel. *Structures et Réformes Agraires - Instruments Pour L'Analyses*. In ANTUNES, Paulo Bessa. Op. cit., p. 69.

A hipoteca de bens imóveis rurais, enquanto instituição jurídica, confere à terra um caráter capitalista. É mais um passo na consolidação do modo de produção capitalista na sociedade brasileira do século XIX.

Vejamos: a propriedade privada da terra torna os detentores destes títulos em agentes que podem obter lucros soberbos controlando a produção e travar o avanço do capitalismo no campo, pelo fato de manterem este monopólio da propriedade fundiária.

A hipoteca é um direito real, direito que investe a pessoa sobre a coisa, e que esta coisa, ou melhor o direito sobre esta, é entregue ao credor como garantia da dívida contraída pelo devedor proprietário. A hipoteca confere ao credor, de um lado, uma segurança jurídica muito grande, visto que seu direito é oponível erga omnes, e do outro, o devedor pode continuar na posse do imóvel rural. A hipoteca confere assim agilidade nas transações econômicas. O contraente do débito permanece no imóvel e o credor tem em garantia a propriedade daquele.

Na corrida em busca da codificação da sociedade civil por parte do Estado recém soberano, foram inúmeras as leis que tentaram pôr em ordem o instituto da hipoteca, devido à importância que assume nas relações do século XIX. A título de exemplo, reformando o sistema hipotecário, tivemos a Lei nº 317 de 1843, regulamentada pelo decreto nº 842 de 1846. Mais tarde, foram realizadas novas alterações com a Lei nº 1.237, de 1864, regulamentada no ano seguinte pelo Decreto nº 3.423.⁷⁵

⁷⁵Conforme: ANTUNES, Paulo Bessa. Op. cit., p. 72.

O século passado foi marcado pela violenta expansão da cultura do café, tanto que "modificou o panorama da economia rural do país, exigindo, entre outras medidas para a sua crescente expansão, novas fontes de crédito. (...) Na década de 1851-1860, fundaram-se 21 (vinte e uma) casas bancárias no Brasil, para o atendimento das novas necessidades de crédito e financiamento."⁷⁶

A violenta expansão à grave crise do café de 1863, levou o Governo imperial a editar a nova Lei hipotecária nº 1.237 de 1864. Esta última reforma acontece coincidentemente no período da crise cafeeira de 1863.

Sabemos quão necessário é o capital para pôr a agricultura a produzir, e este estava concentrado nas mãos da burguesia comercial, num primeiro momento, sendo que no seguinte passa a estar concentrado predominantemente junto à burguesia industrial. Uma das formas, no caso jurídica, que esta burguesia encontrou para quebrar com o poder dos proprietários fundiários foi a hipoteca. A hipoteca proporciona, neste caso, a medida jurídica, com implicações econômicas, ideal.

A crise do café impossibilitou os agricultores de saldar as dívidas contraídas junto aos fonecedores de créditos. O instituto da hipoteca vem em socorro destes últimos, protegendo os capitalistas credores.

Assim, a Lei de Terras, no seu artigo 11, dá sua contribuição para a consolidação das novas relações capitalistas, tanto que "os nossos agricultores que, na realidade, exercem funções capitalistas, comprazem-se em indignar-se contra os que exploram por meio do 'capital móvel', particularmente contra os credores hipotecários

⁷⁶SODERO, Fernando Pereira. Op. cit., p. 62.

que, na realidade, têm o mesmo papel económico que, (...) o proprietário fundiário. Em todos os países civilizados, constatamos um rápido crescimento das dívidas hipotecárias."⁷⁷

Percebe-se então que a Lei de Terras, através de seu artigo 1º, torna a terra mercadoria, isto no nível jurídico, e pelo artigo 11 confere a ela uma inserção, com maiores garantias, nas relações estabelecidas entre os proprietários fundiários e os capitalistas urbanos financiadores de suas atividades no modo de produção capitalista.

Há ainda, outras conseqüências decorrentes do artigo 1º da Lei de Terras. Além de estabelecer que as terras doravante só poderão ser adquiridas pela compra, afasta os imigrantes pobres, e futuramente os ex-escravos, da possibilidade de ter acesso à terra própria. Afasta-os da possível condição de pequenos produtores rurais.

Se temos na realidade brasileira do século XIX, simbolicamente, a terra como uma moeda, devido ao fato que a agricultura manteve-se neste período como atividade econômica dominante, temos numa das faces desta moeda a questão da escravidão, e na outra, em decorrência do fim desta, o imigrante como mão-de-obra livre. Sobre esta moeda, com suas faces, é que circulará em síntese a problemática em torno da Lei de Terras.

A escravidão no Brasil sempre esteve inserida no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, e no período de sua consolidação, no século XIX, ela aparece com todas as suas contradições. É a etapa escravista subordinada ao

⁷⁷KAUTSKY, Karl. Op. cit., p. 122.

capitalismo mundial com o desmoronamento do pacto colonial provocado pela dupla revolução.

Pelo Tratado de Aliança e Amizade, celebrado entre o Portugal e a Inglaterra em 1810, o Governo português se comprometia a abolir gradualmente o tráfico negreiro. Em 1817, através da Convenção Adicional, Portugal passou a aceitar o direito inglês de vista e de busca nos seus navios. Imposição bancada pelo poderio naval e financeiro da Inglaterra, mas o tráfico negreiro, escudado pelo Estado brasileiro "resistirá tenazmente", tanto que não surtirão até 1850 maiores efeitos estas imposições inglesas.⁷⁸

A situação, levada de tratado em tratado, foi se tornando crítica. Agravou-se contudo a partir do Aberdeen Act de 1845 e que resultou na Lei Eusébio de Queirós, Lei 581 de 04 de setembro de 1850, quatorze dias antes da promulgação da Lei de Terras, que aboliu definitivamente o tráfico negreiro.

A pressão internacional para pôr fim ao tráfico negreiro repercutiu junto aos proprietários brasileiros, tanto que, "importaram" entre 1801 e 1850, 1.600.000 escravos, número que superou todas as importações dos séculos anteriores. O preço do escravo em decorrência deste processo também subiu.⁷⁹

⁷⁸Neste sentido "a repressão, apesar do direito de vista em alto mar, lutava com uma grande dificuldade: é que os navios negreiros, quando se viam apossados pelo inimigo e não lhe podiam escapar, lançavam ao mar sua carga humana, destruindo assim o corpo de delito comprometedor, e inocentando-se com isto perante os tribunais internacionais que os deviam julgar. (...) Os escravos atirados ao mar iam com pesadas pedras atadas ao pescoço a fim de submergirem logo e não serem avistados." PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 149.

⁷⁹Dados fornecidos por ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de. Op. Cit. p. 290.

Dados com valores diferentes, mas não menos significativos podem observar-se em: PANINI, Carmela. *Reforma Agrária: dentro ou fora da lei*. p. 30 e 31.

Estabeleceu-se então um tráfico interprovincial, das províncias do nordeste com destino ao sudeste. O nordeste estava em declínio econômico devido à perda de importância econômica do açúcar e também devido à concorrência internacional, enquanto que no sudeste a economia estava em ascensão pela valorização do café no mercado internacional, o qual se tornará o principal produto de exportação brasileiro. Assim, "nas regiões produtoras em crise, o valor econômico do escravo transferiu-se do setor da produção para o do intercâmbio. Tornou-se, assim, uma mercadoria de especulação cuja área consumidora passou a se concentrar no Sudeste cafeeiro, onde o alto índice de rendas permitia a sua aquisição."⁸⁰

O café necessitava cada vez mais de braços. Instalada a cultura do café primeiramente nos arredores do Rio de Janeiro, invadiu a região do Rio Paraíba, estendeu-se a São Paulo - em Campinas, Oeste Velho, e ao Oeste Novo, região de Ribeirão Preto. Em 1820 a produção de café atingiu a cifra de 100.000 sacas, uma década depois passou a ser de 400.000, aumentando para cerca de dois milhões em 1861.⁸¹

Esta produção foi obtida graças aos pesados investimentos feitos no setor primário, sendo que parte significativa destes investimentos era destinada à compra do trabalhador escravo, situação que levou ao endividamento cada vez maior da classe proprietária fundiária junto à burguesia capitalista fornecedora dos créditos. Neste sentido Eusébio de Queirós, que emprestou seu nome a lei que pôs fim ao tráfico

⁸⁰ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Op. cit., p. 291.

⁸¹Estes dados são fornecidos por: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Op. cit., p. 268. Conforme PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 160.

negreiro, se pronunciava: "assim, a nossa propriedade territorial ia passando das mãos dos agricultores para os especuladores e traficantes."⁸²

O fim do tráfico negreiro faz com que toda aquela massa de capital investido anualmente na compra do escravo se destine a outras atividades na economia brasileira. Do desenvolvimento da lavoura cafeeira, das exportações do produto e da inversão de capitais, proporcionado pelo fim do tráfico negreiro, há um crescimento rápido da economia brasileira.⁸³

A abolição do tráfico negreiro em 1850 se deu, principalmente, pelas pressões impostas pelo capitalismo inglês. A burguesia industrial inglesa tinha interesse no fim do tráfico, visava com ele transferir o capital investido neste comércio para outros setores, como o industrial e o de serviços, e também porque o fim da escravidão, que dependia do tráfico constante, limitaria as possibilidades de competição dos produtos brasileiros no mercado agora já internacional. Mais: a revolução industrial inglesa fez com que sua burguesia buscasse novos mercados, sendo necessária ainda a ampliação do mercado consumidor. O escravo significa um mercado consumidor restrito, estagnado. O escravo não é consumidor, devido à condição material a que está submetido, dos novos produtos colocados pela indústria capitalista no mercado.

Eram estas as causas principais que levaram à abolição do tráfico negreiro, sendo que estas contavam ainda com os apelos filantrópicos, mas como diz Caio

⁸²Pronunciamento de Eusébio de Queirós in: ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de. Op. cit., p. 291.

⁸³Sobre o meio circulante, a comissão de inquérito da Câmara se pronuncia pelo seu relatório de 1860: "Este fato (a supressão do tráfico), como é sabido, teve um imenso alcance, mudando completamente a face das coisas na agricultura, no comércio, na indústria. Os capitais que eram empregados nestas ilícitas transações afluíram à praça, do que resultou uma baixa considerável nos descontos; o dinheiro abundava e uma subida extraordinária teve lugar nos preços das ações de quase todas as companhias". NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. II, p. 255. In: PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Império*. Op. cit., p. 93.

Prado Júnior: "o que as contingências históricas destinam ao desaparecimento não tarda em perder sua base moral."⁸⁴

Portanto, "com a abolição do tráfico de escravos encerra-se a fase de transição que se estende desde a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Ela será o último toque desta série de reformas consideráveis que se sucedem desde aquele momento e inteiramente submetida ao exclusivismo mercantil da metrópole portuguesa, em Estado soberano, aberto à livre concorrência internacional."⁸⁵

As duas leis de setembro de 1850, Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras, estão estreitamente relacionadas, tanto que "a Lei de Terras modifica fundamentalmente a economia agrária do Império. No período escravista o poder aquisitivo e creditício era medido, especialmente, pela propriedade de escravos. O valor do crédito dos produtos não recaia na sua produção mas na sua capacidade de produzir que eram os escravos. As terras, eram, dada a sua abundância, um bem desprovido de valor real. Estabelecendo para a terra o valor venal (grifo meu), a Lei 601 de 1850, dava início à destruição do sistema econômico escravista. O escravo deixa de ser valor hipotecável e, portanto, patrimonial, preferencialmente."⁸⁶

⁸⁴PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 147. Neste sentido temos que a "Igreja, no período, faz o elo moral necessário com o Estado, deixando todas as consciências (?) brasileiras absolutamente livres para aceitar com normalidade a escravidão negra. O próprio clero e congregações eram grandes importadores de escravos africanos. Desde a colonização do Brasil, padres católicos, especialmente, foram grandes defensores da escravidão e, somente em 1885, já às vésperas da abolição, o clero se manifesta contra os abusos 'dos senhores e não contra a escravidão'. IN: BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. *Direito e Relações Raciais: Uma Introdução Crítica ao Racismo*. Florianópolis: CPGD/UFSC (Dissertação de Mestrado). p. 34. Em relação aos abusos dos senhores contra seus escravos e dos conselhos aos primeiros quanto à forma de tratar os escravos ver obra, do ano de 1700, do padre BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

⁸⁵PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p. 153.

⁸⁶BERTÚLIO, Dora Lucia de Lima. Op. cit., p. 67.

Desta forma, vista uma das faces da moeda, o trabalho escravo na base da nossa agricultura, surge a questão: quem o substituirá?

A Lei de Terras espelha esta preocupação quando trata da colonização. Posto que a terra, enquanto meio de produção, torna-se mercadoria, o escravo deixa de ser o outro meio de produção importante, senão fundamental na sociedade agrícola escravista, devido a sua extinção futura. A mão-de-obra livre se assenhora no horizonte, soprada pelos ventos da dupla revolução.

A Lei de Terras de 1850 dispõe a respeito das terras devolutas do Império, que doravante serão cedidas exclusivamente a título oneroso, das terras dos particulares, em sesmarias ou em posses, e regula também quanto ao processo de colonização estrangeira das terras brasileiras.

O artigo 1º estabelece: aquisição da terra somente pela compra, o artigo 14 acrescenta: o Governo fica autorizado a vender as terras devolutas, depois de medidas e demarcadas, e fixa o valor de venda desta terras.

O artigo 17 trata da naturalização dos estrangeiros e o artigo 18 é claro:

"O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente, à custa do Tesouro, certo número de colonos livres, para serem empregados pelo tempo que for marcado em estabelecimentos agrícolas ou nos trabalhos dirigidos pela administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem, tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem. Aos colonos assim importados são aplicáveis as disposições do artigos antecedente."

O artigo 18 da Lei 601 ficou assim redigido, mas para entendermos com profundidade o seu teor é necessário que façamos um breve retrospecto. Os Avisos de 1842, de 6 de junho e 8 de julho, solicitavam a elaboração de propostas de legislação para regular sobre sesmarias e colonização estrangeira.

Desta dupla solicitação, a seção, composta por Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro, apresentou uma única proposta, que englobava os dois temas: a terra e a colonização. Estavam vinculados os dois problemas em um só projeto.

Quanto ao problema da colonização, leia-se: criação de mão-de-obra livre através da imigração para substituição do braço escravo. Tanto que estava claro que "o principal objeto da seção é promover a imigração de trabalhadores pobres, moços e robustos".⁸⁷

A classe escravista, na eminência do fim do tráfico negreiro, isto já em 1842, preocupa-se com a redução drástica da mão-de-obra que havia, comprometendo assim a agricultura, principal atividade e que requeria muitos braços. Esta preocupação era acentuada pelo fato de que o modo de aquisição da propriedade fundiária ocorria pela simples posse nesse período. Assim, os estrangeiros que viessem para o Brasil teriam a possibilidade de facilmente se estabelecerem pela ocupação das terras, dificultando com isso a obtenção da tão necessária mão-de-obra livre para substituir a escrava.

⁸⁷CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. p. 85.

Fato que não se escondia, tanto que o parecer do Conselho de Estado de 1842 é claro: "Um dos benefícios da providencia que a Secção tem a honra de propôr a Vossa Magestade Imperial é tornar mais custosa a aquisição de terras ... Como a profusão em datas de terras tem, mais que outras causas, contribuido para a difficuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres é seu parecer que d'ora em diante sejam as terras vendidas sem excepção alguma. Augmentando-se assim, o valor das terras e dificultando-se consequentemente, a sua aquisição, é de se esperar que o immigrado pobre alugue o seu trabalho effectivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário".⁸⁸

O projeto e este parecer tinham inspiração no folheto: *A Letter from Sydney*, de 1829, de E. G. Wakefield. Tratava-se de proposta para a Austrália em vias de ser colonizada, onde as terras eram abundantes e fáceis de apropriação, resultando com isso em escassa mão-de-obra. Marx inclusive, em *O Capital*, analisou a proposta feita por Wakefield.⁸⁹

O sistema de colonização proposto por Wakefield seguia estes postulados:

a) a questão de tornar prospera uma colônia, no caso brasileiro um Estado soberano, depende da abundância da mão-de-obra concentrada em mãos dos capitalistas na proporção do território ocupado;

⁸⁸Consultas do Conselho de Estado sobre Asumptos da Competência do Ministerio do Imperio, colligidas e publicadas por ordem do governo por Joaquim José da Costa Medeiros e Albuquerque, Rio de Janeiro, 1838, p. 71 e seg. IN: LIMA, Ruy Cirne. Op. Cit. p. 82.

⁸⁹Ver em: MARX, Karl. *O Capital - Critica da Economia Política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Volume I, Livro Primeiro, Tomo 2. p. 295 a 302.

- b) para obter abundância, quanto ao fator mão-de-obra, é recomendada a importação de trabalhadores das metrópoles, devendo-se obrigá-los a trabalhar durante dois ou três anos no mínimo como empregados;
- c) levar em consideração o princípio *at a sufficiently high price*, para afastar os imigrantes, pelo alto preço, da propriedade privada da terra;
- d) como as terras devolutas serão doravante vendidas, este produto da venda deve ser investido em um fundo de imigração, que tem por finalidade custear as despesas com a vinda dos imigrantes. Expresso esta idéia no princípio de um *self-supporting system*, um sistema que se auto-sustentava. Era uma tentativa de manter em equilíbrio a relação entre a quantidade de terras cultivadas, a quantidade da mão-de-obra e o capital investido;
- e) com exceção do tamanho da área, o preço das terras (alto), deve ser uniforme e fixo, para tanto deveria ser vedada a venda de terras em hasta pública.⁹⁰

Tendo estas premissas sido assimiladas de forma clara pelos responsáveis pela apresentação da proposta de legislação a respeito das sesmarias e da colonização, foram unidos os dois problemas em torno de um só projeto.

Note-se ainda que duas décadas antes, o patriarca da Independência - José Bonifácio - tinha proposto uma revisão da estrutura agrária do país. Bonifácio

⁹⁰Postulados extraídos da exposição de LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 81.

propunha, em 1821, tal mudança em bases que de certa forma assemelham-se à proposta que será feita futuramente por Wakefield.⁹¹

O sistema proposto por Wakefield estava devidamente assimilado, tanto que o projeto da seção, composto por dez artigos, proibia a distribuição das terras pela forma gratuita, e vedava aos "estrangeiros que tivessem suas passagens financiadas pelo governo ou por particulares de comprar ou aforar terras, ou comerciar, antes de três anos após a chegada"⁹², entre outras medidas que espelhavam a influência de Wakefield.

⁹¹ José Bonifácio propôs em 1821:

"II - Considerando quanto convém ao Brasil em geral, e a esta Província de São Paulo, em particular, que haja uma nova legislação sobre as chamadas sesmarias, que, sem aumentar, a agricultura, como se pretendia, antes tem estreitado e dificultado a povoação progressiva e unida, porquanto há sesmarias de 6, 8 e mais léguas quadradas, possuídas por homens sem cabedais e sem escravos, que não só as não cultivam, mas nem sequer as vendem e repartem por quem melhor as saiba aproveitar, originando-se daqui que as povoações do sertão se acham muito espalhadas e isoladas por causa dos imensos terrenos de permeio, que se não podem repartir e cultivar por serem sesmarias, seguindo-se também daqui viver a gente do campo dispersa e como feras no meio de brenhas e matos, com sumo prejuízo da administração da justiça e da civilização do país, parece-nos por estas razões muito conveniente, seguindo-se o espírito da Lei do Sr. D. Fernando sobre esta matéria, que serviu de fonte ao que está determinado na Ordenação, Livro 4º, Título 43, que se legisle, pouco mais ou menos, o seguinte:

I - Que todas as terras, que forem dadas por sesmaria e que não se acharem cultivadas, entrem outra vez na massa dos bens nacionais, deixando-se somente aos donos das terras, meia légua quadrada, quando muito, com a condição de começarem logo a cultivá-las em tempo determinado que parecer justo.

II - Que os que têm feito suas as terras só por mera posse, e não por título legal, as hajam de perder, exceto o terreno que já tiverem cultivado, e mais 400 jeiras académicas, para poderem estender a sua cultura, determinando-se-lhe, para isto, tempo prefixo.

III - Que de todas as terras, que reverterem por este modo à Nação e de todas as outras que estiverem vagas, não se dêem mais sesmarias gratuitas senão aos poucos casos abaixo apontados, mas se vendam em porções ou lotes que nunca possam exceder de meia légua quadrada, avaliando-se segundo a natureza e a bondade das terras, a jeira académica de 400 braças quadradas, de 60 réis para cima, e procedendo-se à demarcação legal.

IV - Que haja uma caixa ou cofre em que se recolha o produto destas vendas, que será empregado em favorecer a colonização de europeus pobres, índios, mulatos e negros forros, a quem se dará de sesmarias pequenas porções de terreno para o cultivarem e se estabelecerem. (...) In: SODERO, Fernando Pereira. Op. cit., p. 38 e 39.

⁹² CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras*. Op. cit., p. 86.

do sistema q. se auto-sustentava

Para assegurar o êxito do self-supporting system, o projeto da seção foi alterado pelo Conselho Pleno, basicamente, no sentido de introduzir um imposto territorial de 1\$500 incidente sobre meio quarto de légua em quadra (a légua quadrada correspondia a 4.356 ha). A pena para o inadimplente era drástico: perda da terra para o Estado se não recolhesse o imposto pelo prazo de três anos.

O projeto de Rodrigues Torres, apresentado como ministerial à Câmara em 1843, continha 29 artigos e mantinha, em regra, as idéias fundamentais com base nos pressupostos firmados por Wakefield.

Os debates na Câmara foram intensos. 28 dos deputados, do total de 101, se envolveram na questão e proferiram 114 discursos. Eram unânimes os deputados quanto ao problema da carestia da mão-de-obra, expressa nas palavras de Rodrigues Torres: "a agricultura vai definhando por falta de braços".⁹³

Essa unanimidade não ocorria em torno dos meios econômicos para promover a "importação" da mão-de-obra livre e em torno das mudanças que o projeto traria à propriedade da terra.

O projeto era radical quanto à propriedade privada da terra, como podemos ver no caso da medição e titulação das terras, no processo de revalidação das sesmarias e no de legitimação das posses, impondo pena a quem não cumprisse com estes requisitos, da perda da terra pela expropriação estatal. Fera-se assim, inclusive, o artigo 179, inciso XXII, da Constituição Imperial, em que se abria uma única exceção

⁹³Quanto aos pronunciamentos dos deputados em 1843, ver em CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras*. Op. cit., p. 87 e seguintes.

ao direito pleno da propriedade privada. Neste sentido a Lei de Terras suavizou o projeto impondo apenas multa a quem não a registrasse dentro dos prazos. Mantinha-se o direito de propriedade em toda a sua plenitude.

Ameaça a propriedade foi também a proposta de limitação do tamanho da área a ser legitimada, o que causou polêmica na Câmara, levando Rodrigues Torres a transacionar com os opositores no sentido de reconhecer toda a posse, independente do seu tamanho, desde que a posse fosse mansa e pacífica e superior a vinte anos. O que ocorreu, com a aprovação da Lei de Terras, foi a manutenção do limite da área da posse, artigo 5º, § 1º, mas em compensação aumentou-se o tamanho permitido das posses para uma sesmaria de cultura, que representa 4.356 hectares, ou de criação, que corresponde a 13.068 hectares.

Estas foram as principais questões levantadas em relação a propriedade da terra, quando do debate na Câmara. Quanto aos meios econômicos para promover a vinda dos imigrantes, de mão-de-obra livre, a questão que surgiu girava em torno do seguinte: quem vai pagar a conta desta importação?

O princípio do *self-supporting system* teria que ser incrementado com a cobrança do imposto territorial para a sua viabilização. O projeto da seção previa a cobrança de 1\$500 por meio quarto de légua em quadra. Na Câmara foi baixado para 125 réis o imposto territorial para as terras de criação, e por fim foi eliminado tal imposto no Senado.

Estava claro que os proprietários escravistas, os principais interessados, não queriam pagar a conta, junto com o valor das terras devolutas postas a venda, da importação de trabalhadores livres.

O que ocorreu foi que os proprietários do Rio de Janeiro tinham preocupações imediatas devido às conseqüências que adviriam da falta da mão-de-obra para tocar os cafezais, quando estes estavam avançando, na época, pelo vale do Rio Paraíba. Eram os proprietários do Rio de Janeiro que tinham maiores interesses na aprovação da Lei de Terras e "colonização" e o ponto de vista por eles defendido é que o custo do fornecimento do trabalho livre deveria ser socializado pela classe interessada, daí o imposto territorial rural defendidos por estes.

O processo de colonização visava basicamente a favorecer o setor produtivo ligado ao café, visto que colonização, estava às claras, significava mão-de-obra livre para operar os cafezais. Os produtores do Rio de Janeiro admitiam os custos que isto significava, mas tratava-se de aceitar estes custos para salvar a estrutura produtiva da grande lavoura de um colapso.

A oposição a esta idéia vinha de São Paulo e Minas Gerais, onde o problema da mão-de-obra não era grave devido à pequena expansão da lavoura do café e também porque a legalização das terras implicava um ônus maior a estes proprietários, visto que esta região é de ocupação mais recente, comparada com a região do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma oposição interna, dentro da própria classe proprietária escravista.

O partido liberal tinha em sua composição muitas pessoas ligadas ao setor produtivo de São Paulo e Minas Gerais. O partido conservador, pelo contrário, sofria influência maior dos proprietários do Rio de Janeiro. Isto explica o início do processo de feitura da Lei de Terras pelos conservadores em 1842, quando estes se encontravam no poder, e sua conseqüente paralisação no período de 1844 a 1848, quando os

liberais detinham o comando político. Por fim, com a volta dos conservadores em 1848, o projeto ganha novo impulso e é aprovado em 1850.

Suprimido o imposto territorial, na Lei de Terras, socializaram-se os custos da importação de trabalhadores livres com toda a população. O projeto de Rodrigues Torres previa que todos os proprietários arcassem com os custos de tal empreendimento. A Lei de Terras, por omissão, socializou os prejuízos, o que não é nenhuma novidade se verificarmos o processo de indenização conferido aos proprietários escravistas quando da liberação de sua população escrava.⁹⁴

Podemos fazer uma divisão quanto a imigração européia para o Brasil, entre a colonização e a imigração subvencionada⁹⁵. A primeira se estabeleceu desde o início do século XIX, quando o imigrante recebia pequena propriedade rural em núcleos de colonização, sendo que esta não interessava aos proprietários escravistas de meados do século passado. A imigração subvencionada pelo Estado, onde este pagava a passagem, e ao contrário da colonização, introduzia o imigrante diretamente nas fazendas cafeeiras como trabalhador livre.

Assim, a imigração subvencionada e o fim do sistema escravista significam fatos interligados num processo mais amplo que foi a transformação do regime de trabalho no Brasil.

⁹⁴ A *Lei Visconde do Rio Branco - a Lei do Ventre Livre* -, foi aprovada em 1871 e previa uma indenização do proprietário, quando este libertava o escravo, no valor de 600 mil réis. Foi estabelecido também por esta Lei um *Fundo de Emancipação* para garantir a libertação de certo número de escravos por ano além de bancar o valor da indenização aos proprietários. Mais sobre o processo ver em: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Op. cit., p. 290 e seqs.

⁹⁵ Divisão feita por PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., 189.

A Lei de Terras foi influenciada ainda, no que concerne a colonização, pelo fracasso do sistema de Wakefield, o próprio que tinha fornecido principais idéias na elaboração da proposta de 1842. Isto de um lado. De outro, o sucesso do sistema de colonização implementado nos Estados Unidos - as *public lands*. Destes dois acontecimentos a Lei de Terras saiu cópia fidedigna.

Quanto às influências do sistema de Wakefield que permaneceram na Lei de Terras temos os artigos 14, §2º, 18 e 19. O artigo 14, §2º fixava valor venal à terra devoluta. Preço seguindo o princípio *at a sufficiently high price*, tanto que Varnhagen afirma: "mui elevado comparativamente ao das terras particulares."⁹⁶

O artigo 18 autorizava o Governo a importar e manter os imigrantes empregados em estabelecimentos agrícolas. Por fim, o artigo 19 da referida lei tratava do princípio *self-supporting system* - a auto-alimentação do sistema de importação de trabalhadores para atender à demanda dos cafezais.

As influências do sistema norte-americano se fazem sentir na Lei de Terras em seu artigo 14, §1º, em três aspectos: o primeiro, diz respeito à forma da divisão das terras. Reza o §1º que sejam feitas por linhas no sentido Norte a Sul conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem formando quadrados. Esta orientação com base no sistema implantado nos Estados Unidos recebeu a repulsa por ser costume no Brasil a divisão da terra pelo sistema das águas vertentes.⁹⁷

⁹⁶Projecto de uma Lei Adicional á das Terras Publicas, no Livro das Terras de J. M. P. de Vasconcellos, Rio de Janeiro, 1860, p. 367. IN: LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 82.

⁹⁷"Segundo os protestos de Varnhagen, a Lei de Terras peca pelo seguinte: "O systema dos Estados Unidos, de vender terras em lotes quadrados, é, em geral, menos applicavel ao Brasil, onde, em todos os municipios, existem, encravadas irregularmente, terras que forão dadas, sob o systema brasileiro das águas vertentes, que aliás, é o

O segundo aspecto refere-se ao tamanho dos lotes, que o artigo 14, §1º, limita em 500 braças por lado, isto é, lotes de 250.000 braças quadradas (121 ha), tamanho muito menor do que previa o projeto na sua fase na Câmara.

O terceiro aspecto, que demonstra a incorporação do sistema norte-americano pela Lei de Terras, refere-se, com base no artigo 14, caput e §3º, que a venda das terras se fará, preferencialmente, em hasta pública, o inverso previa o sistema de Wakefield que vedava a venda por esta forma, visto que a venda por hasta pública poderia atravancar o processo de vendas.⁹⁸

Em referência ao artigo 14 da Lei de Terras de 1850, afirma Ruy Cirne Lima: "nesta parte, entretanto, a Lei de 1850 nada é mais do que um decalque das leis de terras adotadas nos Estados Unidos, cujo surto de prosperidade e civilização certamente maravilhou os nossos legisladores."⁹⁹

Assim, observando como a Lei 601 reflete um processo amplo que liga a questão fundiária ao regime de trabalho no Brasil, percebe-se que não há pontos

mais proprio para um paiz montanhoso e cortado de corregos e ribeirões, por ser mais praticável e barato; ao passo que os das linhas meridianas, ou de xadrez, requer melhores engenheiros, maior número de marcos, instrumentos, etc. Algumas vezes, poderia ter mais vantagens nos grandes chapadões, ainda absolutamente desocupado, o tal systema; mas, melhor é que a lei não imponha como principio, para só ter excepção quando o não 'admittão as circumstancias locais.' In: LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 64 e 65.

⁹⁸Ainda de acordo com Varnhagen, erra a Lei 601 pelo seguinte: "O systema de levarem-se a leilão as terras, não quando ha quem as procure, senão quando o governo decide vende-las (por estarem já medidas), favorecerá menos as vendas, e só poderá empregar-se vantajosamente quando, concorrendo já a colonisação a jorros, possão os colonos, como nos Estados Unidos, fazer-se uns aos outros concurrencia, sem prejuizo. No Brasil por ora o que parece convir mais é um systema de protecção e favor a recompensa moral (e nunca de rivalidade e desconfiança a troco de alguns centis mais para o thesouro), ao que á sua custa, e quando isso mais lhe convier, busque e encontre as terras mais apropriadas a seus fins; dando-lhas o governo por um preço fixo, sob certas condições, excepto só quando o exigisse o bem publico." In: LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 65.

⁹⁹LIMA, Ruy Cirne. Op. cit., p. 64.

positivos e negativos na Lei de Terras de 1850; ela apenas evidencia uma situação que é representada pela consolidação do capitalismo no Brasil.

Alguns autores, como M. Linhares de Lacerda e Ruy Cirne Lima, relacionam pontos positivos da Lei de Terras, no fato de ela ter extremado as terras do domínio público do particular, pelo artigo 3º, que definia terras devolutas, pelo artigo 9º e 10, pelos quais o Governo realizaria a medição destas áreas, provendo para tanto, um modo prático para sua realização, e ainda, pela criação do registro do vigário pelo artigo 13.

Para Fernando Pereira Sodero, os artigos 4º e 5º da Lei de Terras, que confere a revalidação das sesmarias e a legitimação da posse ao proprietário que estiver cultivando a terra, enunciam "o germe do princípio jurídico do direito agrário (...): o trabalho é o elemento que deverá caracterizar o direito de propriedade."¹⁰⁰

Neste mesmo sentido concorda Renato Saul que "a necessidade de afirmar os direitos dos novos fazendeiros às terras de que se haviam apropriado sem obter a concessão prévia do título e encaminhar a solução do conflito que se estabelecia, a partir daí, com os antigos proprietários beneficiados pela concessão de títulos de sesmarias, introduzia na discussão um elemento inusitado na consideração do reconhecimento do direito à propriedade territorial: o direito de propriedade da terra fundado no trabalho."¹⁰¹

¹⁰⁰SODERO, Fernando Pereira. Op. cit., p. 55.

¹⁰¹SAUL, Renato. Op. cit., p. 35.

José Murilo de Carvalho detecta o lado negativo da Lei de Terras pela sua não aplicabilidade. A Lei 601, que seria, no seu ver uma verdadeira reforma agrária, ficou sem implementação durante todo o período imperial.

Com competência este autor demonstra que as principais medidas quanto à colonização ficaram só no papel, como foi o caso da medição e separação das terras públicas (o velho problema da falta de profissionais habilitados); a revalidação das sesmarias e legitimação das posses enfrentaram problema semelhante por falta de agrimensores e também devido ao registro paroquial das terras que não saiu a contento. Tanto que surge a necessidade de reforma da Lei de Terras, reformas estas que são propostas quanto ao problema da colonização, sendo que quanto ao regime fundiário a situação continua a mesma.

Além dos motivos acima, que resultaram no fracasso da Lei de Terras, na opinião deste autor, ele apresenta outros: a resistência oferecida pela classe dos proprietários e a fragilidade da burocracia central e a nível local. O que leva a considerar, em vista destes aspectos, a fragilidade do Governo central em implementar a lei, que seria medida contrária aos interesses dos proprietários fundiários.

Ocorre que os proprietários fundiários compunham, junto com o poder soberano, o bloco hegemônico de poder. O Estado não foi representante direto e exclusivo dos interesses do setor agrário-exportador-escravista. O Estado brasileiro atendia à vontade do soberano, investido no poder moderador, tipificando o Estado capitalista patrimonial.

Quando da Lei de Terras, o Governo fixa, como um dos temas centrais, a definição de terras devolutas, mostra o risco que este Estado Patrimonialista estava

correndo pelo uso "indiscriminado" do regime da posse que se assenhoreou depois da Resolução de 1822. O domínio deste imenso território, advindo do período da conquista - direito de conquista -, estava sendo posto em cheque pela posse. O Estado regulamenta a questão para assegurar o ser poder patrimonial sobre o solo. Não possui mais aquela característica de centralização excessiva conferida na exigência das confirmações régias das dadas de sesmarias. Este Estado patrimonial está assentado sobre uma nova realidade, a realidade do século XIX, a realidade da plenitude do direito de propriedade privada burguesa estatuída no Código de Napoleão de 1804.

Sobre este Estado patrimonial sopram os ventos do capitalismo internacional, ou melhor, dito de outra forma, as cinzas vulcânicas o atingem. Daí que a Lei de Terras *em* 1850 reflete este contexto pelas suas características.

Neste sentido, não há pontos positivos e negativos na Lei de Terras de 1850. O que espelha esta lei, no conjunto da sociedade brasileira no século XIX, é que a terra passa a ser considerada mercadoria, a hipoteca surge para dinamizar as novas relações creditícias capitalistas, e também, a ambígua situação, pela qual passa conviver a classe proprietária escravista, provocada pelo fim do tráfico negreiro, comprometendo o seu principal meio de produção até então, e a busca, pela "importação" de trabalhadores "livres", como alternativa.

Não diríamos, como Carvalho, que "sem sombra de dúvidas, a Lei de Terras não pegou"¹⁰², ela mudou o estado de coisas que tinha que mudar, isto é, mudou certas coisas em decorrência da necessidade imposta pelas novas relações criadas pelo capitalismo mundial e que se moldaram, por outro lado, à realidade brasileira da

¹⁰²In: CARVALHO, José Murilo. *Teatro de Sombras*. Op. cit., p. 99.

dominância, posta em cheque também pelas mesmas "novas" relações, de um Estado Patrimonial. Eis porque a Lei de Terras *em* 1850. Outras coisas não mudaram - a dominação do homem pelo homem - devido as contingências históricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em Direito Agrário, através de uma abordagem interdisciplinar, é de suma importância para entender a sociedade brasileira na atualidade. Diante disso, ganha destaque a busca de uma melhor compreensão das relações ocorridas em torno da propriedade da terra no Brasil em seus primeiros quatro séculos, "quatro séculos de latifúndio" como bem nota Alberto Passos Guimarães¹.

A propriedade privada fundiária é, antes de mais nada, de um determinado tipo, de uma determinada forma de propriedade e carrega consigo, como os demais, a característica de ser uma instituição histórica, isto é, esta instituição é fruto das relações estabelecidas entre homens concretos, situados historicamente. Estas relações moldaram o **sagrado direito de propriedade**. Como esta instituição também é histórica, portanto mutável, assim, este **sagrado direito** se inclui na lógica de que "o que as contingências históricas destinam ao desaparecimento não tarda em perder sua base moral."²

A primeira grande expansão européia, conquista das terras ultramarinas por Portugal e Espanha, estende além mar a situação de conflito que se instala no meio rural europeu, com a propagação da propriedade privada do solo concentrada em mãos de poucos, acabando com a "utopia" de Morus da construção de uma sociedade justa e que passaria necessariamente pela questão da distribuição social da terra (infelicidade de Morus em construir sua *Utopia*, bem como a de milhões de miseráveis excluídos do

¹GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

²PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 40. ed. São Paulo: Brasiliense. 1993. p. 147. Uma observação aqui se faz necessário: destinar-se ao desaparecimento tem o significado de "possibilidade" e não de certeza. Se desaparecerá o **sagrado direito de propriedade**, ou não, é outro problema.

acesso à terra enquanto meio de sobrevivência, inspirado na terra que será objeto na construção de latifúndios de proporções inimagináveis na época e ainda hoje).

Das boas e belas intenções de D. Fernando - "o Formoso" -, com a criação da Lei de Sesmarias para fazer frente aos problemas agrários da época, temos as relações estabelecidas por homens concretos situados historicamente. A propriedade das terras brasileiras recém-descobertas e em razão do direito de conquista, passaram, como num "grande vôo de águias"³, a pertencer a monarquia portuguesa. A Lei de Sesmarias transposta para o Brasil que estabelecia, no nível jurídico, a obrigatoriedade do cultivo da área recebida por concessão/doação e limitava o seu tamanho, foi negada pela realidade demográfica e econômica das terras recém-conquistadas. Nega-se pela abundância das terras brasileiras no século XVI e seguintes e também pela avidez de muitos senhores feudais, visto que na realidade européia, até então, creditava-se à quantidade de terras proporcional à riqueza apropriada, através da renda-trabalho ou renda-produto, pelo senhor feudal às custas de seus servos.

No nível jurídico também se negou os princípios norteadores da Lei de Sesmarias. Com o fim do sistema donatário, que teve vida efêmera, as cartas-régias seguintes passaram a autorizar a apropriação pelos senhores proprietários de engenhos de quanta terra necessitassem para a instalação das laboriosas indústrias, sendo que, pela instalação destas, sepultou-se o sonho dos senhores feudais de reestruturar a economia agrária feudal. Estas autorizações régias, a partir de um Estado patrimonial oculto no capitalismo, criando um capitalismo politicamente orientado, feriram mortalmente os princípios da Lei de Sesmarias. Assim, à necessidade de grande

³Expressão usada por: LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1954. p. 11.

quantia de terras para tocar as novas unidades produtivas, que atendiam à demanda de um novo mercado internacional que começava a se esboçar, somou-se a avidez/cupidez dos senhores feudais portugueses, enquanto homens da terra já derrotados pelos homens do mar, no processo de acumulação-concentração de um dos principais meios de produção da época - a terra.

A quebra, a negação dos princípios básicos da Lei de D. Fernando, se dá, além dos motivos esboçados e citados acima, pelo novo estágio das forças produtivas e das relações de produção que começam a se afirmar a partir desta primeira grande expansão do mundo europeu. É a fase marcada pela inserção e florescimento, nas relações econômicas e sociais, do modo de produção capitalista. Dos tempos de D. Manuel, um autêntico capitalista⁴, e da negação da Lei de Sesmarias em seus princípios pela realidade das novas unidades produtivas agro-exportadoras, foi-se construindo o modo de produção capitalista. Fase em que as colônias americanas exerceram papel fundamental.⁵

O Estado português patrimonial, enquanto capitalismo politicamente orientado, está presente durante estes primeiros três séculos da nossa agricultura, baseada na grande propriedade fundiária. A dominância econômica internacional deste Estado, enfim, da Península Ibérica, alcançada pela primeira grande expansão, esfacelar-se-á

⁴Esta expressão é de: SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil: 1500 - 1820*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. p. 37.

⁵Para Oliveira Vianna esta fase é denominada de pré-capitalista. Diz ele: "no setor da indústria açucareira, o espírito que dominava, desde as primeiras 'fábricas' do I século, a velha nobreza dos senhores de engenhos e de canaviais era caracteristicamente pré-capitalista - já o provamos. O capitalismo técnico e o espírito capitalista só se insinuaram neste velho reduto do nosso velho pré-capitalismo colonial já nos meados do século IV, com o advento dos Engenhos Centrais, em 1875." In: VIANNA, Oliveira. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 1987. p. 152.

diante da mercadoria. Tudo, pela dupla revolução, Revolução política francesa e Revolução industrial inglesa, transformar-se-á em mercadoria, inclusive a terra.

O quarto século, o século XVIII, já como Estado nacional, confere de vez o caráter de mercadoria à terra, reafirmando-se assim, o seu caráter de instituição histórica. A Lei de Terras espelha este processo, respondendo às novas relações propostas e postas pela dupla revolução - a segunda expansão do mundo europeu.

O liberalismo econômico e político, e, juntamente com as revoluções burguesas, firmadas no final do século XVIII, irão influenciar e modificar as mais diversas estruturas das sociedades do século XIX. A sociedade brasileira, no processo de estabelecimento e superação de situações transitórias, irá se firmar como Estado soberano, Estado independente, sem, contudo, instituir-se, primeiramente, como nação. Como o motor da história, da história escrita, é a luta de classes, e a definição das classes sociais passa pela identidade das rendas e pela identidade das fontes de rendas⁶, temos que a divisão de classes, no Brasil do século passado, tinha uma estrutura basicamente estabelecida entre os proprietários fundiários escravistas, de um lado, e, de outro, por uma imensa massa de trabalhadores escravos. Uma terra de senhores no governo de escravos constituindo-se como Estado nacional.

Assim, constitui-se o Estado nacional brasileiro sob o manto do poder de mando do representante da dinastia monárquica e patrimonial sobre uma sociedade estrangulada pelas relações do tipo escravista. Os grandes vulcões europeus - a Revolução francesa e a Revolução industrial inglesa - espalham suas cinzas sobre o

⁶MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 3. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand. p. 1013.

mundo. A terra, num mundo essencialmente rural, não passará incólume. A terra ganhará o estatuto de mercadoria, negando a estrutura das concessões gratuitas estabelecidas durante três séculos sobre o solo brasileiro. A Lei de Terras em 1850 regulamenta juridicamente esta situação que representa também, e ao mesmo tempo, a consolidação do capitalismo no meio rural brasileiro, processo este iniciado a partir das primeiras cartas régias que concediam dadas de terras para a instalação dos engenhos.

Os conflitos sociais estabelecem a necessidade da normatização jurídica, assim a terra, como objeto central da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, regulamentada em 1854 pela lei nº 1.318, mostra a sua dupla face: de um lado, a mão-de-obra escrava, de outro, a busca da alternativa ao fim iminente da primeira, pela importação de mão-de-obra livre para tocar os cafezais - o café surge como nova monocultura de exportação. Há uma revolução na forma das relações de trabalho, e, simultaneamente, pela definição do caráter capitalista da propriedade fundiária.

A Lei de Terras, além de colocar a terra como mercadoria, reflete assim, vários problemas interligados. É o remédio jurídico para por ordem na instituição da propriedade agrária caótica das sesmarias caducas e posses por legitimar. É a tentativa de manter os limites territoriais pela ocupação efetiva da área, tanto que estas terras continuariam a ser concedidas de forma gratuita. É a resposta frente à ameaça de desfiguração do Estado patrimonial pela posse irrestrita da terra, por proprietários particulares, independentes do aval do soberano no período de três décadas. A Lei de Terras é também hipoteca, isto é, possibilita o aperfeiçoamento deste instituto jurídico tão importante nas novas relações creditícias - a terra necessita de capital, de dinheiro para produzir, em troca deste a própria terra é oferecida como garantia.

A Lei de Terras, pondo fim ao costume das posses como modo original de aquisição da propriedade privada fundiária e ao anterior falido regime positivado das sesmarias, inaugura assim uma nova época - da consolidação do capitalismo -, e ao mesmo tempo, reflete a falta de sintonia da lei com a realidade. Neste último sentido ela limita o tamanho das terras a serem revalidadas e legitimadas, como também o fazia a Lei de Sesmarias, bem como reafirma o requisito da obrigatoriedade do cultivo das mesmas. Letra morta diante da realidade econômica e social da época e que perdura até hoje, sendo que o ritmo da concentração fundiária capitalista tende a crescer como algo inerente ao próprio processo.

Esta falta de sintonia da Lei de Terras com a realidade, e que ela pretende mudar, leva alguns autores a afirmar, devido a sua ineficácia, o seu fracasso, em outros, leva-os a afirmar que se trata de um processo de institucionalização das reivindicações sociais - momento instituinte -, pela legalização, pela positivação destas, como desmobilização dos movimentos sociais⁷. Toda classe, para tornar-se dominante e exercer sua hegemonia, necessita de um discurso supra-classes, que atenda às aspirações materiais de todo o conjunto da sociedade, daí que em muitas legislações constarem propostas abrangentes de transformação social. Mas são apenas discursos legitimadores, visto a sua ineficácia prática, imposto pelo bloco hegemônico no poder. Infere-se assim que não podemos colocar a Lei de Terras como um fracasso jurídico devido ao fato de não ter efetivado e respeitado alguns de seus princípios, como no caso, a limitação do tamanho da área e pela colonização, a realização de uma

⁷ A título de exemplo temos na primeira posição, para o qual a Lei de Terras não pegou, a obra de: CARVALHO, José Murilo. *Teatro de Sombras: a Política Imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ. 1988. P. 89. Quanto a segunda posição temos a obra de AUED, Bernardete Wrublevski. *Questão Agrária: Dilemas e Paradoxos no Acender das Luzes do Século XXI*. São Paulo: PUC, 1990. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) Capítulo V - "Projeto Nacional de Reforma Agrária: Manipulação da Esperança" p. 92.

verdadeira reforma agrária. Tanto a Lei de Terras, como a anterior Lei de D. Fernando, continham princípios discursivos legitimadores da classe dominante, por serem supra-classes, como nas atuais legislações agrárias, como, v. g., o Estatuto da Terra de 1964, e os PNRA - Programas Nacionais de Reforma Agrária.

Ao lado destes discursos legitimadores, temos também a "sinceridade" da classe dominante⁸, como podemos apurar nos debates ocorridos em torno da Lei de Terras na década de 40 do século passado, tanto no Conselho de Estado, como na Câmara dos Deputados e no Senado. Concomitantemente ao discurso universal proferido e positivado, não escondem os interesses econômicos de sua classe. É deste processo de ocultação e escancaramento de objetivos econômicos, levados à positivação na instância jurídica, que podemos pensar a realidade presente. Não se trata de um processo em que reina uma "dialética da ambiguidade"⁹ e sim de processo dialético propriamente dito.

O problema colocado no nosso trabalho é, de certa forma, resolvido pela constatação de que a Lei de Terras em 1850 responde à consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, pela colocação da terra enquanto mercadoria, definindo o caráter capitalista da propriedade fundiária, e pela substituição do escravo pela mão-de-obra livre.

⁸A classe dominante, para manter-se como dominante, têm a necessidade de efetivar discursos universais, mas nem por isso deixa de colocar com clareza (com "sinceridade") seus objetivos. A classe dominante tem um projeto que é ser classe dominante.

⁹É a conclusão que chega José Murilo de Carvalho (Op. cit., p. 162 e seguintes) ao analisar a relação entre a burocracia imperial e os proprietários rurais.

A pesquisa teve por objetivo a resolução de determinado problema, mas o seu desenrolar criou muitos outros. Esta dissertação de mestrado aproximou-se do tema e não o exauriu. Se a propriedade da terra é uma instituição histórica dentre os diversos tipos de propriedade privada, surge a questão: qual é a importância que tem hoje a terra como propriedade privada, garantida pelos ordenamentos jurídicos como direito fundamental? Sofre, hoje, este direito, pequenas ou grandes limitações? Frente às novas formas de propriedade privada, como, v.g., a informação, perdeu a propriedade privada fundiária importância? ou ainda: qual a importância da propriedade privada fundiária diante de uma sociedade, agora, essencialmente urbana, em que o setor primário perdeu espaço e importância econômica diante do setor secundário e principalmente do terciário?

Na propositura de idéias em relação a uma reforma agrária vêm à tona a questão da eficiência da propriedade agrícola, da pequena, da média, ou da grande propriedade. Esta questão se liga a outras, tipo: que política agrícola adotar num país de tradição monocultora-exportadora? ou ainda, como fica a propriedade agrícola e o homem que nela trabalha, diante das novas tecnologias que ameaçam com profundidade o mundo do trabalho estruturado pela modernidade? e a questão da ecologia, que diz respeito a todo o mundo, frente a estas tecnologias?

Muitos afirmam que há uma perda relativa da importância do setor agrário, mas o que é o setor agrário na atualidade? Quais os seus limites, se é que ele existe?

O mundo hoje, caracterizado na urbanização crescente, não possui mais a divisão radical estabelecida entre campo e cidade. O modo de produção capitalista têm homogeneizado esta dicotomia. Assim, como então pensar numa "legislação agrária", em um Código Agrário, ou qual a sua importância, se este mundo não é mais agrário?

Muitas questões ocorrem diante destas provocações, mas o fato é que o direito de propriedade privada, independente de sua localização, ou de seu objeto, prevalece vigente em sua plenitude.

Problemas levantados, que ficam em aberto para futuras ponderações, a serem abordadas de forma interdisciplinar, e, necessariamente, de forma crítica, e que as soluções sejam buscadas a partir de um paradigma simples de justiça, do fim da exploração do homem pelo homem como utopia concreta.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Anpocs; Campinas: Unicamp, 1992.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. Tradução de Beatriz Sidou. 4. ed. São Paulo: Brasiliense.
- ANTUNES, Paulo Bessa. *A Propriedade Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: OAB/RJ, 1985.
- ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução de Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Tecnoprint.
- AUED, Bernardete Wrublewski. *Questão Agrária: dilemas e paradoxos no acender das luzes do século XXI*. São Paulo: PUC [Tese], 1990.
- BENCI, Jorge S. I. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977
- BERMAN, Marshall. *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. *Direito e Relações Raciais: Uma Introdução Crítica ao Racismo*. Florianópolis: CPGD/UFSC [Dissertação de Mestrado].
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C Varriale ...[et al.]. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- ➔ BORGES, Paulo Torminn. *Institutos Básicos do Direito Agrário*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do*. São Paulo: Atlas, 1989.
- , *Constituições Brasileiras: Império e República*. 1. ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1978.

- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- . *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do Trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga - Estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. Tradução de Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: Hemus, 1975.
- CRETELLA Jr., José. *Bens Públicos*. 2 ed. São Paulo: Edição Universitária de Direito, 1975.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução de João Pedro Gomes. Lisboa: Avante; Moscovo: Progresso, 1985.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
- FAORO, Raymundo. *A Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista*. In: Revista da USP.
- FIGUEIRA, Fani Goldfarb. *Separando o Joio: Cooperativas de trigo - Capitalização da Agricultura*. São Paulo: USP [Tese de Mestrado], 1979.
- GIL, Antonio Hernandez. *La Funcion Social de la Posesion*. Madrid: Alianza Editorial, 1969.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 7.ed. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HESPANHA, Antonio M. *A História do Direito na História social*. Lisboa: Livros Horizontes.
- HOBSBAWN, Eric J. *Las Revoluciones Burguesas*. 4 ed. Madrid: Labor, 1976.

- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista*. Porto: Portucaleense, 1972.
- LACERDA, M. Linhares de. *Tratado das Terras do Brasil*. Rio de Janeiro: Alba, 1960.
- LÉVY, Jean-Philippe. *História da Propriedade*. Lisboa: Estampa, 1973.
- LEGISLAÇÃO. *Código Civil*. [organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira] 37. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.
- LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1954.
- LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOWY, Michael. *Método Dialético e Teoria Política*. Tradução de Reginaldo Di Piero. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. Tradução de Juarez Guimarães, Suzanne Felicie Léwy. 4 ed. São Paulo: Busca Vida, 1990.
- LYRA FILHO, Roberto. *O Que é Direito*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Carl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- MORUS, Thomas. *A Utopia*. Tradução de Luís de Andrade. Rio de Janeiro: Tecnoprint.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A Geografia das Lutas no Campo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

- PANINI, Carmela. *Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei: 500 anos de história inacabada*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- PORTO, Costa. *Estudo Sobre o Sistema Sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária/UFPE, 1965.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil Colônia e Império*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- . *História Econômica do Brasil* 40. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- PROUDHON, Pierre- Joseph. *O Que é a Propriedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: Direito das Coisas*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
- SAUL, Renato. *A Modernidade Aldeã*. Porto Alegre: UFRGS, 1989.
- SCHWARTZ, Stuart B., *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609 -1751*. Tradução de Maria Helena Pires Martins. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil: 1500 -1820*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- SODERO, Fernando Pereira. *Esboço Histórico da Formação do Direito Agrário no Brasil*. Rio de Janeiro: AJUP/FASE, 1990. p. 37.
- TIGAR, Michael E. & LEVY, Madeleine R. *O Direito e a Ascensão do Capitalismo*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VIANNA, Oliveira. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1987.
- WALD, Arnoldo. *Curso de Direito Civil: Direito das Coisas*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad: Esbozo de Sociología Comprensiva*. Traducción de José Medina Echavarría, Juan Roura Parella, Eugenio Ímaz, Eduardo García Máynez y José Ferrater Mora. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico: o espaço de práticas sociais participativas*. Florianópolis: UFSC/CPGD [Tese], 1992.